



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

ACTA Nº 2/2014
ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DO CONCELHO DE ALIJÓ DO DIA 30 DE ABRIL DE 2014

----- Aos 30 dias do mês de Abril de dois mil e catorze, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Alijó. -----

----- Dos trinta e cinco membros que a compõem, faltaram os senhores Deputados Telmo Pinto, Humberto Barbosa, Maria de Jesus Elias, Hélder Furtado, Laurindo Miranda e José Ribeiro. -----

----- Por parte da Câmara Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Jorge Magalhães e os Senhores Vereadores José Rodrigues Paredes, Cristina Ribeiro Felgueiras, João Gouveia da Costa, António Joaquim Fernandes, Manuel Adérito Figueira e Luís Miguel Rodrigues. -----

----- A sessão foi presidida por Manuela Domingues, Presidente da Assembleia Municipal, secretariada pelos Senhores Deputados Mário Joaquim Vaz, 1.º Secretário da Mesa e Fátima Barros, 2.º Secretária da Mesa. -----

----- Havendo "quórum" foi pela Senhora Presidente declarada aberta a sessão quando eram 14.30 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA**: -----

----- **UM:** *Exposição do Senhor Presidente da Câmara – Apreciação, nos termos da alínea c) n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09;* -----

----- **DOIS:** *Relatório Anual de Avaliação de Actividade da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Alijó, referente ao ano de 2013;* -----

----- **TRÊS:** *Documento de Prestação de Contas de 2013 – Apreciação e Votação nos termos da Alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09;* -----

----- **QUATRO:** *Terceira Modificação aos Documentos Previsionais de 2014 – 1.ª Revisão – Aprovação nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12/09;* -----

----- **CINCO:** *Aprovação de Recomendação ao Executivo Camarário de Realização de Auditoria Externa à situação Económica e Financeira do Município – (Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD);* -----

----- **SEIS:** *Apelo em Defesa da Escola Pública – Apreciação*-----

----- Feita a chamada, a **SENHORA PRESIDENTE** deu a palavra aos Senhores Deputados para se pronunciarem sobre a acta, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Marco Rodrigues, Cláudio Vilela, Luís Lameiras, João Vilela e Laureano Guedes. Deu a palavra ao Senhor Deputado Marco Rodrigues. -----

----- **DEPUTADO MARCO RODRIGUES (PSD)** -----

-----Cumprimentou os presentes e disse: O meu voto na acta é de abstenção porque não estive presente na última assembleia". -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

2

-----**DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):**-----

Cumprimentou a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados e o público presente e disse:-----

A minha intervenção neste ponto era só para manifestar a minha intenção de voto, que vai ser a abstenção, porque não tive acesso à acta da Assembleia Municipal passada. Muito obrigado -----

----- A **PRESIDENTE DA MESA** questionou o Senhor Deputado da razão para não ter tido acesso à acta. -----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):**-----

Quando consultei os documentos no repositório estavam todos os documentos à excepção da acta. A partir daí não tive mais acesso à internet. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:**-----

Eu vou chamar o Senhor Engenheiro Rui Elias para saber o que é que se passou.-----

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):**-----

-----Cumprimentou a Senhora Presidente, os Senhores Secretários, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados e o público presente e disse:-----

É também para dizer que o meu voto vai no sentido da abstenção. Porquê? Porque acho que é uma incongruência, acho paradoxal estar a votar uma acta, desconhecendo-se o teor dessa mesma acta. E digo isto porquê? Porque desde o início deste mandato e até ao preciso momento, a cópia, a redacção da acta, não é enviada juntamente com os documentos dos pontos que fazem parte da ordem do dia. Eu em particular, estou a falar por mim, nunca tive acesso a essa redacção da acta da sessão anterior. Portanto, não sei se essa cópia chega a alguém. A mim, pelo menos, não me chega. E portanto, acho uma incongruência estar a votar a favor ou contra a acta, quando eu desconheço o teor dessa acta. É só.-----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Portanto o Senhor Deputado diz também que teve acesso a todos os documentos, com a excepção da acta. É isso?-----

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** Exactamente. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Em que dia é que teve acesso aos outros documentos?-----

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** Os documentos, não sei precisar, mas foi já há bastante tempo. Portanto, quanto a isso nada a dizer. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** É só para sabermos porque eu tenho que pôr uma questão ao Senhor Engenheiro. -----

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRA (PS):** Não lhe posso dizer agora de cor que não sei, mas já foi há bastante tempo. Relativamente a essa matéria não há nada a obstar. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Portanto, o Senhor Deputado teve acesso a toda a documentação excepto à acta? E nos dias seguintes, consultando, também não teve acesso?-----

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** Exactamente. Ainda ontem estive a consultar o sítio aqui da Câmara, o repositório, e não constava a acta. -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Vamos já esclarecer isso, porque eu não lhe sei dar resposta. E o problema do Senhor Deputado Vilela é que nunca teve acesso à acta, mas aos outros documentos teve. É isso? -----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** Consultei uma vez e depois deixei de ter acesso à internet. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Deixou de ter acesso à internet. Isso é outra coisa que vamos falar. -----

----- **DEPUTADO JOÃO VILELA (PSD)** -----

-----Cumprimentou a Presidente da Mesa e a restante Mesa, o Senhor Presidente da Câmara e os Vereadores, os Senhores Deputados e o restante público presente e disse: -----

A minha intervenção a propósito da acta tem a ver com o último ponto de trabalhos da última Assembleia, onde tenho a certeza ter existido um erro na contagem e na identificação de quem votou, nomeadamente na questão da auditoria financeira e a propósito do requerimento apresentado pelo PS. E portanto, nesta sequência foram votados dezassete votos a favor para a retirada do ponto onze, aqui identificados como sendo do Grupo Municipal do PS e do Grupo Municipal MAIS e treze votos contra do Grupo Municipal do PSD, o que não poderia acontecer nesta altura, porque nessa altura faltavam dois Deputados Municipais do PSD, portanto seríamos onze, com o voto identificado da Engenheira Fátima, doze. E há aqui um voto que não está identificado, que eu sei mais ou menos quem foi, mas não tenho a certeza. O número de votos está correcto, a identificação é que está errada.-----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Tem toda a razão. Efectivamente votaram dezassete deputados, não foi todo o Grupo Municipal do PS e todo o Grupo Municipal MAIS que votou contra. É isso?-----

----- **DEPUTADO JOÃO VILELA (PSD):** Ou neste caso a favor -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** A favor da retirada, não é? -----

----- **DEPUTADO JOÃO VILELA (PSD):** Já agora aproveito para informar que eu tive acesso à acta, estive no repositório, eu consultei. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Eu sei. Já vamos ter essa explicação, também. Eu sei que estive.. Portanto ficará dezassete votos favoráveis e treze votos contra, não se identificando o Grupo Municipal do PSD, nem toda a bancada do PS e do MAIS. -----

----- **DEPUTADO JOÃO VILELA (PSD):** Na altura pedi para que fosse identificado o sentido do voto. Neste caso em relação ao PS está correcto e em relação ao MAIS, exceptuando os outros dois Deputados que têm de ser identificados no caso. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Tem razão, eu posteriormente vi, já depois da acta estar no repositório, que isto não estava correcto. -----

----- **DEPUTADO LAUREANO GUEDES (MAIS):** -----

-----Cumprimentou a Senhora Presidente da Assembleia e a restante Mesa, o Senhor Presidente da Câmara e os Vereadores e os Senhores Deputados e disse: -----

Com o devido respeito pelas correcções agora feitas em pormenor à própria acta eu, na qualidade de líder parlamentar, tive acesso às actas em papel, conforme foi acordado numa

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

reunião preparatória e devo dizer que, numa apreciação profunda, reconheço que o nível de transmissão por aquilo que nos é dado pela acta, é uma transmissão sem subjectividades, muito congruente, muito precisa e daí eu querer deixar um voto de louvor para os redactores das actas destas reuniões. -----

----- A **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu as palavras do Senhor Deputado Laureano Guedes e quis saber - antes de pedir esclarecimentos ao Senhor Engenheiro Rui Elias - se mais algum dos Senhores Deputados, além dos Senhores Deputados Cláudio Vilela e Luís Lameiras não teve acesso à acta no repositório, tendo o Senhor Presidente da Freguesia de Vilar de Maçada solicitado a palavra. -----

----- **DEPUTADO FERNANDO SOUSA (PS):** -----

----- Não tive acesso a absolutamente nada, nem sequer ao repositório. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Mas não teve acesso porquê? As suas credenciais não funcionavam? -----

----- **DEPUTADO FERNANDO SOUSA (PS):** Não sei, em Fevereiro consegui ter acesso, desta vez não consegui ter acesso. Não aparecia a página. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** E tentou isso quando? -----

----- **DEPUTADO FERNANDO SOUSA (PS):** Várias vezes esta semana. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Várias vezes durante esta semana. A semana passada tentou e também não conseguiu? -----

----- **DEPUTADO FERNANDO SOUSA (PS):** Não consegui. -----

----- A **PRESIDENTE DA MESA** deu a palavra ao Senhor **DEPUTADO DUARTE GUEDES (MAIS)** que disse não ter tido acesso à acta mas que teve acesso aos restantes documentos. ---

----- Estando presente o Senhor Engenheiro Rui Elias, a Senhora Presidente da Mesa, pediu-lhe que esclarecesse algumas dúvidas sobre o repositório e acesso ao mesmo, perguntando-lhe se existia alguma explicação técnica para que três Senhores Deputados não tenham tido acesso à acta exclusivamente e um Senhor Deputado não tenha tido acesso a qualquer documento. ---

----- **ENGENHEIRO RUI ELIAS:** Cumprimentou os presentes e disse: -----

O que eu posso dizer é que sou responsável pela plataforma. Tudo o que tenha a ver com as credenciais, se alguém não teve acesso, pode entrar em contacto comigo e é-lhe fornecido um novo acesso. Relativamente aos documentos, a responsabilidade de colocação dos documentos na plataforma não é minha. Eu só sou responsável pela manutenção e certificação de que a plataforma está sempre on-line e sempre disponível. Assim como as suas credenciais. O que eu fui já verificar e certificar é que a acta sempre esteve no repositório. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Portanto, Senhor Engenheiro, não há qualquer dúvida que a acta esteve sempre no repositório? -----

----- **ENGENHEIRO RUI ELIAS:** Não há qualquer dúvida. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Sei que não é o Senhor Engenheiro que coloca a acta no repositório. Neste caso concreto foi a D.^a Zulmira e eu sei que ela foi colocada porque eu tive logo notícia quando ela foi colocada. Quer o Senhor Engenheiro, quer a D.^a Zulmira transmitem-me isso. E pode verificar que ela sempre esteve lá e pode dizer isso com toda a certeza? -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

6

----- **ENGENHEIRO RUI ELIAS:** Confirmou, com toda a certeza, que a acta sempre esteve no repositório.-----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Não querendo duvidar de ninguém, temos aqui duas pessoas que dizem que a toda a documentação tivemos acesso com a excepção da acta. E eu aliás, com um dos Senhores Deputados, porque falei com ele pessoalmente, até já imagino porque é que seja, não o acesso. Relativamente ali ao Senhor Presidente da Junta de Vilar de Maçada, diz que não teve acesso seja ao que for. Como é que nos explica isso? Também queremos perceber.-----

----- **ENGENHEIRO RUI ELIAS:** O acesso à plataforma, como todos sabem, tem um username e uma password. O username foi criado de acordo com o mail da própria pessoa, que é para ser mais simples. A password foi gerada, como todos sabem, e foi enviada na altura da criação da plataforma, uma password pré-definida. E no seu primeiro acesso à respectiva plataforma, foi pedido a todos os utilizadores, que fosse mudada essa password para uma password pessoal. O que pode acontecer é que essa password pode ser esquecida e a pessoa não consegue entrar. Tenta uma, tenta duas, tenta três. À terceira já apareceu a várias pessoas, uma janela de verificação, com os caracteres especiais. Quando isso acontece têm de esperar quinze minutos e voltar a tentar. Mesmo se a pessoa não se lembrar da password, como aconteceu a várias pessoas, manda-me um mail ou entra em contacto comigo, eu tomo a gerar uma password standard e o processo é idêntico, ou seja, primeiro acesso é-lhe pedido para mudar novamente a password.-----

----- **DEPUTADO FERNANDO SOUSA (PS):**-----

Mas aqui põe-se o problema do acesso à página. Nem sequer vi a página onde colocar os dados.-----

----- **ENGENHEIRO RUI ELIAS:** Mas isso só pode ser problema do seu computador. O que eu lhe posso garantir é que a plataforma está sempre on-line. Isso garanto eu.-----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** O Senhor Engenheiro tem-se disponibilizado e muitos disso são testemunhas, para ajudar toda a gente, quando há qualquer problema. E é isso também que peço e quero lembrar que existe sempre, em suporte papel, toda a documentação, nos serviços de apoio à Assembleia Municipal. Portanto, se tiverem qualquer problema da próxima vez, de acesso e aliás, eu acho que o ofício que foi na altura era para contactar directamente o Engenheiro Rui Elias, que trataria do assunto ou daria as explicações que reputasse essenciais para que toda a gente tivesse acesso. Muito obrigado senhor Engenheiro.-----

----- **DEPUTADO JOAQUIM VELOSO (MAIS):** Cumprimentou os presentes e disse:-----

Era só para dizer que hoje tentei três vezes e nem sequer tive acesso à página. Pura e simplesmente não abria.-----

----- **A PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a intervenção do Senhor Deputado e voltou a dar a palavra ao Senhor Deputado Cláudio Vilela.-----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):**-----

A minha questão era só para perguntar se o que o Engenheiro Rui Elias disse e era só para perguntar, se os documentos foram colocados na mesma hora, no exacto momento em que foi colocada a acta? Eu acho que não, porque no momento, como disse, em que tive acesso aos mesmos, a acta não estava lá. A partir daí deixei de ter acesso à internet. Era só.-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Eu até lhe posso responder a isso. Eu até acho que a acta foi colocada antes. É só isso? -----

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** -----

Eu queria dizer que não quero pôr de modo algum em causa aquilo que aqui disse o Engenheiro Elias, mas reitero aquilo que aqui disse há pouco. Eu desde que tomei posse, como membro desta Assembleia, até ao preciso momento, eu nunca tive acesso à acta antes dela ser aprovada. Antes dela ser aprovada, eu nunca tive acesso. Ou seja, neste caso, a acta de 28 de Fevereiro, portanto, ainda não foi aprovada, eu nunca vi a acta no repositório da Câmara Municipal, nunca a lá vi. Eu sou uma pessoa interessada por estas coisas e portanto, consulto com muita frequência o repositório e nunca lá vi a acta. Nunca lá vi a acta. Portanto, há uma lacuna qualquer que se processa relativamente a esta matéria. É só isso que eu tenho a dizer.---

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Senhor Deputado eu não tenho qualquer resposta para o Senhor, até porque as outras pessoas têm acesso a acta. Eu não estou a entender. Podemos avançar então? -----

----- Colocou em votação a acta, tendo a mesma sido aprovada com **vinte e um votos a favor e seis abstenções.** -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Passando ao expediente recebido, damos conhecimento:---

- a) Do mail do grupo parlamentar " Os Verdes", através do qual é dado conhecimento que os Senhores Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia, solicitaram ao Ministério das Finanças esclarecimentos sobre o encerramento de repartições de finanças no distrito de Vila Real, designadamente,
 - i) Se o Governo confirma a intenção de encerrar repartições de Finanças no distrito?
 - ii) Em caso afirmativo quantas e quais?
 - iii) Como será assegurado o direito dos cidadãos ao acesso a este importante serviço público de proximidade?
 - iv) Se o encerramento implica despedimento de trabalhadores do sector?
- b) Da carta do Sr. Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia, Dr. Jorge Moreira da Silva, com informação das reformas legislativas e regulatórias no sector dos resíduos sólidos e urbanos, de que vão ser distribuídas cópias aos Senhores Deputados, durante esta reunião.
- c) Que Senhor Deputado João Paulo Vilela entregou atestado de residência para efeitos de alteração de morada.
- d) Da carta da Associação de Estudos de Direito Regional e Local para conhecimento da edição de publicações relacionadas com o direito local. Vai ser entregue cópia a cada um dos representantes dos grupos municipais e ao Senhores Presidentes de Junta de Freguesia para caso pretendam fazerem assinatura da aquisição de livros que reputeem de interesse.
- e) Da carta do Grupo Parlamentar do CDS que acusou a recepção da aprovação da moção "No combate ao Cancro todos somos poucos em Defesa dos doentes oncológicos", informando que o documento foi remetido aos deputados, que não deixariam de atender

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

- aos interesses e preocupações do círculo de Vila Real, embora não tenham deputados eleitos pelo círculo de Vila Real.
- f) Do convite da Associação Municipal de Municípios Portugueses para a conferência “ 25 de Abril: 40 anos de democracia”, que se realizou em Coimbra.
 - g) Do requerimento apresentado pelo Grupo Municipal do PSD (aprovação de recomendação ao executivo camarário de realização de auditoria) – ponto 5 da ordem do dia.
 - h) Do mail de agradecimento da Senhora Presidente da Comissão de Saúde, Senhora Deputada Maria Antónia de Almeida Santos, pelo envio da moção “ No combate ao Cancro todos somos poucos em Defesa dos doentes oncológicos”, de que foi dado conhecimento a todos os deputados com assento naquela comissão.
 - i) Do convite do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Mamede de Ribatua, para a abertura da VII Feira da Laranja que se realizará no dia 9 de Maio pelas 17:30horas e que decorrerá até ao dia 11 de Maio. Estamos todos convidados pelo Sr. Presidente de Junta. Em nome desta Assembleia muito obrigada. Estou certa que todos teremos enorme gosto em estar presentes. Esta Feira da Laranja tem um programa de animação, convívio e interesse cultural como poderão verificar pois ele também vai circular pelos senhores deputados durante esta sessão.
 - j) Da carta do chefe de Gabinete, a informar que o Sr. Primeiro-ministro transmitiu ao Gabinete do Ministro da Saúde a aprovação nesta assembleia da moção “No combate ao Cancro todos somos poucos em Defesa dos doentes oncológicos.
 - k) Do ofício da Inspeção Geral de Finanças a comunicar que, em cumprimento dos Despachos do Senhor Secretário de Estado da Administração Local e do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, prevê iniciar inquérito ao Município inserido no projecto “ Controlo da Contratação na Administração Local Autárquica” no dia 24 de Abril.
 - l) Da recepção do Jornal Voz das Misericórdias.

Informa-se, ainda, que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Pinhão e o Senhor Deputado Hélder Pinto Furtado não apresentaram justificação de falta à última sessão. -----

E antes de abrir o período de antes da ordem do dia quero dizer três coisas. Queria lembrar a todos os Grupos Municipais os tempos que têm para efeitos do uso da palavra neste período, designadamente dezoito minutos para o PS, dezassete minutos para o PSD e dez minutos para o Movimento Alijó, Inovação e Segurança. Digo isto porque na última sessão, o período de antes da ordem do dia excedeu, em muito, os sessenta minutos previstos na lei. A todos peço, por isso, que façam uma mais cuidada gestão dos tempos de intervenção e que tentem evitar na mesma reunião a repetição dos assuntos que pretendam ver esclarecidos. O mesmo pedido faço também ao Senhor Presidente da Câmara. -----

Dizer também aos Senhores Deputados de em caso de terem de ausentar-se da sala, por período superior a cinco minutos, ou caso não pretendam regressar, deverão previamente comunicar tal facto à Mesa. -----

Relembrar o seguinte - e isto vem na sequência daquilo do que se falou há pouco com o Engenheiro Rui Elias - que foram criadas credenciais para todos os Senhores Deputados, por forma a terem acesso à documentação no repositório. Que na conferência de representantes que antecedeu a última Assembleia Municipal, ficou acordado que seria entregue cópia em suporte de papel a cada um dos representantes dos Grupos Municipais, com vista à preparação

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

das reuniões de trabalho, sendo que desde então são facultadas as referidas cópias. Só em caso de impossibilidade injustificada, de acesso ao repositório, por parte de algum Senhor Deputado, será fornecida cópia em suporte de papel. A razão deste procedimento, como já todos perceberam e tive oportunidade de explicar e a que todos serão sensíveis, prende-se com questões de ordem ambiental e redução de custos. -----

Depois dizer, porque já o pediram nas últimas reunião, que faremos um intervalo ao meio da tarde -----

De seguida, a Senhora Presidente abriu as inscrições para o Período antes da ordem do dia, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Luís Lameiras, Domingos Henriques, Sónia Pires, Alceu Costa, Eduarda Sampaio, Samuel Cunha, Vítor Sequeira, Laureano Guedes, Marco Rodrigues, Cláudio Vilela, João Vilela, António Lousa e Filomena Nogueira. -----

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** -----

O primeiro tema que trago aqui neste período de antes da ordem do dia, tem a ver com a Banda Filarmónica de São Mamede de Ribatua. A Banda Filarmónica de São Mamede de Ribatua tem tido uma importância capital na decorrência da sua história. Ela tem a data da sua fundação em mil setecentos e noventa e nove. Vai fazer portanto, este ano, duzentos e quinze anos de existência. Por isso ela é uma das bandas mais antigas do país e pode muito bem ser, a Banda mais antiga do país, uma vez que até ao preciso momento não existem documentos que possam asseverar este facto. Depois, em actividade ininterrupta, ela é mesmo a Banda mais antiga do país. Esta tese foi defendida por um dos mais insígnies e conhecidos historiadores da nossa praça, recentemente falecido, José Hermano Saraiva. -----

Depois, ao nível da formação, ela tem contribuído e muito, quer ao nível pessoal, quer ao nível musical, para que os ribatuenses tenham uma formação mais enriquecida e agora também, com os jovens de outras terras do nosso Concelho, uma vez que frequentam a mesma. -----

Depois, para além disso, tem arrepiado caminho para que muita gente que por lá tem passado, tenha vivido e continue a viver à custa da música. -----

Depois, tem também influenciado as pessoas que por lá passam no sentido da sua formação superior. Há muita gente que tem licenciatura no ensino da música e também mestrados. -----

No que diz respeito á cultura, ela faz, sem sombra de dúvida, parte do património cultural dos ribatuenses. Por isso, ela é um elemento primordial da sua identidade. E não há ribatuense algum que não se reveja ou identifique com ela. Aliás, há alguns adágios populares que revelam, que transmitem isso mesmo, nomeadamente, que vou citar «Em São Mamede de Ribatua, até as pedras da calçada sabem tocar música» ou «Em São Mamede de Ribatua, quando nasce uma criança, nasce um músico». -----

Depois, devido ao papel importante que tem tido na formação musical, no ensino e na divulgação da música, o papel que tem na cultura, ela já foi agraciada por este Município com as medalhas de Mérito Municipal de Prata e de Ouro. E foi também condecorada com a Medalha de Ouro de Mérito Cultural pelo Governo Português. -----

Pode-se dizer que é também, a partir da existência da Banda, que a desertificação do Concelho não é ainda mais acentuada. E porquê? Porque basicamente, a constituição da Banda é constituída por jovens. E portanto, se ela não existisse, de certeza absoluta que a desertificação do nosso Concelho seria ainda mais gravosa. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Daslumbrante Património Natural

9

Neste momento, a Banda Filarmónica de São Mamede depara-se com gravíssimos problemas de ordem financeira. Porquê? Porque tem que pagar o salário do seu Maestro, necessita de um fardamento novo, necessita de instrumentos. Como todos sabem tem que haver uma renovação de instrumentos, porque eles se vão deteriorando constantemente e portanto os instrumentos são bastante caros. -----

Por isso mesmo, peço ao Senhor Presidente e à Senhora Vereadora da Cultura que olhem para esta instituição com muita atenção, no sentido de a ajudarem devido à importância que ela tem no panorama cultural do nosso Concelho. Aliás, jóias como esta não há muitas no nosso Concelho e no nosso país também. E digo mesmo, se essa ajuda não acontecer pode correr o risco de ser extinta, o que seria lamentável, seria muito triste para todos nós e com isso seria uma parte de nós que também morreria. -----

Quero ainda dizer que, aquando da campanha eleitoral do PSD e mais concretamente do comício do PSD em São Mamede de Ribatua, o Senhor Presidente da Câmara prometeu que iria fazer uma Casa do Artista em São Mamede. Ora porque é que disse isto? Porque reconhece que de facto em São Mamede há muitos artistas e porque reconhece que São Mamede é uma terra iminentemente cultural. -----

Depois, queria-me reportar também ainda a umas palavras que o Senhor Presidente da Câmara disse num breve discurso que proferiu no Auditório Municipal aquando do Concerto que a Banda Filarmónica deu por altura do Natal, em que disse basicamente isto: que o homem não é só matéria, não é só corpo, o homem é também espírito e que tinha ficado sublimado com aquela tão eloquente actuação da Banda. -----

Portanto, não peço ao Senhor Presidente da Câmara que faça já uma Casa do Artista, porque a gente bem sabe que isso implica muito dinheiro e os tempos não são nada famosos nesse nível, mas peço-lhe que ajude esta Banda pois ela é a embaixadora do nosso Concelho. -----

Depois, trago aqui um outro tema que tem a ver com o turismo. Também queria dizer que na passada sessão solene das comemorações dos 40 anos do 25 de Abril, o Senhor Presidente mencionou - e bem - que o nosso Concelho é um Concelho iminentemente turístico. Ora bem, tenho aqui um assunto para apresentar porque me parece que a esse nível há aqui qualquer coisa que não está a funcionar bem. Estou-me a reportar nomeadamente a um Posto de Turismo na freguesia do Pinhão, porque me parece ser aquela que de facto mais turismo tem. -----

Esse Posto de Turismo não existe. E como todos nós sabemos, nesta altura, o turismo começa a florescer e por isso é preciso dar uma imagem positiva do nosso concelho a quem nos visita. Em tempos já esteve instalado na Estação do Pinhão um Posto de Turismo. Ao que julgo saber, porque eu trabalho na Estação do Pinhão e na REFER, esse local continua reservado para o efeito. Portanto, eu pedia à Câmara Municipal, que em parceria com a Junta de Freguesia, unissem esforços no sentido de reabrirem o Posto de Turismo para que possa ser prestada toda a informação relativamente àquilo que é importante visitar e conhecer no nosso Concelho. -----

Depois, um último tema para este período de antes da ordem do dia que tem a ver com a questão das Finanças. Sabemos que no dia 28 de Março, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores João Manuel e António Joaquim Fernandes foram a Lisboa e foram recebidos pelo Chefe do Gabinete, penso que do Secretário de Estado ou da Ministra das Finanças. Devo dizer que do meu ponto de vista - e é o meu ponto de vista - que um Presidente de Câmara sendo autoridade máxima responsável pelo Concelho de Alijó, não devia ter aceiteado ser recebido pelo Chefe do Gabinete. Não estou aqui a querer desprestigiar a pessoa em causa,

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

só que eu penso que deveria ser recebido por quem tutela o Ministério das Finanças. Ou pela Ministra ou pelo Senhor Secretário de Estado. -----

Depois, quero dizer que tudo aquilo que lá foi dito, pela representação da Câmara de Alijó, que eu corroboro inteiramente. Corroboro e portanto estou inteiramente a favor daquilo que lá foi dito. Mas devo dizer também que me sinto bastante triste, porque as notícias não são nada auspiciosas a esse respeito. E portanto, o futuro das Finanças de Alijó está em causa. Os trabalhadores e as suas famílias estão em causa. As gentes do nosso Concelho estão em causa. A economia do nosso Concelho está em causa. Lamentavelmente, este Governo só vê números, números e mais números. Já o disse aqui na passada sessão desta Assembleia. E são portanto os campeões da matemática. Mas esquecem-se de uma coisa, esquecem-se que os números não existem se não existirem pessoas. -----

Depois, as políticas deste governo só vêm agravar ainda mais a desertificação e o abandono a que tem sido votado o nosso Concelho, com o encerramento de tribunais, de segurança social, finanças e etc. -----

Por isto, mais uma vez reitero aqui a esta Assembleia, que todas as forças políticas com assento nesta Assembleia, com assento na Câmara Municipal e as forças vivas deste Concelho, devem congregiar esforços no sentido de obstaculizarmos o encerramento das Finanças e de mostrarmos a este Governo que estamos contra as políticas que nos levam ao descalabro e à ruína. Tenho dito-----

----- **DEPUTADO DOMINGOS HENRIQUES (PS):** -----

Cumprimentou a Presidente da Assembleia e os Secretários da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados e o Público em geral e disse:-----

A minha intervenção vem para alertar um problema do qual, eu como Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde tenho sido confrontado e, perdoem-me o termo, e "chateado", com o problema que se passa entre a estrada da Balsa e Vilar de Maçada. Inclusive, acabei de saber há coisa de três, quatro horas, que tinha havido um acidente e que danificaram o carro. Eu disse à pessoa que fomos ter Assembleia e que por acaso era um dos pontos que eu ia apresentar. De facto já constatei isso, eu tive o cuidado de passar por lá e de facto a gente desvia-se de um buraco e enfia-se noutro. E de facto, aquilo é lastimoso. E daí a razão de eu fazer aqui um apelo ao Senhor Presidente da Câmara, para que interceda o mais rápido possível, para que, enfim, seja repostos o trânsito na estrada cortada Balsa, Vilar de Maçada, porque de facto é urgente. ---

Por outro lado estou aqui a lembrar que já falei aqui, salvo erro, na Assembleia de Dezembro, sobre o estado também e que é do conhecimento geral do Município e sei também que já lá foram, que estão a analisar, mas também havia, enfim, uma certa urgência em compor aquela estrada do Freixo, que ainda por cima é uma estrada que dá acessibilidade, penso, à única empresa e à única fábrica, que paga os seus impostos directos aqui no Concelho. Penso que estou a falar, refiro-me concretamente às Tintas Europa. Penso que não estou a omitir, se disser que é talvez a única empresa, se não é a única deve ser a segunda ou terceira, que paga os seus impostos aqui no Concelho, ao contrário de outras empresas, que vêm aqui fazer o turismo, mas que não deixam cá nem sequer um cêntimo. -----

Por isso Senhor Presidente é mais um apelo que eu fazia neste momento grave que é o caso da estrada da Balsa a Vilar de Maçada e também a estrada do Freixo, que de facto está num estado também lastimável, como V/ Ex.^a sabe muito bem. Muito obrigado. -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

[Handwritten signature]
17

----- **DEPUTADA SÓNIA PIRES (PSD):** -----

Cumprimentou a Senhora Presidente da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara Municipal e os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados Municipais e o público presente e disse:-----

A minha intervenção vem no sentido de relembrar que nem sempre o nosso Concelho é visto com conotações negativas e portanto, desta vez trago uma boa notícia, que é relativamente ao jovem Guilherme Teles. Neste sentido eu gostaria de pedir um voto de congratulação ao Guilherme, uma vez que é um jovem do Concelho, que de facto tem apenas nove anos e lança o seu primeiro livro, onde conta três histórias. É de facto uma mais-valia para o nosso concelho e ele teve vários destaques em vários órgãos da comunicação social, nomeadamente no Jomal de Notícias de 27 de Abril e daí deixar aqui este apelo para o voto de congratulação. -----

----- **DEPUTADO ALCEU COSTA (PSD):** -----

Cumprimentou a Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados e o público presente e disse: -----

Eu gostaria antes de mais de felicitar a Câmara porque de facto reparei que a estrada de Cabeda para Cova de Lobos já está a ser composta, já chegou ao rio. De facto aquilo era perigoso. Está a ficar muito melhor. Era bom que se acabasse porque do lado de cá, de facto os buracos são cada vez mais. Portanto, estão de parabéns, mas vamos acabar aquele trabalho que não é muito grande mas é de facto importante. -----

Mas a minha intervenção prende-se um bocadinho com a minha situação, como sabem de pertencer aos bombeiros e portanto desculpar-me-ão que volte a insistir no caso dos bombeiros. Penso que já da última vez abordei de longe o financiamento dos bombeiros do Concelho e comparando exactamente com os outros Concelhos, nomeadamente foi só referir muito rapidamente, por exemplo Vila Real dá cem mil euros a cada corporação de Bombeiros, Chaves dá oitenta mil. Nos executivos anteriores, Murça dava seis mil por mês e Sabrosa dava sete mil e quinhentos por mês. Bom, o nosso Concelho nos últimos três, quatro anos tem recebido zero. Antes eram quinhentos contos, para falar na moeda antiga, ou dois mil e quinhentos euros actualmente. E a minha razão para falar nisto é o seguinte. Eu sei que a Câmara não tem dinheiro, mas já nas outras intervenções procuro abordar ou apresentar soluções ou ideias que tendem ou procurem não onerar os cofres da Câmara. E mais uma vez eu falo por causa disso. Isto veio a propósito de uma conversa que tive com um pai de um Senhor Deputado, que por acaso não está presente mas que é de Sanfins. Tem uma casa em Portimão e que me deu esta sugestão, porque ele também é sócio dos Bombeiros e aliás toda a família é sócia dos Bombeiros. Deu-me esta sugestão muito simples e que de facto eu sei que já existem muitas Câmaras, muitos Municípios, nomeadamente no nosso Distrito, que é no recibo da água ou do lixo ou qualquer desses serviços prestados mensalmente, lá põem um pouco mais. Mas eu atrevia-me a sugerir que a Câmara estudasse a hipótese de se pôr uma pequena cota, sei lá de cinquenta cêntimos, correspondente a um café, por mês, porque reparem, os Bombeiros existem por vontade do povo, penso que não há ninguém que não ache vantajoso ter-mos bombeiros. Toda a gente precisa infelizmente dos Bombeiros. Mas se precisam dos Bombeiros também toda a gente tem de compreender que tem que dar alguma coisa, e cinquenta cêntimos por mês é perfeitamente irrisório, não tem expressão. No entanto, seria a forma da Câmara financiar os seus Bombeiros, são cinco corporações, como sabem, sem onerarmos, como disse, os cofres da Câmara. Era isto, muito obrigado. -----

----- **DEPUTADA EDUARDA SAMPAIO (PS):** -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural


G.P.S.

72

Cumprimentou a Senhora Presidente e os Senhores Secretários da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores, os senhores Deputados e o Público presente e disse:—

Os dois pontos que já foquei em Fevereiro prendem-se com o problema da extensão de saúde em Vilar de Maçada e eu gostaria de saber do Senhor Presidente da Câmara se já negociou, porque isto é uma questão de negócio, com a ARS de Vila Real e a Câmara de modo a solucionar aquele problema grave que se passa daquela promiscuidade entre utentes do Centro Social e utentes do serviço de saúde? -----

O outro ponto prende-se com aqueles dez mil euros, pseudo dez mil euros, que os contribuintes do Bairro de Vilar de Maçada depositaram aqui nesta Câmara, para poderem reverter para a construção da Casa Mortuária em Vilar de Maçada. O Senhor Presidente disse que ia tratar de ver como é que se poderia resolver o problema e logo que pudesse dir-nos-ia alguma coisa. Eu digo pseudo porque o terreno reverteu outra vez para a Câmara e os utentes pagaram esses dez mil euros e gostariam de ver a obra da casa mortuária em andamento com esse dinheiro. -----

Os outros dois pontos são para me congratular com o Senhor Presidente da Junta de Vilar de Maçada, porque sei que foi por iniciativa dele, mas julgo que a Câmara também pôs pessoal ou a massa asfáltica e essa massa asfáltica fez muito bem, tanto na estrada de Cabeda para Cova de Lobos, como nos acessos dentro da própria vila e freguesia e tapando aqueles buracos que tínhamos. Falta apenas que a Junta de Vilar de Maçada e a Câmara, novamente com essa massa asfáltica, que deve ter sobrado, se não têm que comprar outra, poderem tapar os tais buracos da Balsa, porque de facto já há muitos carros danificados, porque para se desviar pode-se dar um acidente grave, porque as pessoas para se desviarem dos buracos, que eu até os conheço, temos que ir para as faixas contrárias e pode-se dar ali um grave acidente. -----

Por último e não em último lugar, deveria ser em primeiro, também quero um voto de congratulação para o jovem Guilherme, que é um potencial escritor, porque com nove anos fazer o que fez, acho que a Câmara, de facto, deve incentivar estes jovens e potenciar estas apetências. É só, tenho dito. -----

----- **DEPUTADO SAMUEL CUNHA (PSD):** -----

Cumprimentou a Mesa e a Senhora Presidente, o senhor Presidente do Executivo e os Senhores Vereadores, os Membros da Assembleia Municipal e ao público em geral e disse:-----

Três assuntos que gostaria de falar e em primeiro lugar agradecendo as palavras do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde, por se ter lembrado, e eu aqui tiro um bocadinho a camisola de Membro Municipal e visto um bocadinho a camisola como sócio-gerente e representante da empresa Tintas Europa, para agradecer as palavras por não cair no esquecimento, uma estrada que, se não me engano, nunca levou alcatrão, portanto é sempre buraco atrás de buraco e infelizmente é uma porta de entrada não só para a empresa que represento, mas é uma porta de entrada na aldeia que é muito feia. Recebemos camiões e camiões por dia, senão por semana e por mês. Recebemos fornecedores de toda a parte da Europa e não deixa de ser vergonhoso porque estamos em Alijó. No entanto e indo também ao encontro daquilo que o senhor Presidente falou, efectivamente as Tintas Europa não estão sediadas em Alijó. E isto digo já, não é novidade nenhuma, já há muitos anos que a nossa sede se encontra noutra Concelho, mas no entanto a nossa responsabilidade no Concelho é mais que muita e também se o Senhor Presidente dos Bombeiros me deixar falar, e certamente não me vai proibir, nós vamos ser padrinhos de um autotanque nos Bombeiros de Sanfins. Logicamente

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



que também para além das pessoas que empregamos, directa e indirectamente no Concelho, isso também ajuda sempre a toda a população. -----

Entretanto, agora vestindo outra vez a camisola de Membro Municipal, gostaria de realçar dois pontos. Primeiro, como também membro eleito para a CIMDouro, estivemos presentes no dia 17 de Abril de 2014, no Peso da Régua, no Museu do Douro, para uma Assembleia Intermunicipal. Praticamente para dizer só o que é que foi feito, qual a ordem do dia. Houve a deliberação de uma lista e que acabou por tomar posse dos candidatos a membros do Secretário Executivo Intermunicipal. Deliberou-se sobre a proposta de alteração dos Estatutos da CIMDouro, o mapa de pessoal para 2014 e as opções do Plano para os anos de 2014 a 2017, sobre o seu orçamento para 2014, prestação de contas de 2013, primeira revisão orçamental de 2014 e também a deliberação de uma proposta de autorização genérica para dispensa de autorização prévia na Assembleia Intermunicipal. -----

Foi tudo aprovado por unanimidade. Não houve qualquer assunto de grande relevância sobre estes temas. Correu tudo dentro dos previstos. -----

Entretanto, o último assunto, sabendo que este ano é comemorado os quinhentos anos do Foral gostaria, caso já haja algum gabinete que esteja a organizar este ponto, de propor e se ainda for possível, de propor um ou dois membros aquilo que for possível, representantes da Assembleia Municipal para participarem e para ajudarem também nessa organização. E penso que é tudo, agradeço. Obrigado -----

----- **DEPUTADO VÍTOR SEQUEIRA (PSD):** -----

Cumprimentou a Mesa, o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores, os senhores Deputados e o público em geral e disse: -----

O problema que trago aqui é essencialmente o que trouxe na última Assembleia, que se prende exactamente com a interdição do caminho de Soutelinho. Como sabem este caminho é muito importante não só para a população de Favaios, mas também para as populações vizinhas. Serve também, como é óbvio, as quintas da proximidade, que se deparam com prejuízos avultados, tanto no transporte dos seus bens, como do pessoal trabalhador. E como é sabido, também Favaios tem várias padarias que têm a obrigação e têm também clientes do outro lado, no Concelho vizinho, no Concelho de Sabrosa e se deparam com custos avultados no transporte do pão para essas localidades. Penso que é de extrema importância resolvermos de uma vez aquele problema. Já não é a primeira vez que me desloco a esta Câmara para falar com as pessoas com competência para resolver este caso e acho que já passou algum tempo e não queria voltar aqui, para a próxima Assembleia, com o mesmo problema. É um problema que traz todos os dias muita gente à Junta, não só os padeiros, mas a população em geral. É um caminho que tem muita importância, não só nos aspectos que já referi, mas também quando a IP4 se transformar em definitivo em auto-estrada e tiver os seus custos, que vai ter os seus pórticos, esse caminho vai ter ainda mais pessoas a circular. No momento é um obstáculo que há pessoas, que não podemos esconder aqui, que é conhecido, que há pessoas que arriscam a passar ali. Um dia vai haver um acidente grave e nessa altura nós vamos a correr resolver o problema. Antes que essas coisas aconteçam e antes que a gente se depare com problemas que possam surgir, acho que urge resolvermos esse problema. Mais uma vez digo, não queria voltar aqui para a próxima Assembleia voltar outra vez a falar neste assunto. É um assunto de extrema importância, não só para Favaios como para o Concelho, muito obrigado. -----

----- **DEPUTADO LAUREANO GUEDES (MAIS):** -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



Queria só formular duas perguntas muito rápidas ao Senhor Presidente, no entanto, antes de o fazer, permitam-me corroborar as palavras que ouvi aqui do meu conterrâneo e Deputado Luís Lameiras, que fala de São Mamede, da sua Banda, da história e como tal, não podia deixar de acentuar, de certo modo, a importância cultural, mais cultural do que cívica até, na natureza desta Instituição. Tenho muita pena que os Bombeiros ficassem extintos. Estas Associações cívicas, de certo modo, deviam de ser preservadas, mas a movimentação e a motivação, infelizmente não o concederam. -----

Julgo que a cultura nesta região é mais do que notória, é fundamental. Não propriamente, até no caso específico de São Mamede, porque no nosso Concelho hoje falamos até de nomes até da literatura. E a música está, felizmente, propagada também por outras zonas, como Carlão. É evidente que estas Instituições, a meu ver, a história faz-se. A data em si, não vou agora criar polémica. O Dr. Hermano, com o devido respeito, é um criador de história, e possivelmente, essa data, eu como ribatuense e de fé, acredito que seja verdadeira e como tal, vamos fazer fé, para darmos ao nosso Concelho, uma história com um certo peso. -----

Julgo que a música, como qualquer acção cultural, devia ser auto-suficiente economicamente. Mas não é. E não é porque enfim, há aspectos que devemos considerar fundamentais para que isto continue. E a Banda de São Mamede após ter sido instalada num espaço soberbo, que é o polivalente da Freguesia, tem possivelmente agora, que encarar outras despesas inerentes ao seu espaço. Como tal, eu julgo que a Câmara irá com certeza reparar, portanto essa assistência e como tal, fazer com que a Banda não tenha necessidades, portanto, tão evidentes. -----

Bom, quanto a isto poderia dizer muito mais coisas, mas as duas perguntas que vou fazer ao Senhor Presidente, nem vou substituir com certeza o Senhor Presidente da Junta de São Mamede, mas gostaria de saber concretamente, em relação não só à freguesia de São Mamede, mas ao próprio Concelho de Alijó, as compensações que estão a ser programadas em relação à barragem? -----

Nós estamos a ser invadidos por um constante movimento, como digo, não é só cansativo, mas destruidor, quer das estradas, quer do sossego da população e de certo modo que deveria ter uma compensação. O povo é pacífico, é certo, mas tem-se questionado e tem de certo modo criticado esta acção que a barragem impôs ao espaço da aldeia. Eu gostaria de saber se a Autarquia já tem, direi, algum protocolo ou alguma intervenção nesse sentido. Porque de modo geral, todas as Autarquias aqui na zona do Tua, Mirandela, parece-me que já negociaram algumas coisas, quer quanto ao ambiente, quer quanto ao planeamento turístico, etc, etc, etc.. O Senhor Presidente com certeza que tem alguma palavra para me dizer. -----

Outra pergunta prende-se um pouco à natureza do ambiente também, referente a São Mamede. São Mamede tem hoje um espaço de lazer magnífico, magnífico. Bem integrado, tem uma ribeirinha. Tem espaços verdes. Mas de repente, no fundo da grande obra que foi concretizada no ano anterior, tem uma estação elevatória bastante agressiva. E eu assisti à primeira ideia do projecto. Era uma estação elevatória sem volumetria em altura. Com certeza integrada no solo e em profundidade. E havia sobretudo, um emolduramento de arborização, de vegetação, que encobriria essa agressão ao ambiente e até à paisagem. Além disso, também me questiono, porque à medida que avança no tempo, os cheiretes vão-se acumulando e há nitidamente, pela manhã, conforme os ventos, um cheiro nauseabundo que infesta toda aquela Avenida do Areal e da ribeirinha com certeza. -----



Bem, são questões que pontualmente poderão ser resolvidas. Acho que a Autarquia pode obrigar as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro a repor o seu projecto inicial, que é respeitar realmente os projectos que se vão concretizar para o bem-estar também das populações. Não basta só ceder terrenos, também é preciso ter respeito pelas pessoas que vivem nos locais. Estamos numa era em que o ambiente é muito importante. A parte economicista das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro começa a ser muito, muito viciada. E se não pomos cobro a esses abusos, com certeza que estamos hoje num ambiente considerado turístico conspurcado por este mau tratamento que damos às águas. Tenho dito. -----

----- **DEPUTADO MARCO RODRIGUES (PSD):** -----

Senhor Presidente da Câmara era só para lhe perguntar se o Senhor tem conhecimento sobre o projecto ou sobre a alteração que o IPTM se está a preparar para fazer na margem do rio Douro, mais propriamente na parte da Freguesia do Castedo, Cotas e Póvoa, porque, pelo conhecimento que eu tenho, eles vão alargar ao canal fluvial para fazer a circulação dos novos navios de turismo do nosso amigo que descobriu uma mina de ouro no rio Douro e a Junta de Freguesia de Castedo e Cotas vai tentar, junto das Instituições de quem de direito, impedir essa situação e gostaria de saber se a Câmara Municipal de Alijó está dentro do assunto, se se faz acompanhar disso, ou se foi sequer informada sobre essa situação? Porque nós não fomos legalmente informados de nada. E é uma situação que é urgente de alguém da parte da Câmara tentar saber o que se está a passar, junto do IPTM. -----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** -----

Vou ser muito rápido, não vou estar com grandes explicações, até porque o tempo é escasso e muitos dos Senhores Deputados já referiram aquilo que eu trazia para este período. No entanto, queria solicitar à Senhora Presidente que a partir desta Assembleia Municipal, os documentos de suporte à mesma me sejam enviados em suporte de papel. Como sabe, a Senhora Presidente há pouco referiu-se que estava sempre uma cópia disponível, mas eu fiz esse pedido à D.^a Zulmira e não me foram facultados. Depois tivemos uma conversa pelo telefone, eu e a Senhora Presidente, por uma questão de cordialidade eu não vou aqui referir. Fica no entanto o meu requerimento para que a partir de agora os documentos sejam enviados em suporte de papel. Isto, também falando de Abril, é uma liberdade dos Senhores Deputados receberem a correspondência como bem entenderem. Penso que isso também não pode ser limitado. -----

Já agora também e referindo-nos a Abril, ao 25 de Abril, gostaria também e porque tive conhecimento que o Senhor Vereador António Fernandes fez uma intervenção na reunião de Câmara acerca das comemorações do 25 de Abril no Concelho de Alijó. Facto é que ainda não vi a acta dessa reunião, não me foi disponibilizada, pelo que gostaria de interpelar o Senhor Vereador António Fernandes, para que fizesse aqui nesta Assembleia Municipal, fizesse uma intervenção no sentido de explicar qual foi o teor da sua intervenção na reunião de Câmara. -----

Nesse ponto também, e porque tive conhecimento que o Senhor Vereador António Fernandes entregou no início da sessão à Senhora Presidente uma carta, da qual eu desconheço o teor, ela não foi mencionada naquele período em que a Senhora Presidente deu conhecimento da correspondência recebida à Assembleia, eu gostaria também de interpelar o Senhor Vereador António Fernandes para que nesta Assembleia explicasse o teor da mesma. -----

Depois, uma pequena nota para referir alguns assuntos que eu trazia aqui, que os Senhores Deputados que me antecederam já referiram, como é o caso das Finanças, da estrada Soutelinho, Ponte da Ribeira. Houve um deles que não foi referido, foi o muro da Senhora da

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



Piedade, continua também caído. A estrada de Cova de Lobos e também uma nota para nos solidarizarmos com o voto de congratulação referente ao livro do jovem Guilherme Teles. Não vou estar com muitas explicações, até porque os colegas que me antecederam já as fizeram e era só. -----

Também há aqui um equívoco, que penso eu. Eu estive há pouco lá fora com o senhor Presidente de Junta de Vilar de Maçada, o Senhor Deputado Alceu disse que a Câmara Municipal estava a arranjar a estrada de Cova de Lobos, Sanfins. Penso que deve haver um equívoco da parte dele porque me foi referido pelo Senhor Presidente de Junta de Vilar de Maçada que essa estrada está a ser arranjada sim pela Junta de Freguesia de Vilar de Maçada. Neste momento era só, muito obrigado. -----

----- **DEPUTADO JOÃO VILELA (PSD):** -----

Vamos ver se eu não me consigo perder para não estar aqui a fazer perder mais tempo. Primeiro, gostaria de referir o que se passou na última Assembleia Municipal, porque na minha opinião foi completamente surreal e aproveitando as palavras agora do Deputado Cláudio Vilela, dizer que não vamos ter continuação com aquilo que se passou. O lugar dos Vereadores falar é na Câmara Municipal, aqui somos nós, a Mesa, o Senhor Presidente da Câmara e quando se entender necessário, os Senhores Vereadores. Agora, não é com esta habilidade, e perdoem-me a expressão, que se vai arranjar aqui uma forma de pôr os Vereadores a falar. Mas então afinal em venho a uma reunião de Câmara ou eu venho a uma reunião da Assembleia Municipal? Quer dizer, não vamos perder tempo com estas coisas, ou vimos discutir nós ou vêm discutir os Vereadores. E o lugar deles discutirem é na Câmara Municipal, não é aqui. Esclareçamos esta história de uma vez por todas, porque aquilo que se passou na última Assembleia Municipal foi verdadeiramente vergonhoso. Independentemente do assunto ou dos assuntos que aqui foram trazidos eu acho que é desnecessário estarmos aqui a perder tempo com estas coisas. Aqui é o lugar de nós discutirmos, não é o lugar dos Senhores Vereadores, com o máximo respeito que eu tenha por eles. Nem eu vou falar para as reuniões de Câmara. Portanto, independentemente disso e acho que relativamente a esta questão ficamos esclarecidos. E depois não quero deixar de dizer que, em relação à última Assembleia Municipal, lamentar que na questão do PDM, e não me vou alargar nesta questão e não o referi na altura, que uma funcionária da Câmara que aqui estava para fazer uma explicação técnica, tenha vindo aqui fazer um apelo ao voto, o que me parece absurdo. -----

Passando esta questão à frente em relação à última Assembleia Municipal, gostaria de colocar a questão ao Senhor Presidente da Câmara, qual é a situação em relação às transferências para as freguesias, relativamente aos protocolos. Pode aqui dar uma explicação em que ponto da situação é que está esta situação, porque me parece relevante, estamos já no final de Abril e não há ainda uma informação a esse nível? -----

Depois, gostaria de manifestar o contentamento da bancada do PSD pela presença do IGF na Câmara Municipal, solicitando também e dado que, se explicou eu não percebi e peço desculpa, pode haver alguma informação complementar em relação à presença deles aqui, ou seja, se pode haver alguma informação relativamente ao enquadramento daquilo que eles estão aqui a realizar. Porque se houve essa informação da parte da Senhora Presidente eu não percebi e se houve, peço desculpa. -----

Depois, trazer aqui um assunto que me desagradou particularmente, que foi ter visto na comunicação social, uma notícia de que a Câmara Municipal de Alijó, entre outras, não pagou ou



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

17

tinha em atraso, a sua quota à Assembleia Distrital. Eu tinha pelo menos a ideia de que esta situação em relação a Alijó estaria resolvida. Acontece que efectivamente não estava e isso teve que vir para os jornais para que efectivamente não só Alijó, mas os outros municípios resolverem esta questão, quando no caso dizia respeito a uma pessoa e à sua subsistência, que é pela via do trabalho e do trabalho que estaria a desenvolver não estava a ser pago. Portanto, penso que nestas questões deve haver aqui mais alguma atenção, relativamente às pessoas em particular, que me parece importante, mas já agora, aproveitava e também pedia ao Senhor Presidente que desse aqui alguma explicação à volta desta situação e o porquê de ter havido este atraso e desde quando é que havia o atraso nos pagamentos e já agora qual é o valor desta quota, porque é importante, se ela está nas contas. Eu manifestamente não a identifiquei. -----

Depois, e para concluir, não fazendo aqui perder mais tempo, tenho dois documentos para apresentar, um deles diz respeito, em primeiro lugar, a um requerimento, para que, e não havendo essa informação de outra forma, seja disponibilizado no repositório onde estão neste momento colocados os documentos da Assembleia Municipal, a documentação de suporte às reuniões de Câmara, para que possamos ter conhecimento do que efectivamente se discute e desses documentos, porque não temos acessos a eles. Não tendo, obviamente de os estar a solicitar reunião a reunião

E depois um outro documento que gostaria de apresentar à Mesa para colocar em votação, se a Mesa assim o entender, que é uma moção relativamente ao aludido de que se fala na comunicação social, de um possível encerramento da Repartição de Finanças de Alijó, manifestando que vem sendo a posição do PSD e em querência das posições tomadas num passado recente, nomeadamente ao Serviço de Atendimento Permanente do Centro de Saúde de Alijó, às Extensões de Saúde, às Escolas do Primeiro Ciclo, ao Tribunal Judicial e a alguns postos dos CTT. Portanto, mantendo a coerência em relação a essas posições tomadas no passado, somos e continuaremos a ser contra qualquer encerramento. Independentemente disso e a informação mais recente que chegou é de que não se fala de um encerramento, mas não sendo uma informação oficial, de qualquer das formas gostaríamos de apresentar esta moção, para que possa ser votada por esta Assembleia Municipal, manifestando a nossa discordância contra um possível encerramento, não só das Finanças mas de qualquer serviço público no Concelho de Alijó. -----

Depois, só para me referir aqui à intervenção do Senhor Deputado Luís Lameiras e deixe-me dizer-lhe no que respeita à Banda de Música de São Mamede estou completamente de acordo consigo. É efectivamente um ícone da cultura, não só no Concelho, mas deixe-me dizer-lhe, até no país, mas não deixar de referir também, e porque é importante, a outra Banda de Música no Concelho, que é a Banda de Música de Carlão, pelo excelente trabalho que tem vindo a desenvolver também pela cultura, não só no Concelho de Alijó. E tenho dito -----

-----A **PRESIDENTE DA MESA** perguntou ao Senhor Deputado João Vilela se iria entregar a moção por escrito e se não se importaria de a entregar. Deu de seguida a palavra ao Senhor Deputado António Lousa. -----

----- **DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD):** -----

Cumprimentou a Senhora Presidente e a restante Mesa, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados e o Público em geral e disse: -----

Primeiro ponto, queria-me congratular com as comemorações do 25 de Abril feitas nestes Paços desta casa, pela sua simplicidade mas a corresponder aos ideais de Abril, por todas as

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

78

bancadas exporem as suas opiniões, seja qual for a cor política. Para já, muito obrigado ao Senhor Presidente. -----

Segundo ponto, vinha no Jomal Público desta semana, de tiragem nacional, o endividamento das Câmaras, onde punham em causa já a possibilidade de não pagarem salários. Trazia lá as três mais endividadas, mas o Secretário-geral da Associação Nacional de Municípios focava que havia trinta a trinta a três Câmaras nessa situação. Tendo em conta as dificuldades do nosso Município, gostava de saber se estamos incluídos nessa situação? -----

Terceiro ponto, congratular-me pela limpeza que se tem efectuado nalguns espaços urbanos deste Concelho, que devem continuar em todo o Concelho e na limpeza de várias estradas municipais. Reportando-me aqui sou transmissor de algumas das opiniões dessas pessoas, elas pedem para ter atenção às giestas que ficam cortadas nas bordas da estrada e secas, para não haver problemas no verão e que nalgumas estradas que alertam para que os escoamentos da água foram voluntariamente entupidos e não havendo escoamento de águas e que de alguns lados das estradas, para as pessoas não terem água nos seus terrenos, colocaram bermas artificiais em altura, junto mesmo das bermas, e que entrando mesmo para dentro das estradas. Limite-me a reportar isto, por acaso já me mostraram alguns lugares onde é que isto existe. -----

Na última Assembleia nós aprovamos aqui o PDM. Segundo sei, o PDM ainda não entrou em vigor. Gostava de saber os motivos e para certas obras que estão a ser licenciadas neste Concelho, se vão ser os parâmetros do PDM antigo, do PDM actual, como vão ser licenciadas e se vão usar algumas alternativas que o antigo PDM autorizava? Gostava que fosse esclarecido.

E no último ponto é para congratular a Senhora Presidente pelo trabalho que está a fazer nesta Assembleia, porque vejo que toda a gente quer falar nesta Assembleia, é sinal de que a Assembleia foi dignificada. Muitos parabéns. -----

----- A **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu e deu a palavra à Senhora Deputada Filomena Nogueira. -----

----- **DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA (PS):** -----

Cumprimentou a Senhora Presidente da Assembleia Municipal e os Secretários da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara e Vereadores, os Deputados Municipais e o público presente e disse: -----

Começo por informar esta Assembleia, de uma forma muito especial, o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, de que a Rua do Souto, onde se encontra localizada a sede da ex Junta de Freguesia de Ribalonga e onde o actual Executivo da União das Freguesias faz o atendimento ao público duas vezes por mês, se encontra em péssimo estado de conservação, devido aos enormes buracos e à brita solta que se encontra no asfalto desta rua. -----

Como todos sabemos, a Lei 75/2013 não permite que a verba que recebemos do FEF seja para este tipo de obras. Assim sendo, pergunto: estará o Executivo Municipal disponível para repavimentar esta rua num curto espaço de tempo? Poderemos por intermédio do protocolo de acordo de execução, que estou certa, vamos assinar, resolver este assunto? Quando Senhor Presidente? -----

Já agora, qual critério da distribuição de verbas destes acordos de execução para as Juntas de Freguesia? -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural


79

A nível ambiental há inúmeros problemas para resolver na União das Freguesias do Pópulo e Ribalonga, nomeadamente em Rapadoura, onde ainda não existe saneamento básico. Aproveito para lembrar o Senhor Presidente que o contentor do lixo que prometeu para esta localidade, ao admitir que a existência de apenas um naquela aldeia seria pouco, ainda não chegou ao destino. Agradeço que providencie nesse sentido com a maior urgência. E já agora Senhor Presidente informo que são necessários mais contentores do lixo na União das Freguesias do Pópulo e Ribalonga.

Falando ainda sobre o ambiente, informo também que a mini-etar localizada em Ribalonga funciona mal, na medida em que, nas imediações da mesma, o cheiro é nauseabundo, acrescido de um aglomerado numeroso de insectos, sinónimo, como todos sabemos, de poluição ambiental. Sei que o ambiente e salubridade também é competência das Freguesias, mas Senhor Presidente, atribuírem competências às Juntas sem o respectivo acompanhamento de meios técnicos e financeiros, não resolve absolutamente nada. Aliás, considero ser um disparate. Face ao exposto, solicito que o Executivo Municipal mande alguém especializado verificar o que se passa com esta mini-etar, de forma a preservarmos um pouco melhor, o nosso ambiente.

Para terminar, informo o Executivo Municipal e todos os Senhores Deputados, na pessoa de Sua Excelência a Senhora Presidente da Assembleia, que a estrada municipal que liga Rapadoura até à Ribalonga, uma das obras em contencioso, se encontra intransitável, devido ao abatimento de parte do asfalto, provavelmente devido à falta de consolidação do pavimento e insuficiente drenagem das águas. É só de momento, muito obrigada.

Porque solicitada, a PRESIDENTE DA MESA deu ainda a palavra aos Senhores Deputados Eduarda Sampaio e Albano Pereira.

----- **DEPUTADA EDUARDA SAMPAIO (MAIS):** -----

Eu esqueci-me de referir que estive presente numa reunião, eu e os Senhores Deputados da bancada do PSD, numa reunião na Régua, da CIM, a segunda reunião, em que se aprovaram as contas e que se procederam aos serviços.

E aproveito para fazer aqui uma abordagem ao Senhor representante ali da bancada, ao Senhor Cunha, que disse e bem, que a empresa ia participar, não percebi se era num carro ou numa ambulância. Eu acho que deveríamos aproveitar aqui a presença do Senhor Deputado, para propor o seguinte: por penalização, por castigo às Tintas Europa, por não terem a sede em Alijó, que pavimentem até às Tintas e a Câmara apenas faça para cima para vinte ou trinta desgraçados que lá vivem, que até eu quando era executiva na Câmara me debati para que olhassem para aqueles desgraçados, que bem basta estarem lá tão poucos e foi preciso por lá um bocado de água e luz àqueles infelizes e ainda por cima não têm nada, nem um bocadinho de massa asfáltica. De maneira que o Senhor Presidente da Junta combirasse aí com o Senhor Presidente da Câmara e com os serviços e ponha lá um bocado de massa asfáltica para cima das Tintas Europa, porque para baixo deve ser as Tintas Europa, como castigo, por estar fora de Alijó.

----- **DEPUTADO ALBANO PEREIRA (MAIS):** -----

Cumprimentou a Senhora Presidente da Assembleia e a respectiva Mesa, bem como os demais presentes e disse:

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

20

Eu tenho de agradecer aquilo que esta Câmara já fez numa estrada que foi composta, foi renovada completamente e estava muito linda há sete anos e nunca teve uma limpeza. A estrada estava mesmo feiinha. Ficou bonita e estava feia. Hoje a estrada está composta, porque começaram do Castedo e acabaram no Pinhão. Acho que foi um trabalho bonito, bem organizado e eu tenho de agradecer à Câmara. -----

A outra situação tenho que agradecer ao Deputado Luís Lameiras o ter-se lembrado do Posto de Turismo do Pinhão, mas só para o informar e também esta Assembleia, de que tanto a Junta como a Câmara, não tem estado esquecidas disso e o Posto de Turismo do Pinhão vai abrir breve, com toda a dignidade e pompa. Muito obrigado. -----

----- A **PRESIDENTE DA MESA** informou que ia dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara e que em seguida responderia ao Senhor Deputado Cláudio Vilela e que a Mesa se iria pronunciar sobre a moção e o requerimento apresentados pela bancada do PSD, bem como sobre a carta dirigida pelo Senhor Vereador Fernandes. Adiantou ainda que neste período de antes da ordem do dia o Senhor Deputado António Fernandes não iria usar da palavra, mas que iria ler a carta apresentada, à Assembleia, respeitando aquilo que diz o Regimento, não havendo necessidade de criar mais um incidente na Assembleia. -----

Deu de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA:** Começou por cumprimentar a Senhora Presidente da Assembleia e a respectiva Mesa, os Senhores Deputados e o Público presente e disse: -----

Grande parte dos assuntos em que a Câmara é interpelada prende-se tudo com a mesma coisa, falta de dinheiro. Uma casa vazia só tem problemas. E essa casa vazia tem de ter sobretudo uma coisa. Tem que ter pessoas determinadas a resolver os problemas e não a avolumá-los ou a criar artificialmente problemas a quem está a tentar resolvê-los. E é essa responsabilidade, essa colaboração, que tenho tido de grande parte e tenho de fazer aqui justiça, de grande parte destes eleitos, tenho tido essa compreensão e tenho tido essa colaboração. A eles eu agradeço aqui publicamente. -----

Relativamente aos assuntos pontuais que me põem, eu vou tentar responder. Alguns cruzam-se, outros atravessam-se. Eu vou tentar sintetizar um pouco e começando pela intervenção do Senhor Deputado Luís Lameiras, relativamente à Banda Filarmónica de São Mamede, pois a Banda é um ícone neste Concelho e neste país. Eu tive a oportunidade de dizer no auditório, na última vez que a vi actuar, que me perdoassem, mas para mim, já não era só a Banda de São Mamede, era a nossa Banda. Eu julgo que aí ficou bem expresso, a determinação e a vontade e o carinho que o Executivo põe nesta Banda. E não só nesta Banda, não nos podemos esquecer da Banda de Carlão, que ultimamente tive oportunidade de ver numa actuação e de ver um estágio também promovido por eles e que também me motivou muito. Realmente estas Associações fazem parte da nossa alma, são o nosso espírito e temos que as preservar. Isto é a nossa cultura. Isto é a nossa identidade. Tudo faremos para as preservar e poder ajudar, certos que para passar dinheiro para as Associações temos primeiro outros compromissos e esses compromissos são financeiros. Enquanto não atingirmos os níveis que nos possibilitem transferir dinheiro para as Associações, pouco mais podemos fazer do que prestar apoio logístico e apoio técnico. Esses têm à disposição, todo o corpo técnico da Câmara está à disposição das Associações. -----

Relativamente a eu ter prometido a Casa do Artista, não corresponde exactamente a isso. Nunca disse a palavra prometer. Nunca. Eu lancei um desafio às boas vontades de todos os políticos

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



intervenientes em São Mamede, para que dessem as mãos, esquecessem as divergências e tentássemos encontrar uma saída e apelei até à generosidade de algumas pessoas de São Mamede que eu sei que são generosas, para encontrarmos uma saída. E porque não procurarmos uma candidatura para uma Casa do Artista? Faz todo o sentido, as gentes de São Mamede são atravessadas por um gene com uma sensibilidade enorme e isso faz parte do nosso Concelho. É a nossa identidade e faz todo o sentido que, ou Casa do Artista ou outro nome qualquer, já tive outras sugestões, por acaso também de pessoas de São Mamede, que têm uma visão um pouco diferente e que estamos disponíveis para discutirmos, para conversarmos e encontrar uma saída. Para isso vamos estar atentos a este novo quadro comunitário. Como sabem, este Município para se candidatar a este quadro comunitário tem que ter alguns fundos disponíveis e tem que ter sobretudo uma autorização de candidatura. Neste momento, Municípios como o nosso não se podem candidatar sem ter essa autorização. Portanto é um pequeno passo que temos que dar que poderá ser grande. Vamos ver como é que nós conseguimos argumentar junto da tutela para recorrermos a este quadro comunitário. —

Relativamente ao Posto de Turismo, o Senhor Presidente da Junta do Pinhão já disse tudo e gostei que esta informação fosse dada por ele, porque é a ele que se deve todo este trabalho e se há aqui alguém que lutou por isto e que está a lutar é ele. Vamos ter efectivamente um Posto de Turismo e vai ter a dignidade que merece. —

Quanto às Finanças, efectivamente a reunião estava marcada com o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Dr. Paulo Nuncio. No dia em que fomos a Lisboa, calculo que tenha havido qualquer desentendimento no Governo, uma má comunicação e no momento em que chegámos ao Ministério das Finanças havia alguma confusão. Qualquer coisa mais urgente reteve o Senhor Secretário de Estado noutro lado, fomos recebidos pelo seu Adjunto. Estranhei, mas a minha educação não podia deixar de não fazer a reunião com ele. E fi-la. Argumentei e tive os Senhores Vereadores comigo, argumentei da melhor maneira que eu sabia e julgo que argumentei no sentido correcto, porque não fui pedir nada a ninguém. Fui exigir de alguém. Fui falar da excelência que é o Concelho de Alijó, dos produtos que tem de excelência, de todo o valor que há neste território, de todo o potencial que há e esse potencial não pode ser prejudicado pelo facto de não haver Serviços de Finanças. Temos tudo de excelência e falei em diversos produtos, que são de renome mundial, para quem se interessa e acompanha a economia do Concelho, nomeadamente do nosso vinho, que atingiu por várias vezes, este ano que passou, cem pontos Parker, a pontuação, não sei se os Senhores sabem o que é? Mas é uma escala que é publicitada por uma revista mais prestigiada do mundo que é a Wine & Spector, que deu cem pontos, duas vezes, a um vinho do Concelho de Alijó. Isto não existe no mundo. —

Portanto, Alijó não pode ter estes produtos de excelência e não ter Serviços de Finanças. Isto é uma contradição. Alijó não pode estar com um programa de empreendedorismo e não ter Serviço de Finanças. Alijó não pode estar com um programa de novos povoadores e não ter Serviço de Finanças. É uma contradição. Por um lado estamos com programas, estamos a gastar dinheiro com novos povoadores e por outro aceitávamos que saíssem os povoadores que cá estão e as suas famílias fossem embora. Portanto, nós não podemos deitar água num saco roto. Foi mais ou menos esta a argumentação. —

Falei de outras questões. Fui acompanhado pelo Senhor Vereador João Manuel. Fui acompanhado pelo Senhor Vereador António Fernandes. Tiveram também a oportunidade de argumentar junto do Senhor Adjunto do Secretário de Estado. Acho que a nossa argumentação

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

22

ficou muito clara. O senhor ficou surpreendido sobre o que era o Concelho de Alijó. Vamos aguardar novos desenvolvimentos. Eu não desisti, nem vou desistir. -----

Senhor Domingos, relativamente à estrada Balsa/Vilar de Maçada, isto é um problema comum, como viu, todos os Senhores Deputados em todas as intervenções, todos referiram num momento, o mau estado das estradas. Tivemos um inverno extremamente chuvoso. Tínhamos uma falta de manutenção das estradas de há bastante tempo. Ela era pontual, de pequenos remendos, tudo bem e serviu e foi servindo. Neste momento estamos a tentar comprar massa asfáltica, através de uma empresa a ver se nos sai mais barato, a ver se conseguimos resolver alguns problemas maiores. Estamos atentos a todas as estradas, estamos atentos. Temos feito a limpeza. Temos feito a limpeza de bermas, temos desentupido os esgotos, temos feito tudo isso, porque está dentro do que nos cabe, na nossa mão. Temos pessoal, temos pessoal técnico, temos pessoal não especializado, temos a vontade, a despesa está feita, custa-nos é o gásóleo do transporte das pessoas para um lado e para o outro e disso já houve aqui alguns testemunhos, que eu agradeço, que reconheceram o nosso trabalho. Agora, o nosso Concelho é extenso, tem muitas estradas, espero que consigamos chegar ao fim. Portanto isto tinha que se iniciar em algum lado e vai terminar noutro sítio. Portanto não está esquecido, vamos chegar lá à sua Freguesia e havemos de dar o mesmo tratamento que estamos a dar às outras. -----

Senhora Deputada Sónia Pires, os meus parabéns por se congratularem com o nosso novo escritor. Queria dizer que ele escreveu aquele livro com sete anos. Ele tem agora nove. Portanto aquilo é um livro com três histórias, em que o moço consegue mensagens através dos animais. Isso também me surpreendeu, como é que uma criança se manifesta através dos animais. Não tem um adulto como interlocutor, ou o pai ou a mãe. Portanto, a sua afectividade, os seus temores, as suas atitudes expressam-se contando a história através de um animal. Portanto, eu acho que é um reconhecimento dessa parte, da mensagem da história é que faz com que ele seja um ousado. Eu disse-lhe, «Guilherme, és um ousado e és um atrevido, continua». Portanto, quero também associar-me a essa congratulação, a esse voto para o Guilherme, que com certeza vai ser um homem de referência aqui no Concelho. -----

Senhor Alceu quanto aos seus queridos Bombeiros, que são os nossos queridos Bombeiros, a proposta que o Senhor faz é arriscada, é uma novidade. Mas como sabe, isso chama-se mais uma taxa. Portanto, isso é um assunto que vamos ter em conta, vamos pensar, vamos reflectir. Isso obriga a alteração de regulamentos, a alteração de taxas. Tem umas questões legais por trás que vamos tentar ultrapassar e em limite será sempre um aumento, mais uma taxa. Eu julgo que pelo facto que é, para os Bombeiros, uma questão humanitária, o serviço que prestam e tudo, que todos nós aceitaremos. Eu aceito de bom grado, nem digo que não, mas não sei se haverá outras pessoas que levantarão um problema. No entanto é um caminho a fazer-se. Não é possível decidi-lo aqui. Portanto, vamos acatar a sua sugestão e vamos trabalhá-la. Se tem mais alguma informação que nos possa ser útil e ajudar a percorrer este caminho, pois agradecemos que o fizesse chegar. -----

Senhora D.^a Eduarda, quanto à Extensão de Saúde, o problema está identificado já há muito tempo. Já fiz uma visita acompanhado do Senhor Director da ARS, Dr. Armando Vieira, estivemos lá, identificamos qual era o terreno. Temos aí já uma proposta de uma colocação de um contentor, que não vejo que seria a melhor solução, mas se calhar a possível. Aquilo orça em cinquenta mil euros para a Câmara e neste momento, sinceramente, ainda não houve. Há prioridades. Aquilo vai funcionando, mal, eu sei que está numa situação limite. Tive a oportunidade de falar, ainda na semana passada com o Dr. Armando e até lhe disse «veja lá,

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



além disso, veja se nos arranja algum dinheiro». Se ele nos arranjasse parte do dinheiro, fariamos um esforço, fariamos aqui uma contenção durante um mês da despesa para irmos acudir. Ele ficou a pensar. Vamos ver se nos arranja pelo menos vinte e cinco mil euros e nós púnhamos o restante e púnhamos lá então o Centro de Saúde. É esse o ponto da situação. ---

Quanto aos caminhos, a famigerada massa asfáltica que vamos tentar comprar e vamos ver então até onde conseguimos ir. Vamos dar prioridade às questões que são prioritárias, onde realmente a segurança se está a pôr em causa e de uma forma muito acentuada, sabemos aí de casos, pequenos acidentes, pequenos toques, mas a verdade é que ainda não temos a massa, a massa asfáltica. -----

Senhor Deputado Samuel obrigado pela informação que trouxe da CIMDouro. Já tinha tido oportunidade de a ter transmitido pessoalmente, mas obrigado por a trazer aqui à Assembleia. É sempre importante que nós tenhamos presentes que há uma CIMDouro e na CIMDouro decide-se muita coisa acerca dos Municípios que estão lá. Parte do dinheiro, parte dos projectos, vai ser canalizado, é tudo através da CIMDouro. Portanto, as Comunidades Intermunicipais vão ter uma possibilidade muito maior, como já tinham, mas neste quadro ainda mais para candidaturas. Portanto é bom que quer o Executivo esteja a par, que quer os representantes da Assembleia estejam a par e acompanhem isto de perto para ver o que é que nós conseguimos em termos de candidaturas neste quadro comunitários. -----

Senhor Vítor Sequeira, o caminho de Soutelinho está muito mau. Relativamente à queda do caminho, a obra já está a concurso. Neste momento está em concurso. Já sabemos quanto custa, está o caderno de encargos, foi enviado, estamos à espera de respostas. Portanto, o breve será o tempo do concurso. Portanto, foi dada prioridade a essa situação. Uma estrada interrompida, que se integra numa zona agrícola importante, que nos liga a outro Concelho e que pode ali acontecer um acidente grave, porque as pessoas não respeitam. O trânsito, efectivamente, está cortado para quem usa apenas para passar para o lado de lá. Quem vai até à quinta, claro que não. A entrada da quinta, sabemos do que estamos a falar. Agora o restante para passar para o outro lado está cortado, numa direcção e noutra. Portanto, quem o faz, fá-lo por conta e risco. Se acontecer um acidente não é connosco. Como sabe, já nos roubaram duas vezes os sinais. É difícil a Câmara manter uma situação destas. Demos prioridade e o caminho está a concurso. -----

Aproveito também para dizer que o caminho da N.^a Sr.^a da Piedade também está a concurso. Estão as duas situações, o caminho e o muro. Estão os dois concursos lançados. -----

Senhor Deputado Laureano, também me pesou a extinção dos Bombeiros de São Mamede, porque eles fazem parte da cultura. Eles já existiam antes de termos estas regras todas, estas leis. Sempre existiram. E fazem parte da nossa vida cultural. Foram um ponto de agregação, foram um ponto de identificação. Foi em volta dos Bombeiros que tanta coisa aconteceu. Já cá estavam, eu não sei que idade é que teriam os Bombeiros de São Mamede? Mil novecentos e vinte sete! Eu não sei se há aqui alguém que tenha nascido antes? Portanto, já cá estavam antes de nós todos. E eu tenho pena de ver acabar assim uma Associação. Relativamente às medidas compensatórias da Barragem, essa pergunta tem toda a pertinência. Eu não estou contente com as medidas compensatórias. De forma alguma. Mantenho algum braço de ferro entre nós e a EDP. Eles sabem, já tive a oportunidade de o expressar ao mais alto nível e não estou contente. Acho que o Concelho de Alijó é o mais afectado em termos de território e é o que está com menos medidas compensatórias. Já me deram aquilo como irreversível, como facto consumado, mas eu não me vou conformar, já lhes disse. Já lhes disse até o seguinte «os

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

24

Senhores usam transportes de quatro rodados e quem autoriza isso é a Câmara, a passagem ou não. Portanto não estejam a abusar da boa vontade do Município de Alijó". Porque um dia chegaram e falaram-me em dois milhões e numa reunião a seguir falaram-me em zero. Eu não aceito medidas compensatórias que seja compor apenas o Santuário de Perafita, que deve ser composto. A Capela de São Mamede, o retábulo da capela que deve ser composto, mas isto é apenas substituírem-se a uma competência da Direcção Regional de Cultura do Norte. Estão a financiar uma competência deles. Não estão a financiar nenhuma competência da Câmara. Não nos estejam a vender uma coisa, dizer que é preto e ela é branca. Ou ao contrário. Nós somos seres pensantes. Eu disse-lhes «não estejam a menosprezar a nossa inteligência». Como me disseram " não, o Concelho de Alijó vai ter aquele edifício do Souto Moura". "O Concelho de Alijó? Desculpem, aquilo é uma estrutura da barragem. O Município não usa aquilo, não é do Município. É uma estrutura da barragem, tem que lá estar ou assinada pelo Souto Moura ou por outro arquitecto qualquer local, não interessa. Aquilo não é uma estrutura do Município». Como tal, eu insurgi-me contra isso. Para o Município de Alijó ainda não vi qual é a medida compensatória. Têm de me explicar muito, muito bem. Eu tenho mostrado alguma relutância nas reuniões, em participar, começam a avançar com coisas. Eu não me consigo colar a este projecto enquanto não vir que o Concelho de Alijó está cuidado como deve ser a nível de medidas compensatórias. Falaram-me em dois milhões. Eu, quando me falam nas coisas, percebo-as bem. São dois milhões, são dois milhões. Podem-me dizer «afinal não é. É só um e meio». Ok, tudo bem. Mas não me podem calar com uma promessa e eu ver os outros Municípios a avançar e que estão a avançar com projectos interessantes até e o nosso efectivamente não tem. Portanto, as medidas compensatórias ainda não vi quais são. -----

A estação elevatória é outro problema. Eu acho que todas as estações elevatórias foram mal dimensionadas e esse é o problema. As bombas precisavam de ter tido manutenções e não as tiveram. Entraram em esforço. Algumas estão avariadas e informo que outras não existem. Há estações elevatórias sem bomba lá dentro. Descobrimos há pouco tempo, abrimos para ver o que se passava e não têm bombas. Claro que não podem elevar nada. Agora fazer cumprir a lei penaliza o Município. Nós se vamos chamar o Ministério do Ambiente, nós somos fortemente penalizados, porque eles actuam mesmo. Vamos, dentro das nossas possibilidades, tentar e já os travamos em alguma coisa. Esta conversa já foi tida com eles e que tivessem alguma calma com o Município. Vamos pontualmente ver o que se consegue resolver, a nível de bombas, ver se podemos comprar bombas, repará-las, como é que é. Agora não está fácil, tudo o que é gastar dinheiro não está fácil, mas há de haver algum para resolvermos alguns problemas ambientais mais prementes, porque é-nos exigido, até porque alguém falou aqui, foi o Deputado Luís lameiras, que eu disse que o Concelho de Alijó terá que ser um destino turístico de excelência. E o destino turístico de excelência passa exactamente por termos um território limpo e ambientalmente sustentável. A limpeza depende de nós. A outra parte depende de algum dinheiro para usarmos a tecnologia. Vamos ver até onde conseguimos. -----

Deputado Marco. Na margem do rio Douro, quer dizer o estuário do rio Tua? -----

----- **DEPUTADO MARCO RODRIGUES:** A intervenção que o IPTM vai fazer vai da quinta dos Malvedos. Querem alargar o canal fluvial para passarem os barcos grandes, não é na foz do rio Tua. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA:** Brevemente vamos ter uma reunião entre o Município com o IPTM por causa de outro assunto. Eu vou levantar essa questão. Deixe-me primeiro saber exactamente o que é que se passa, do que estamos a falar, está bem? Foi-me falado de havia

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



uma estrada que estavam a fazer, que podia ser utilizada para pesqueiros. Agora se é em frente à Quinta dos Malvedos não estamos a falar da mesma coisa. Desconhecia isso. -----

Senhor Deputado João Vilela também falou em vários assuntos. Falou sobre as transferências para as Juntas de Freguesia. Já promovemos duas reuniões aqui com as Juntas de Freguesia, acompanhadas pelo nosso consultor, para esclarecer exactamente quais são as regras que nós temos que nos reger neste momento para executarmos protocolos, para fazermos protocolos com as Juntas. Só pode haver transferências através de protocolos. Ou execução dos acordos, que há competências próprias das freguesias. Há delegação de competências do município nas freguesias e há o financiamento dessas competências. Portanto, neste momento a bola está do lado das freguesias. A última vez, falamos que têm no Executivo das Freguesias e na Assembleia, que tomar uma posição e dar conhecimento à Câmara do que querem para que rapidamente, Junta a Junta, nos sentarmos e começar a negociar. É necessário que façam a caracterização do território, porque a passagem deste dinheiro é por capitação. Nós temos que saber do que é que estamos a falar. Quantos metros há para varrer, quantos jardins há para cuidar, quantos esgotos há para limpar, tudo isso. Há bocado um Presidente da Junta disse-me que era muito difícil quantificar isso. Estão os serviços técnicos à disposição para irem ao Google medir e ajudar a fazer a caracterização. A partir disso há uma matriz, determinamos quanto é que custa cada serviço, aplica-se e é esse o dinheiro possível de transferências, sendo certo, que nunca ultrapassará no seu conjunto, para as Juntas, o que temos escrito em orçamento. Que é o máximo que nos permite neste momento o Programa de Apoio à Economia Local. Temos esse compromisso, não vamos ultrapassá-lo. Está lá inscrito. Estamos a guardar esse dinheiro para as Juntas. Conta-se como vai ser transferido, não se vai usar para outro fim, agora os protocolos, as Juntas têm neste momento que rapidamente nos informar. Façam as vossas reuniões na Assembleia de Freguesia e informem de que forma e o que é que pretendem para iniciarmos imediatamente a negociação. Depois há outros problemas a montante disso, mas a Câmara tentará resolvê-los, que neste momento não vamos passar esse problema porque vocês já têm problemas que cheguem. -----

Quanto à presença da IGF, a Inspeção Geral de Finanças, recebemos um ofício, que isto está enquadrado num projecto que se chama Controlo da Contratação Pública na Administração Local e Autárquica. Iniciou-se dia 24 e mais não sei. É um inquérito que está a ser feito à Autarquia. Vamos deixar decorrer o inquérito. -----

Quanto ao facto de ter vindo a notícia que o Município de Alijó não pagou a quota à Assembleia Distrital, informo que a quota está paga, do ano passado e a deste ano já está paga também. Já pagamos as duas. A primeira houve aqui um desacerto, uma falta de comunicação talvez, que era suposto ter sido paga em Dezembro. Não o foi. Neste momento, como compensação pagou-se e pagou-se a de dois mil e catorze. Até ao final do ano têm tempo suficiente para resolverem o problema das Assembleias Distritais. A Senhora não deixa de não ter o vencimento enquanto não vier a solução. Portanto eu espero que haja uma solução, que seja de integração dela na Associação de Municípios do Vale do Douro Norte. Seria essa a saída. Não se pode ter uma senhora sentada numa secretária, lá no sítio, que não faz nada. Temos que pegar nela e integrá-la em qualquer coisa. A responsabilidade é dos municípios, espero que se encontre uma solução rápida. -----

Quanto à Banda de Carlão e de São Mamede acho que já falei de Bandas que chegue e fui claro que as duas são para apoiar, dentro da possibilidade que o Município tiver e tudo o que seja



logístico e técnico, pois têm tudo à disposição. Quanto à parte financeira vamos ver onde é que nós podemos começar a libertar dinheiro. -----

Senhor António Lousa muito obrigado pela a sua congratulação com as celebrações do 25 de Abril e com os olhos com que as viu, que eu lhe agradeço pessoalmente e toda a equipa que trabalhou nisso, que foi uma equipa batalhadora, foi uma equipa sincera, foi uma equipa determinada e sobretudo gastamos muito pouco dinheiro. Conseguimos fazer uma homenagem singela ao 25 de Abril e sentida. -----

Quanto ao facto que vem aí a lume de trinta Câmaras estarem na iminência de não poderem pagar salários, neste momento, esta não é. Neste momento esta não é. A existência desse rating desconheço, a não ser pela comunicação social. Agora faço votos que Alijó não esteja lá. E se estiver que saia depressa. -----

Obrigado também pelas suas congratulações porque vê que as estradas, dentro do possível, estão limpas. Quanto às giestas cortadas que ficam nas bermas e acabam por entupir os escoamentos, desconhecia. Não é que não tenhamos recomendado sempre a todo o pessoal, carreguem sempre todo o material e tragam. Não deixem porque isso é mesmo também pode haver uma ignição e aquilo é uma massa que rapidamente se propaga. -----

Quanto ao PDM ele neste momento está em publicação. Surgiu um pequeno problema porque ele estava digitalizado num formato e tinha que ser noutra para ser lido. Isto foi um problema que a Universidade desconhecia, foi ela que nos fez esse trabalho. Parece que o acabou de corrigir hoje. Se o corrigiu hoje, amanhã estará aí e vai definitivamente para publicação. Tem mesmo a ver com a cartografia, com o formato da cartografia. Logicamente que os licenciamentos e todo o enquadramento será pelo novo PDM. -----

D.^a Filomena, também já me tinham dito do estado da estrada em frente à antiga Junta de Freguesia e onde se faz o atendimento duas vezes por mês, já me tinham falado disso. Já está identificado o problema. O problema é o mesmo. Logo que podermos é massa asfáltica. -----

Quanto à competência, ela é da Câmara, não é da Junta. A quem compete é à Câmara, não é à Junta. -----

A questão do saneamento básico da Rapadoura é preocupante. É degradante para quem vive na Rapadoura. Sejam muitos, sejam poucos. É degradante. -----

Quanto aos contentores estamos num concurso internacional. Só ontem é que tivemos notícias que está mais ou menos já pontuada, valorizada e hierarquizada as empresas que concorreram. A partir de agora é termos uma próxima reunião na Associação de Municípios e determinarmos o concurso. E entregarmos o concurso. E aí este concurso tem um predicado. São obrigados a pôr contentores. Não estão lá quantificados quantos são, mas espero que sejam suficientes para a Rapadoura ter dois ou três ou os necessários. -----

Também o problema da mini-etar já está identificado há bastante tempo. Já fizemos lá uma visita, já vimos o que é que está a acontecer. Também está mal dimensionada, também há um ponto lá que parece que não tem gravidade, que não corre. Aquilo vai ter que ser levantado, não sei se redimensionado. Tudo isto pode ter uma solução. Nós estamos a trabalhar na verticalização das águas, distribuição em baixa e com isso vão também as etars. Tudo isto pode ter uma solução que não seja custosa para o Município, mas que possa vir a ser custosa para os municípios, que é a evolução da tarifa da água. Portanto, estamos com muito cuidado a avançar, muito cuidado. Estamos a avançar sem avançar. Em todas as reuniões eu digo que o Município



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

27

de Alijó não está disponível para negociar naquelas condições. A fusão da água em alta ainda não está determinada qual é o tarifário. E como tal, como a questão é já de transferir esse valor para a baixa. Enquanto não definirem, o Município de Alijó assiste às reuniões, está presente, mas não passa daí. Estamos atentos, temos vindo a discutir, a conversar com os outros municípios, mas não nos pronunciamos enquanto não houver a fusão em alta e virmos qual é o tarifário. Mas é certo que o futuro vai-nos levar a uma verticalização. Não vejo outra saída do que entregarmos realmente isto mas temos que ter condições de sustentabilidade de evolução da tarifa.

Por fim, Senhor Albano falou no trabalho bem organizado e eu falo-lhe a si no trabalho bem organizado. Os parabéns por parte do Município, que o senhor está com uma situação difícilíssima e está a conseguir devagarinho, começa-se a ver uma luz ao fundo do túnel. Graças à sua experiência e à sua vontade. Parabéns.

----- A **PRESIDENTE DA MESA** voltou a dar a palavra à Senhora Deputada Filomena Nogueira para solicitar um esclarecimento.

----- **DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA (PS)**.

Esta questão já estava colocada, foi a minha última questão, em que eu digo «para terminar, informo o Executivo Municipal e todos os Senhores Deputados, na pessoa de Sua Excelência a Senhora Presidente da Assembleia, que a estrada municipal que liga Rapadoura à Ribalonga, uma das obras em contencioso, se encontra intransitável, devido ao abatimento do asfalto».

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA**: Não tinha conhecimento de estar intransitável. Em mau estado tinha, já me tinha dito, agora intransitável desconhecia. Quanto ao intervir nela, não aconselho, porque está em contencioso. Intervir como? É tapar um buraco? Se for tapar um buraco não é uma intervenção de monta a não ser remediar ali a passagem de um carro, não é? É uma emergência. Agora intervir na estrada quando ela está em contencioso, se calhar perdemos a razão depois no tribunal. Esse grande buraco é uma situação de emergência para transitar, não vejo porque não. Mas eu não sabia que ela estava intransitável mesmo. Sabia que existia um buraco mas que se ia passando.

----- **PRESIDENTE DA MESA**: Senhor Presidente, se não se importa, eu acho que ficou uma questão por responder ao Senhor Deputado Samuel, que é relativamente aos quinhentos anos do Foral e da eventual participação dos Deputados desta Assembleia numa comissão organizadora.

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA**: Eu peço-lhe desculpa, mas a minha preocupação com estas questões financeiras e de sustentabilidade do Município às vezes esquecem-me alguma festividade que este Município tem que ter. E esta tem que a ter. O Município de Alijó tem um Foral Manuelino que dia dez de Julho faz quinhentos anos. É um documento que está fechado no Banco Espírito Santo, no cofre, que acho que poucas pessoas ainda viram, eu não vi ainda, mas brevemente vou lá pedir para abrir e ter acesso ao documento. Em torno disto, quinhentos anos, para todos nós que estamos aqui, é um privilégio dizer que estivemos nos quinhentos anos. Acho que com a contenção devida, mas com a dignidade que o Município nos merece, devemos fazer algo para assinalar esta data e nada melhor do que realmente constituir uma comissão, desde já, já não vai muito cedo, já estamos um bocadinho atrasados, para dar esse dia e esse fim-de-semana a visibilidade que ele merece e dar também a visibilidade que merecemos nós nesta altura, estarmos aqui, quinhentos anos, numa situação difícil. Vamos assinalá-la com respeito e com dignidade. Julgo que essa proposta da constituição da comissão

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

28

é pertinente e vamos acatá-la. Vamos desde já, julgo que não há ninguém que não esteja disponível para a integrar e todos não somos demais. -----

-----A **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara e disse: Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Cláudio Vilela, à moção do Grupo Municipal do PSD, também aqui outro requerimento sobre documentos e também a carta interposta aqui pelo Senhor Vereador António Fernandes. -----

Começando pelo Senhor Cláudio Vilela, quanto ao requerimento para que todos os documentos lhe sejam entregues em cópia de papel, eu vou-lhe repetir aquilo que lhe disse telefonicamente, aquilo que lhe mandei posteriormente por escrito a confirmar aquilo que lhe tinha dito telefonicamente e aquilo que acabei de ler no início desta Assembleia. Não há cópia de papel Senhor Deputado. Está no Regimento. Nós optamos por isto no Regimento. Foi acordado em conferência de representantes que cada grupo municipal tinha cópia em papel, que existe uma cópia em suporte de papel junto dos serviços da Assembleia Municipal e o Senhor Deputado como eu lhe disse telefonicamente e em resposta ao seu mail que mandou para a Senhora D.^a Zulmira e que fui eu directamente que lhe respondi, não sei se o leu. Foi já tarde, mas tive o cuidado de antes de terminar o meu dia de lhe responder por mail à pergunta que fez à Senhora D.^a Zulmira. A pergunta não, fez a solicitação «quero cópia em papel» e respondeu que era a todos os pontos da ordem do dia, «porque eu quero porque acho que tenho todo o direito de o ter». Foi assim que o Senhor Deputado disse e o que eu lhe expliquei, primeiro por telefone e depois por escrito e já o disse aqui nesta Assembleia. -----

Portanto, só em caso de impedimento justificado é que os Senhores Deputados terão cópia em suporte de papel. Foi o caso que aconteceu ali com o Senhor Deputado Domingos, que não teve acesso e que claro, ninguém lhe vai negar uma cópia em papel e disse-me « preciso de um dos pontos da ordem do dia em suporte de papel» e foi-lhe cedido. Portanto, ninguém está aqui a negar absolutamente nada. Como eu disse, prende-se unicamente com questões de ordem ambiental. Eu já disse ao Senhor Deputado, eu não acredito, que sendo o Senhor Deputado de uma geração anterior à minha, não seja sensível a isto. Que não seja ligado à tecnologia. E disse-lhe também que já tinha sido entregue uma cópia em suporte papel ao Senhor Deputado Telmo. Portanto é isto que está acordado. É isto que está no Regimento. É este o nosso procedimento. -----

Quanto ao 25 de Abril diz o senhor Deputado que quer interpelar o Senhor Vereador António Fernandes relativamente a quê? -----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** Eu queria interpelá-lo relativamente ao teor da intervenção dele na reunião de Câmara, visto que não tive conhecimento da acta. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Reunião de Câmara de que dia Senhor Deputado? -----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** A última reunião de Câmara. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Quando foi a última reunião de câmara? -----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** Foi terça-feira antes das comemorações do 25 de Abril. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Desculpe, é assim antes mais, também sabem que neste período antes da ordem do dia não há interpelação aos Senhores Vereadores. Primeiro ponto.

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



Segundo, tanto quanto eu sei, a acta ainda não estará ainda aprovada, normalmente é passado quinze dias, não é assim? Quanto a isso estamos também falados. -----

Relativamente à carta do Senhor Vereador António Fernandes, vamos lê-la daqui a um bocadinho, está bem? -----

O Senhor Vereador António Fernandes pediu a palavra tendo a mesma sido concedida. -----

----- **VEREADOR ANTÓNIO FERNANDES:** Eu chamava a atenção da Mesa e da Senhora Presidente, como é óbvio, para se debruçar sobre o artigo 42.º do Regimento, particularmente do ponto 3.º, onde diz, se me der licença, são duas linhas, posso lê-las, dá-me licença para a Assembleia ficar informada? Diz o seguinte: «O Presidente da Câmara, o Vice-presidente e os Vereadores da Câmara Municipal podem ainda intervir para o exercício de direito de defesa da honra, ou consideração, com o tempo limite de três minutos. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Senhor Vereador não precisa de continuar. Estamos a falar de coisas distintas. Uma coisa era a sua intervenção relativamente ao 25 de Abril. Das duas, uma. Nós já estivemos a ler isto. Isto tem a ver com a célebre questão do muro que já foi debatida aqui e que acho que toda a gente já percebeu. O Senhor Vereador entende que foi ofendido nessa altura e no entanto, não quis reagir na altura e quer reagir agora?. -----

----- **VEREADOR ANTÓNIO FERNANDES:** Não, eu quis, a Senhora Presidente é que não me deu a palavra. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Desculpe, quer reagir agora? -----

----- **VEREADOR ANTÓNIO FERNANDES:** Não, eu entreguei na Mesa para ser lido. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Então era o que eu estava a dizer, que vamos ler. -----

----- **VEREADOR ANTÓNIO FERNANDES:** Mas podemos resolver já o assunto dos três minutos e da resposta, portanto, ao 25 de Abril. Pode ser? -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Não, não pode. Não podemos resolver nada Senhor Vereador". -----

----- **VEREADOR ANTÓNIO FERNANDES:** Não pode porque a Senhora não quer. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Não podemos resolver absolutamente nada. -----

----- **VEREADOR ANTÓNIO FERNANDES:** É um acto de censura. É esta a democracia e o respeito que temos pelas minorias, que neste caso é a maioria. Na Câmara Municipal também foi lá muito simpática, mas não nos ouviu. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Senhor Vereador agora sou eu a falar. Agora sou eu a falar. O Senhor entregou isto e eu disse que nós vamos ler. -----

----- **VEREADOR ANTÓNIO FERNANDES:** Mas não deu resposta em relação a este assunto da interpelação do Senhor Deputado. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Já dei resposta. Não há lugar ao uso da palavra. -----

----- **VEREADOR ANTÓNIO FERNANDES:** Sim senhora. É esse o conceito. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Pronto. É só isso. Dei resposta, antes disso, dei resposta à interpelação. E como já lhe dei resposta relativamente a isto que vai ser lido, eu vou pedir ao Professor Mário Vaz para passar a ler. -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Daslumbrante Património Natural

30

----- O 1º SECRETÁRIO DA MESA, MÁRIO VAZ leu a carta apresentada pelo Senhor Vereador António Fernandes, a qual se digitalizou e se coloca nesta acta. -----

Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Alijó,

No seguimento do ocorrido na Assembleia Municipal de 28 de Fevereiro de 2014, serve o presente para levar ao conhecimento de V. Ex^{sa}, o meu repúdio pela forma deselegante como o Sr. Vereador Paredes se desviou do assunto em discussão para enveredar pelo descrédito e ofensa pessoal.

Sendo que, no momento, não me foi facultado o direito de resposta, agradeço que, na sessão da próxima Assembleia, dê a conhecer aos senhores Deputados a posição abaixo apresentado.

POSIÇÃO DO VEREADOR DO PS DA CÂMARA DE ALIJÓ

Na Assembleia municipal supracitada, o vereador António Fernandes foi interpelado por um senhor deputado para prestar esclarecimentos sobre a colocação de uma rede, num muro construído, com recurso ao arêrio público.

Esclarecidos os factos, o vereador António Fernandes disse nada do mover contra as pessoas que colocaram a rede, a Câmara ou o Sr. vereador José Paredes, mas a defesa da coisa pública, que no seu entender, não foi tida em conta quando despacharam favoravelmente o processo.

Após consultado o processo, constatou-se que o requerimento apenas solicitou a vedação de um terreno agrícola e não a colocação de qualquer rede em cima do muro construído pela Câmara e Junta de Freguesia.

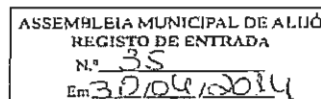
O Sr. vereador José Paredes pediu a palavra e em vez de falar do assunto e esclarecer os factos, preferiu desrespeitar o lugar (Salão Nobre), os senhores Presidentes da Assembleia e da Câmara municipal e os senhores deputados, enveredando pela "baixeza e chicana política", quando ignorou o assunto em causa e partiu para a ofensa pessoal, atacando com "nevoeiro" (digamos cortina de fumo) e "foguetes", que sabemos serem mais adequados ao Carnaval e não à Assembleia Municipal ou ao Salão Nobre.

Quanto ao nevoeiro fez-me lembrar o D. Sebastião, que morreu na guerra de Alcácer Quibir a defender Portugal e o povo português, não fugindo da luta, nem atirando os seus camaradas de armas, preferindo morrer com eles. Talvez por isso, foi desejado pelo povo, que sempre acreditou no seu regresso, numa manhã de nevoeiro. Já o Sr. vereador Paredes é o oposto de D. Sebastião, porque nunca se sabe de que lado está. Sabemos onde começa, mas nunca onde, nem de que lado estará quando acabar a contenda. Conclui-se então, que, não se empenhará na defesa das pessoas, nem do concelho. Estará sempre do lado do seu próprio interesse, nunca será desejado, e ninguém querará que regresso, como comprovam os últimos resultados eleitorais da sua Freguesia e do Norte do Concelho.

Quanto aos foguetes, lembrou-se daqueles que foram lançados na reabertura de um caminho público com mais de 200 anos, ao serviço das populações, desde (tempos imemoráveis), cuja existência o Sr. vereador Paredes se prestou a negar, mais uma vez, defendendo os poderosos e jurando o contrário da verdade em tribunal. O mesmo tribunal que reconheceu a razão do povo de Carvalho, ordenando a reabertura do dito caminho. É verdade que houve festa rija e subiram os foguetes, que, com certeza, lhe criou algum trauma e ainda hoje anda atrás das referidas canas. Concluindo... além dos nossos interesses pessoais, têm que estar as instituições que representamos e as pessoas que nos elegeram. O nevoeiro ficará para quem precisa de se esconder e os foguetes para a diversão ou romarias.

Por último, desafio o Sr. Vereador Paredes a provar o que disse sobre quem esteve em Carvalho, na manhã de nevoeiro e também, quem foi pedir autorização aos referidos proprietários, assim como, provar a autorização que o ex-presidente da Junta de Freguesia de Vila Chã terá dado para a colocação de qualquer rede.

O Vereador do Partido Socialista
António Joaquim Fernandes



Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



----- A **PRESIDENTE DA MESA** interpelou o Senhor Vice-presidente se perante o teor daquela carta queria responder de imediato ou reservar o direito de responder noutra altura. Deu a palavra ao Senhor Vice-presidente. -----

----- **VICE-PRESIDENTE:** Cumprimentou a Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Deputados, os Senhores Vereadores e o Público e disse:-----

Eu já respondi à questão aqui na última Assembleia. Provavelmente não satisfez o ego do Senhor Deputado António Joaquim Fernandes. Lamento que tenha levado dois meses a redigir esta carta e só a entregou no passado dia vinte e dois, na última reunião de Câmara. Como a entregou lá é lá que vai ter a resposta, na próxima reunião de Câmara. Muito obrigado. Tenho dito.-----

----- Por ter sido solicitada, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Cláudio Vilela.-----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS)** -----

Quería usar a palavra para responder à Senhora Presidente. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Não há resposta aqui à Senhora Presidente. (*burburinho*) Desculpe, é capaz de trazer o microfone aqui? O Senhor Vereador Fernandes é capaz de repetir o que acabou de dizer? -----

----- **VEREADOR ANTÓNIO FERNANDES:** Digo sim senhor. Seria mais fácil se ele estivesse sentado daquele lado. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Quem é que se estivesse sentado? O Senhor Deputado Cláudio Vilela? Se mudasse para a bancada do PSD? -----

----- **VEREADOR ANTÓNIO FERNANDES:** Era -lhe dada a palavra. Digo eu. Na minha opinião. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** É para ficar registado. Quanto ao requerimento apresentado pelo grupo municipal do PSD relativamente à disponibilização no repositório de toda a documentação de suporte das reuniões de Câmara. É para saber no fundo se é possível? Ou se só depois de aprovadas as actas?-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA:** Salvo melhor reflexão e melhor conselho, que isso só seria possível após a aprovação da acta, porque o que se tem verificado, as minutas de acta são sempre corrigidas. Temos demorado algum tempo para chegar à redacção final. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Senhor Presidente e relativamente à documentação de suporte às reuniões de Câmara?-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA:** Não vejo porque não, urra vez aprovadas é claro. -----

----- Por ter sido solicitada e porque ter sido o grupo que representa a apresentar o requerimento, foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Vilela . -----

----- **DEPUTADO JOÃO VILELA (PSD):** -----

Senhor Presidente deve haver aqui alguma confusão. Da mesma forma que os Senhores Vereadores têm acesso à documentação da Assembleia Municipal e bem, porque é que os Senhores Deputados não podem ter acesso à documentação das reuniões de Câmara previamente da mesma forma que eles têm para a documentação da Assembleia Municipal? A questão é tão só e unicamente esta. A questão da acta deve estar disponibilizada no site,

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

32

quando é colocada. Por acaso, a da última não está lá de início de Abril, já foi aprovada, presumo eu, essa não está. Agora, o que eu falo é da documentação de suporte às reuniões de Câmara. É dessa documentação que falo. Muito obrigado. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA:** Se não houver qualquer impedimento informático não vejo porque não. São reuniões públicas, não vejo porque não. -----

----- A **PRESIDENTE DA MESA** passou a palavra ao 1º Secretário da Mesa para ler a moção apresentada pelo grupo municipal do PSD. -----

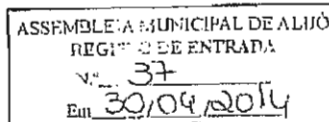
----- O **1º SECRETÁRIO DA MESA** leu a moção apresentada pela grupo municipal do PSD, a qual se digitalizou e se coloca nesta acta. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural


33



MOÇÃO

OPOSIÇÃO AO ENCERRAMENTO DE SERVIÇO PÚBLICO DE FINANÇAS EM ALIJÓ

Na sequência de várias notícias publicadas em diversos órgãos de comunicação social, e com a apresentação do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), levantou-se a suspeição de um possível encerramento de Serviços de Finanças, onde se inclui a Repartição de Finanças de Alijó.

O PSD em coerência com posições tomadas no passado recente, nomeadamente no que respeita ao Serviço de Atendimento Permanente (SAP) do Centro de Saúde, às extensões de saúde, às escolas do 1º ciclo, ao Tribunal Judicial e aos vários postos dos CTT em que discordou, e discorda do encerramento de quaisquer serviços públicos no concelho de Alijó.

A confirmar-se, esta situação vem lesar a vida de todos os habitantes do Concelho que, com uma matriz rural e envelhecida, irão sofrer com esta situação, acarretando deslocações a concelhos vizinhos para fazer valer os seus deveres enquanto contribuintes.

O Interior do País foi, durante décadas, sujeito a assimetrias da mais variada ordem e conheceu, nesse lapso de tempo, uma incalculável e desmedida desertificação e êxodo rural.

Assim, a Assembleia Municipal de Alijó manifesta-se por continuar a defender serviços públicos de qualidade, disponíveis em igualdade de acesso a todos os cidadãos e entidades, assegurando igualmente os direitos e postos de trabalho dos seus trabalhadores e repudia o encerramento de qualquer serviço público.

Assembleia Municipal de Alijó, 30 de Abril de 2014

-----De seguida, a **PRESIDENTE DA MESA** colocou à votação a moção apresentada pelo grupo municipal do PSD em oposição ao encerramento do Serviço Público de Finanças em Alijó, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade com vinte e nove votos. -----

Deu de seguida a palavra ao Senhor Deputado Cláudio Vilela após este a ter solicitado. -----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** -----

Senhora Presidente, eu não vou apresentar declaração de voto. Eu quero dizer que vou apresentar uma declaração de voto por escrito, como a lei me permite, sobre este ponto. É só. –

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Daslumbrante Património Natural

10
HARS
34

----- A PRESIDENTE DA MESA informou que a declaração de voto a apresentar seria incluída na acta da reunião. De seguida interrompeu os trabalhos por dez minutos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALIJÓ
REGISTO DE ENTRADA
N.º 39
Em 05.05.2014

GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA DE ALIJÓ

DECLARAÇÃO DE VOTO

Teseu cabocimento
10/06/2014

O grupo municipal do PARTIDO SOCIALISTA apresenta a seguinte declaração do voto, relativamente à moção intitulada "OPOSIÇÃO AO ENCERRAMENTO DE SERVIÇO PÚBLICO DE FINANÇAS EM ALIJÓ":

- A defesa dos serviços públicos e a sua proximidade com os cidadãos é parte integrante da matriz identitária do Partido Socialista. Assim como no passado recente, o PS não ficará fora da luta pela manutenção do serviço de finanças e lamenta que só agora o PSD local acorde para esta realidade, não esquecendo que foi este governo CDS/PSD que atacou as freguesias obrigando-as a unirem-se, pondo em causa a proximidade do estado com os cidadãos e que pretende por em causa todo o sistema de serviços públicos em Portugal, atacando a escola pública, o serviço nacional da saúde, a administração pública e hierarquicamente todos os funcionários públicos. O PARTIDO SOCIALISTA foi o primeiro a chamar a atenção para essa possibilidade e o primeiro a identificar a extrema penalização que os concelhos do Interior sofreriam com estas medidas.
- O PS lamenta, ainda, a forma como a moção foi colocada à votação pela Presidente da Assembleia Municipal, não dando possibilidade aos vários grupos municipais de se pronunciarem antes da votação, uma atitude que consideramos pouco democrática e completamente fora do espírito que uma moção deste teor exige, visto que seria possível melhorar o documento e torná-lo ainda mais abrangente.
- Ainda assim, não seria pela qualidade o feito de democracia da Mesa da Assembleia que semelhante moção deixaria de ser, por nós, aprovada.

05/05/2014

Pelo grupo municipal,

Claudio Miguel da Cruz Vilela

Assembleia Municipal de 30 de Abril de 2014

Reiniciada a reunião foi feita nova chamada não se verificando nenhuma nova ausência. -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
36

----- **PRESIDENTE DA MESA:** -----

Antes de abrir o período de intervenção ao público, gostaria de referir, uma vez que o Senhor Deputado Cláudio Vilela disse aqui que não teve acesso à acta, e penso que foi só à acta, e depois da explicação dada pelo Senhor Engenheiro Rui Elias e também constando aqui deste impresso, que a acta foi posta no dia 23/04/2014 no repositório, consta aqui também, que o Senhor Deputado Cláudio Vilela no dia 28/04/2014, portanto há dois dias, pelas 14.59h, fez download da acta da Assembleia Municipal. É o que está aqui. -----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** -----

Isso não é verdade. É mesmo se fosse caso disso, isso é violação de privacidade. Qual é a segurança que nós temos no repositório? -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Estamos esclarecidos. É o que consta aqui. Muito obrigado. --

De seguida foi aberto o período de intervenção ao público tendo-se inscrito o Senhor Engenheiro Rogério Bessa, a que deu a palavra. -----

----- **ENGENHEIRO ROGÉRIO BESSA:** -----

Começou por cumprimentar a Senhora Presidente e os Senhores Deputados Municipais, o Senhor Presidente de Câmara e o Executivo e o restante Público presente e disse: -----

Eu gostava de fazer aqui uma pequena intervenção apenas para tirar duas conclusões. No período que medeia a anterior Assembleia Municipal e a actual Assembleia Municipal. Na anterior Assembleia Municipal estivemos aqui umas horas, a ver uma apresentação, exclusivamente, por aquilo que se percebeu, para discutir um artigo do regulamento do PDM. E eu desafio qualquer Deputado Municipal a dizer, que tenha percebido, porque todos nós sabemos que os últimos powerpoints correram em dez segundos, mais de dez powerpoints, que na realidade, nos últimos powerpoints, que no último ou penúltimo powerpoint e eu já tive oportunidade de confirmar isso na acta, estava uma correcção a esse artigo e na realidade, dá-me a sensação que ninguém teve tempo sequer de analisar essa correcção e ninguém percebeu muito bem se votou a correcção ao artigo, neste caso, relativamente ao artigo 12.º. -----

Aquilo que nós vimos e isso é que eu tenho um bocado pena, foi uma tentativa, ou foi quase um desespero, um apelo ao voto desesperado, porque precisávamos rapidamente de aprovar o PDM. -----

Pois eu tenho uma segunda conclusão. Já passaram dois meses. Ainda não está. E, ao que tudo indica, ainda há Deputados Municipais que não estão devidamente esclarecidos sobre o teor do PDM. -----

E permitam-me um aparte na sequência da intervenção do Senhor Deputado Tozé Lousa, para também esclarecer sobre a pergunta que ele fez e aí, na minha característica de técnico. De facto só se aplicam as regras do novo PDM quando ele for publicado e até lá aplicam-se as regras do antigo. Não há muito volta a dar é mesmo assim que funciona. -----

Aproveitava também para fazer um pedido, que não sei se é possível, mas penso que sim, no âmbito do direito à informação a esta Assembleia, que a mim, pessoalmente, mas não sei se depois o querem tornar público, eu gostaria de ter cópia dos discursos do 25 de Abril proferidos aqui. Gostei de alguns deles e como tal, gostaria que me fosse fornecida cópia, penso que é possível, no âmbito do meu direito à informação. Muito obrigado. -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



----- **PRESIDENTE DA MESA:** "Muito obrigado Senhor Engenheiro. Portanto em termos de questões concretas, quer saber se tem acesso aos discursos. Eu não sei se eles vão ser publicados no site do Município. Quanto aos discursos eu não me importo de ceder o meu, está escrito. Não sei se eles vão ser publicados no site do Município ou não. Quanto a mim, o meu poderá tê-lo quando entender. Encontramo-nos imensas vezes. Não está cá o Senhor Deputado Telmo, o Senhor Deputado Lousa também nada tem a opor, presumo. -----

Não havendo mais inscrições para intervenção do público encerrou esse período e abriu o período da ordem do dia, introduzindo o primeiro ponto **Exposição do Sr. Presidente da Câmara – Apreciação, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09.** Deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

De acordo com o artigo 35.º, da alínea y), da Lei n.º 75/2013, de 12/09, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, apresentamos uma informação escrita acerca da actividade municipal, desde o dia 15 de Fevereiro, até ao dia 23 de Abril de 2014, isto dando cumprimento à Lei. -----

É uma informação escrita, que já todos devem ter tido acesso. Eu posso-a ler. Ela é fastidiosa, se calhar, para quem ouve e para quem a lê. Se não quiserem e se acharem por bem, eu estou disponível para ser interpelado acerca de algum assunto. -----

----- Foram abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia tendo-se inscrito os Senhores Deputados Luís Lameiras, João Paulo Vilela, Domingos Henriques, Cláudio Vilela e António Lousa. -----

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** -----

Relativamente a este ponto número um, a exposição do Senhor Presidente, devo dizer que li com toda a atenção este ponto, tal com os outros e vejo um conjunto, um manancial de intervenções por parte da Câmara, especificamente por parte da Divisão de Obras e Urbanismo e vejo também que a reparação da mutilação do chafariz de São Mamede, que foi alvo dessa mutilação aquando de uma intervenção por parte dos trabalhadores da Câmara, não consta nessa enunciação. Aliás, eu hoje desloquei-me propositadamente a São Mamede, uma vez que vivo no Pinhão, para constatar isso mesmo. E portanto, lamentavelmente essa reparação ainda não aconteceu e é com muita tristeza que eu a trago aqui novamente. Por isso, faço aqui um apelo à Câmara Municipal para que seja reparada essa lacuna pois, o património cultural - este é o meu entendimento - é aquilo que de mais sacrossanto existe para a memória cultural de um povo e para a sua identificação. Portanto, mais uma vez apelava a essa reparação com a maior brevidade possível. -----

Na altura, na passada sessão desta Assembleia, referi aqui que os três pilares que estão na base da reorganização dos serviços da Câmara, segundo o Executivo permanente, os três E's, economia, eficácia e eficiência, mais uma vez, estes pilares ainda não conseguiram ser erigidos. Portanto, só me vêm dar razão em relação àquilo que havia dito na sessão anterior. -----

Depois quero trazer aqui uma outra questão que tem a ver com a Freguesia do Pinhão e que está intimamente ligada com a questão do turismo. Nestes documentos também não consta aqui a reparação da principal rua que atravessa o Pinhão, a Rua António Manuel Saraiva. Há pouco

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



referia-me que era necessário dar uma imagem positiva aos turistas que nos vistam, nomeadamente o Pinhão e falei na questão do Posto de Turismo. Congratulo-me que essa situação em breve irá entrar em funcionamento. Portanto, congratulo-me com isso. Mas essa imagem tem também que ser reparada a outros níveis. É o caso da Rua António Manuel Saraiva. Esta rua está num estado deplorável, lamentável. É buracos, é lombas por tudo quanto é canto e sítio. -----

Depois, nas três entradas do Pinhão, quem vem pelo lado da Régua, do lado de Alijó, do lado de Sabrosa, as pessoas ao entrarem no Pinhão por uma destas vias, deparam-se com este triste e lamentável cenário, provavelmente de toda a rua é ali o ponto mais crítico que se pode constatar. -----

Portanto, fazia aqui um apelo no sentido de colmatarem essa gravíssima lacuna e também no sentido de a tal imagem positiva ser transporta para os turistas. -----

Depois, quero falar aqui também numa questão, que tem a ver com a passada sessão desta Assembleia, realizada a 30 de Dezembro de 2013. Nessa sessão, num dos pontos da ordem do dia, o Executivo camarário permanente, portanto, o Executivo do PSD, obsequiou-nos, presenteou-nos com três presentes muito bonitos, muito bem embrulhados, a saber: a Unidade Móvel de pequenas reparações, a Unidade Móvel de Saúde, a Universidade Sénior. Na altura, eu tinha interpelado o Senhor Presidente no sentido de me dar conta daquilo em que é que consistia cada uma destas unidades. O Senhor Presidente não me respondeu. Por isso lhe pergunto agora, uma vez que já estamos partitamente a meio do ano, portanto já passou algum tempo depois de esses presentes terem sido apresentados, pergunto ao Senhor Presidente se esse obséquo era apenas um embrulho muito bem embrulhado, muito bem feito, ou se de facto esses presentes têm conteúdo? Diga-me qual é que é o andamento que este processo está a ter. E terminei com isto. -----

----- **DEPUTADO JOÃO VILELA (PSD):** -----

Gostaria de começar por aquilo que o Senhor Deputado Luís Lameiras acabou de dizer. Não estando a bater na mesma tecla mas, incontornavelmente, uma Câmara na situação em que esta se encontra, depenada, não utilizando outro termo e pretende-se que em quatro meses, o mais simples dos projectos seja executado de uma forma célere. Bem, eu acho que esse tipo de exigência deve ter alguma moderação nos tempos em que estamos, considerando, sem margem para dúvidas, a situação financeira do Município. E portanto, sem prejuízo das informações que possam ser prestadas pelo Senhor Presidente da Câmara, deve ter sido em consideração isso, sem nunca esquecermos de que houve promessas no passado, que nunca foram, nunca existiram, não passaram disso, promessas. Portanto, neste caso não está uma promessa, está colocado no orçamento, portanto presume-se e de acordo com as explicações que foram dadas pelo Senhor Presidente da Câmara à época, estava a ser objecto também de informações relativamente aos equipamentos que iam ser adquiridos e informações complementares técnicas. Não sei como é que está, mas imagino que são situações que não se resolvem em dois dias. E portanto, por esse motivo, talvez alguma moderação e bom senso seriam importantes neste campo. -----

Depois, relativamente à actividade municipal, que é a que diz respeito este ponto, gostaria de felicitar o Município, pelo trabalho que tem sido desenvolvido e que aqui fica vertido neste documento e que a maioria dos cidadãos não tem conhecimento. E portanto, acho que no tempo que decorre desde a última Assembleia Municipal e presumo que é esse o enquadramento deste



documento, portanto, nos últimos dois meses para ser preciso, decorreram aqui uma série de actividades dentro das possibilidades, quer técnicas, quer financeiras, que o Município tem mas não tem deixado de todo parar a Câmara Municipal e o mínimo que vai sendo desenvolvido, que neste caso não considero mínimo, mas considero imenso e isso fica aqui perfeitamente comprovado e acho que merecem claramente uma palavra de apreço e de reconhecimento pelo trabalho que tem sido desenvolvido. -----

----- **DEPUTADO DOMINGOS HENRIQUES (PS)** -----

Senhor Presidente, eu sobre a sua exposição gostaria de dizer o seguinte. No início da sua primeira intervenção disse que casa onde não há dinheiro todos sabem o que é que acontece. Isto é, casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão. Mas vendo esta sua exposição e todos nós sabemos que o Concelho é englobado por catorze freguesias e a sensação que eu tenho e como Presidente de Junta fico um pouco perplexo das obras que se fazem na Freguesia de Alijó. A minha colega com certeza perdoar-me-á este meu desabafo, mas eu gostava de ser Presidente da Junta de Alijó, porque de facto, os serviços prestados é evidente que todos nós sabemos que a sede do Concelho tem que ter outros preparativos, tem que ter outros serviços, mas também não podemos esquecer as outras Freguesias, porque, por exemplo o Senhor Presidente diz, e muito bem, que não há dinheiro, mas também eu sou um apreciador de fontes, minas, chafariz, tudo isso. Mas Senhor Presidente, quando nós temos dificuldades em passar por uma rua ou por um caminho e anda-se a lavar o chafariz, acho que o chafariz pode esperar mais um bocadinho. Portanto, o que eu queria dizer com isto, com a intervenção, eu compreendo perfeitamente a posição do Município, compreendo perfeitamente que a Freguesia de Alijó, nomeadamente mais concretamente aqui na vila é evidente que é o bilhete de identidade do Concelho, embora haja outros bilhetes de identidade, que é o caso do Pinhão, mas também temos a Balsa que é uma entrada e uma saída do Concelho. E portanto, o que eu queria dizer com isto é que de facto penso, e acho que não é exigir muito Senhor Presidente, é verdade que há trabalhos que têm que ser feitos. Há trabalhos que enfim, nós não podemos fugir a eles. Mas temos que pensar também no exterior, não apenas no interior. Não podemos apenas só reflectir com o nosso íntimo. Temos que reflectir com o nosso íntimo sim senhor, mas pensando também no dos outros. E o que acontece é que é lamentável que as pessoas se queixam que não têm uma luz à entrada da porta para de noite, enfim, poderem transitarem. É verdade que isto não é culpa do Senhor Presidente, isto é culpa da EDP e eu posso afirmá-lo que farto-me de telefonar para a EDP para irem pôr a lâmpada e eles nunca mais lá vão. É verdade, isso é um facto. Mas quando há pessoas que ainda sentem essa dificuldade e depois vimos certas obras que podiam também esperar. O tempo a seu tempo. Por isso, Senhor Presidente, apelava que houvesse uma melhor e maior, se assim o quiser entender, uma maior equidade de serviços prestados, quer em Alijó, quer em Favaios, quer em Vila Verde, quer no Pinhão. -----

Depois, já agora aproveitava para enfim, meter aqui a colher aqui na introdução do Senhor Deputado João Paulo sobre o passado. Eu penso que nós estamos a exagerar a falarmos no passado. Todos nós sabemos o passado. Eu penso que é bom que as pessoas enfim, façam um esforço de memória para reconhecer o seguinte e estou concretamente aqui a dirigir-me à Bancada do PSD, mas também à do PS, porque nós às vezes descuidamo-nos e falamos no passado, mas acho que devem seguir o exemplo do Senhor Presidente. O Senhor Presidente quando fez uma análise na Assembleia de Dezembro, ele fez uma análise, porventura, enfim, uma análise negra da situação e que nós, eu pessoalmente, tenho consciência disso de facto e não me esqueço e com certeza vocês também não se esquecem é que ele na altura disse «o

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



passado é o passado». Vamos pensar no presente e pensar no futuro. O que acontece por vezes aqui e isso penso que não dignifica em nada a Assembleia Municipal de Alijó, nem os Senhores Deputados. É certo que há passado. Obviamente que sim. E esse passado tem a sua memória. Tem a sua história. Mas a história ensina-nos por vezes. As memórias serão avivadas na altura devida, sempre que nós quisermos. E por isso, penso que também há um exagero da parte da Bancada do PSD em falar no passado. Por isso vamos sim senhor discutir o passado que obviamente tem que ser discutido, mas vamos pensar no presente e vamos pensar no futuro. Tenho dito. -----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** -----

Quando a gente se inscreve e depois de algumas intervenções ficamos sem os nossos temas que tínhamos preparados. Desde já uma boa intervenção do Senhor Deputado Domingos, que focou o cerne da questão. Estou totalmente de acordo com o que ele disse. E quero também e o Senhor Deputado vai-me permitir que use as palavras dele, moderação e bom senso. De facto é preciso alguma moderação e bom senso no uso das palavras. E dizer uma Câmara depenada não é correcto, não é bonito e não dignifica em nada a nossa Autarquia. Temos que ter em atenção do seguinte, uma Câmara depenada e depois aparecem-nos, como vamos ver a seguir, nos Documentos de Prestação de Contas de Gerência de dois mil e treze, um resultado líquido do exercício de cerca de dois milhões e duzentos mil euros. Era só, muito obrigado. -----

----- **DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD):** -----

Eu depois de ler o ponto e a exposição do Senhor Presidente vi que o grande problema é a massa asfáltica. É o que falta, a massa asfáltica. Mas mesmo assim, ainda se consegue sem a massa asfáltica fazer alguma coisa. E por acaso surgiu uma pessoa que disse que o PSD prometeu três prendas, bem embrulhadas. Mas por acaso o Senhor Presidente recebeu uma, e muito boa, se calhar dava para estas três. É o Auditório. Recebemos nos últimos tempos a prenda do Auditório. O tecto caiu e esta prenda, o Senhor Presidente tem que a embrulhar bem embrulhada e compô-la num bloco bonito e conservá-la. Muito obrigado -----

----- **A PRESIDENTE DA MESA** deu a palavra ao Senhor Deputado Luís Lameiras .-----

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** -----

Quero responder porque eu fui o primeiro visado e como tal tenho que responder. Em primeiro lugar quero dizer ao Senhor Deputado João Paulo Vilela que a interpelação que eu coloquei foi ao Senhor Presidente da Câmara e não a nenhum Deputado. Foi ao Senhor Presidente da Câmara que eu interpelei. E portanto, ele é que me dará a resposta, ou não, conforme o seu critério. -----

Depois, queria-lhe dizer também, Senhor Deputado João Paulo Vilela o seguinte: aquilo que está na base da política, aquilo que é a essência da política é de facto fazer-se mais e melhor do que aquilo que se tem feito. E eu acredito piamente que a política deve ser feita assim. E acredito também naquilo que preconizou, por exemplo Aristóteles e Platão no que diz respeito à política. Portanto, se de facto há algo que se passou menos mal no passado, então há que fazer melhor no futuro. Não podemos estar constantemente agarrados ao discurso da dívida, ao discurso lamechas. Não podemos. Nós temos que, se as coisas estão mal, então temos que fazer mais e melhor. Temos que ter uma perspectiva de presente e uma perspectiva de futuro e não estamos constantemente a bater no ceguinho em relação àquilo que se fez mal. -----



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Relativamente ao Senhor Deputado António José Lousa. O Senhor Deputado já vi que gosta de usar aqui umas determinadas ironias, um certo sarcasmo. O Senhor quer pôr em causa a obra que é o Auditório Municipal de Alijó? Senhor Deputado tenha paciência. Agora, é evidente que as coisas não são eternas. Não há nada que seja eterno. E todas as construções, todas as obras, um automóvel, seja aquilo que for não é eterno. E portanto há desgaste e acontecem alguns tipos de problemas que é necessário reparar, obviamente, para que o seu funcionamento não seja posto em causa. Tenho dito. -----

----- A **PRESIDENTE DA MESA** deu a palavra ao Senhor Deputado João Vilela, apelando ao à síntese. -----

----- **DEPUTADO JOÃO VILELA (PSD):** -----

Compreendo perfeitamente mas, obviamente também fui visado e portanto... bem, há aqui qualquer coisa. Deixe-me só referir aqui um pormenor importante e não quero falar do passado, quero falar da consequência do presente. Essa consequência do presente actual decorre do futuro, na vossa opinião. Será? A situação actual em que nos encontramos decorre do futuro. O passado acabou, passamos uma esponja, esqueçam, está tudo muito lindo, tudo muito bem, a Câmara não faz nada, os presentes não aparecem, o que está para trás esquecemos e morreu. Mas em que circunstância é que é isso que não estou a perceber? E depois vocês acusam-nos de nós estarmos sempre a falar do passado e da dívida. Mas desculpem lá, já vem desde a última Assembleia Municipal, isto já é repetitivo e vocês continuam a bater na mesma tecla. Vamos esquecer o passado, vamos esquecer o passado. O passado está lá. Está bem, eu esqueço o passado se vocês resolverem o problema da dívida. Por mim está bem. Muito obrigado. -----

----- De seguida a **PRESIDENTE DA MESA** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

Dado o adiantado da hora e a dignidade que esta Assembleia deve ter, eu peço a todos um pouco de contenção verbal, usem os adjectivos certos e não vamos aqui fazer malabarismos porque todos nós sabemos a situação em que estamos. Não vamos através de palavras querer fazer isto ou aquilo. Vamos ter uma postura com alguma responsabilidade e eu sei que é aquela que toda a gente está imbuída dessa postura. Portanto, venha ela ao de cima. -----

Senhor Deputado Luís Lameiras, quanto à mutilação do fontanário, da outra vez eu disse-lhe que parece que ela já existia, estava era tapada com cimento, tanto quanto me informaram as obras, que eu pedi e disseram-me «não, o que estava era tapada com um bocado de cimento, foi necessário ir lá reparar alguma fuga lá dentro e tiraram o cimento». E efectivamente, esse cimento ainda não foi repostos. Não sei se o fontanário, a dignidade daquilo, é com cimento. Foi a informação que me deram. Eu, dentro da minha ignorância de aplicador de cimento, ou de granito, já sugeri fazer uma massa de granito e tentar colá-la. Não sei se há técnica para isso. Agora, aquela pedra uma vez mutilada, que já não é de agora. Queria-lhe lembrar também que a intervenção em fontanários é da competência das Juntas de Freguesia. Nós para fazermos alguma coisa temos que pedir autorização à Junta de Freguesia e ela terá de estar connosco. Logicamente, os nossos serviços estão disponíveis para encontrar uma solução. -----

Quanto aos três pilares que eu apresentei aqui em Dezembro, eu não chamo àquilo pilares. Eu chamo fazer algo pelas pessoas. Não é com isto que um Concelho se levanta. Estamos expectantes quanto ao Quadro Comunitário. Ele está a fechar, há algumas ideias já traçadas.

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

[Handwritten signature]
47

Logicamente que o Município não vai candidatar-se, não vai fazer despesa, se não puder candidatar-se a Fundos Comunitários. Estamos à espera. Julgo que em Junho todos vamos ter conhecimento do que é este Quadro Comunitário. Vamos ver onde se enquadram estas sugestões, estas vontades minhas que acontecessem no Concelho de Alijó. Seria de uma tremenda irresponsabilidade pegar nos ditos milhões e comprar uma Unidade Móvel. Vamos gastar aqui cem mil euros, ou cento e vinte mil euros, se podemos ter um fundo comunitário a apoiar-nos a 85%. Vamos ter calma. O Quadro Comunitário está quase. Em Junho vai lê-lo. Vamos todos debruçar-nos sobre aquilo e ver quer o Município, quer as Freguesias, onde é que nós podemos enquadrar-nos. E quero-lhe lembrar, mais uma vez, nós para nos candidatarmos temos que ter a permissão da tutela, porque estamos nessa situação. O que não invalida que não vamos fazer esse caminho. Vamos pedir a permissão à tutela. Mas vamos aguardar para Junho.

Senhor Deputado Domingos, eu também dando uma volta pelo Concelho, também reconheço que Alijó está mais limpa. Está mais cuidada. Está mais zelada. Isto não é só fruto do Município. A Junta de Freguesia tem tido uma disponibilidade total. E felizmente, a Junta de Freguesia de Alijó está numa situação bastante melhor do que a Câmara, porque não tem dívidas. É ao contrário. Quem tem ajudado a Câmara é a Junta de Freguesia de Alijó. Agora, para água e para sabão tem que haver, pode não haver para roupa nova, água e sabão tem que haver.

E toda esta actividade é exactamente a pensar no futuro. No presente para sermos atractivos, para sermos um território agradável. Um sítio bom de viver, onde as pessoas nos visitem e onde qualquer investidor ou qualquer turista diga «olha eu vou ficar ali, porque aquilo é um sítio aprazível». Portanto, nós temos que trabalhar nesse sentido. Mas a sua Freguesia com certeza que também tem que ser aprazível. Há coisas muito boas lá. E o Senhor sabe que estamos direccionados para recuperar, nós não, uma medida compensatória que é gerida pela Direcção Regional de Cultura do Norte. Portanto, financiaram as competências. Portanto, há situações que, o Senhor diga, vamos ver onde é que podemos actuar na Freguesia e vamos também tomá-la agradável. Não há aqui qualquer dúvida de actuar seja onde for, dentro das possibilidades que temos.

Senhor Cláudio Vilela, efectivamente, o resultado do exercício são dois milhões, duzentos e qualquer coisa. Vamos aguardar pelo próximo ponto para ver qual é a origem deles, não vamos antecipar nada. No próximo ponto vamos ter a explicação deste resultado deste exercício.

Senhor António Lousa, não vou classificar aquilo de prenda. O Auditório é uma estrutura demasiado importante para o Concelho. Ela é Municipal e todos temos que estar empenhados em encontrar uma solução para aquilo. E vamos encontrá-la. Já tive gente generosa que já se disponibilizou para nos ajudar em materiais. Portanto, ainda há gente generosa. Já fizemos uma vistoria. Vamos fazer um levantamento de como é que aquilo se pode resolver e já falei com o Senhor Director Regional de Cultura do Norte a ver se era possível ele enquadrar algum apoio para compor esta sala, fazermos um protocolo a ver se nos ajudava. Ficou de pensar, falei com ele na semana passada no Pinhão, na apresentação de um livro. Não vou dizer quais são as fragilidades do edifício, não me compete a mim, mas sim aos técnicos. E parece-me que é tudo neste momento.

----- A **PRESIDENTE DA MESA** deu de novo a palavra ao Senhor Deputado Luís Lameiras para pedir esclarecimentos sobre a questão do Chafariz.

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

42

O Senhor Presidente referiu aí que a questão do Chafariz que tem a ver só com cimento. Isso não é verdade. Qualquer pessoa que vá ver aquilo que se passou, de facto, facilmente chegará à conclusão de que aquilo não era só cimento. É evidente que tinha algum, porque aquilo tem sido alvo de várias reparações ao longo dos anos e é evidente que tinha algum. Mas não é só cimento. São de facto pedras, parte da pedra, que desapareceram dali. Foi mutilado, o Chafariz com aquela intervenção foi mutilado. -----

Depois, eu sei que há determinadas circunstâncias que agora com a nova lei autárquica passaram para a responsabilidade da Junta de Freguesia, é um facto, mas aquela intervenção foi feita pelos trabalhadores da Câmara. Portanto, quem estragou foram os trabalhadores da Câmara. Portanto, a responsabilidade é da Câmara. Não é da Junta de Freguesia. Depois, já lá vão cinco meses. Eu trouxe este assunto no dia vinte e oito de Fevereiro. Portanto, desde aí até hoje, até ao momento presente, passaram-se dois meses, mas essa situação já se arrasta desde, penso eu, mais ou menos meados de Novembro. Portanto, já lá vão cinco meses. É só.

----- De seguida a **PRESIDENTE DA MESA** introduziu o **ponto dois** da ordem do dia: **"Relatório Anual de Avaliação de Actividade da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Alijó, referente ao ano de 2013"**. Abriu inscrições para discutir este ponto, tendo-se inscrito a Senhora Deputada Alexandra Cardoso. -----

----- **DEPUTADA ALEXANDRA CARDOSO (PS):** -----

Começou por cumprimentar a Mesa, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados e o Público presente e disse:

Relativamente a este ponto, gostaria de referir que este relatório é uma avaliação do Plano de Acção que tinha sido traçado para o ano civil de 2013, que engloba quer os processos trabalhados, os activos, arquivados, quer todo o trabalho realizado no âmbito desta Comissão, como por exemplo, formações em meio escolar. É de referir ainda que este relatório foi aprovado em reunião alargada e posteriormente submetido à Comissão Nacional de Crianças e Jovens em risco. Muito obrigada. -----

----- A **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu os esclarecimentos à Senhora Deputada Alexandra Cardoso e introduziu o **ponto três** da ordem do dia: **"Documento de Prestação de Contas de 2013 – Apreciação e Votação nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09"**. Deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- O **PRESIDENTE DA CÂMARA** pediu autorização para a intervenção do Dr. Luís Carvalho, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, para proceder à projecção de um powerpoint e por ele comentado. Disse ainda que o "relatório de contras é relativo à gerência de 2013, para dar cumprimento à Lei n.º 2 de 2007, de 15 de Janeiro. Vamos fazer uma pequena projecção em powerpoint dos indicadores macros, que serão interessantes analisar. Vamos ter a ajuda e o comentário do nosso director financeiro, Dr. Luís Carvalho, para quem eu peço a vossa atenção Posteriormente estarei disponível também para fazer o meu comentário."-----

----- O **DR. LUÍS CARVALHO** (Chefe da Divisão Financeira e Administrativa), apresentou o seguinte powerpoint : -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

10
43

Município de Alijó

PRESTAÇÃO DE CONTAS
2013

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

- ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E
FINANCEIRA

Ata da 1.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

[Handwritten signature]
44

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

NOME:		NOME:	
Adriana Marques Faria Domingues	Presidente (PPD/PSD)		
Adriano Joaquim Vaz	1º Secretário (PPD/PSD)		
Fátima Adília Henriques de Barros	2º Secretária (PS)		
NOME:		NOME:	
Yolanda Augusto Sobrosa Pinto	PS	Aurora Maria Gomes Lopes Carvalho Pereira	PPD/PSD
Mano Eduardo Alves Ribeiro Sampaio	MAIS	Vitor Manuel Lopes Lequeiro	PPD/PSD
Humberto João Barrocas dos Santos	PS	Luís Morais Machado dos Santos	PS
Alceu Mendes da Costa	PPD/PSD	Alvaro Rodrigues Martins Pereira	MAIS
Luís António Eduardo Pinto Guadalupe	MAIS	Ana da Costa João Sacramento Sobrinho de Sousa	PS
Maria do Jesus Magalhães Mira Estor	PS	José Manuel Barros Ribeiro	MAIS
Mário da Glória da Carvalho da Veiga	PPD/PSD	Katrina Luísa Diniz Teixeira Morais	PS
Cláudio António do Cost Villeir	PS	Domingos Aurélio Henriques	PS
Artur João da Costa Louro	PPD/PSD	Fernando de Almeida Alves de Sousa	PS
Joaquim Augusto Soares Valente	MAIS	Yânia Cristina Cardoso Quintas Pinheiro	PS
Artur José Samuel Lopes Formosinho da Cunha	PPD/PSD	Marco Paulo Cardoso Rodrigues	PPD/PSD
Alves André Maria Macedo Cardoso	PS	Marta Filomena Cunha Santos Nogueira	PS
Ana Maria Ribeiro Pinto Paulo	MAIS	Sónia Andréa Rodrigues Pereira Pires	PPD/PSD
Cláudia Sofia Pinto Moraes	PPD/PSD		
Miguel Filipe Fernandes Pinto Furtado	PS		
João Paulo Pimenta Vilão	PPD/PSD		
Luís Manuel dos Reis Lameiras	PS		
Carla Durães Pereira Guadalupe	MAIS		
Laurindo Manuel Almeida	PPD/PSD		

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

- CÂMARA MUNICIPAL

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

107
45

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

CARGO	NOME	DEPARTAMENTO
Presidência	Diogo Jorge Vilata da Rocha Magalhães	Coordenação Geral dos Serviços Qualidade e Modernização Administrativa Finanças e Desenvolvimento Económico Património e Equipamento Agricultura Relações Externas e Comunicação Social
Vice-Presidente	José Rodrigues Paredes	Planeamento e Ordenamento do Território Obras Públicas Ambiente Licenciamento Urbano e Urbanismo Percepção Cívica Tráfego e Segurança Rodoviária Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Local Turismo
Vereadora	Olívia Alexandra Martins Ribeiro Fajalva	Educação Saúde Ação Social Habitação Cultura Juventude Desporto, Lazer e Tempos Livres Coordenação Jurídica
Vereador	João Manuel Gouveia de Costa	Sem Países Atribuídos
Vereador	António Joaquim Fernandes	Sem Países Atribuídos
Vereador	Luís Miguel Gonçalves Rodrigues	Sem Países Atribuídos
Vereador	Manuel António Pimenta	Sem Países Atribuídos

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

• RECURSOS HUMANOS

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

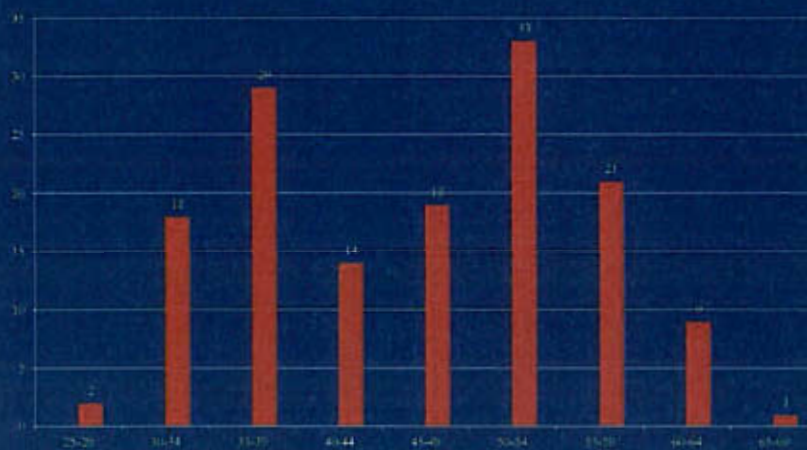
107
608
46

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013



DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013



DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30

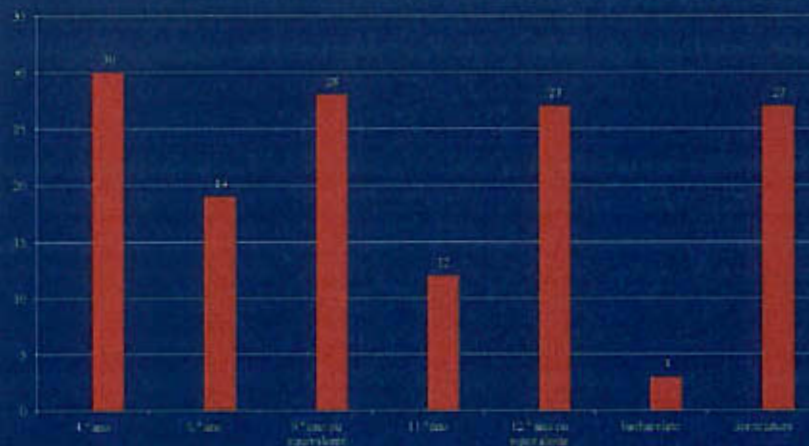


ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

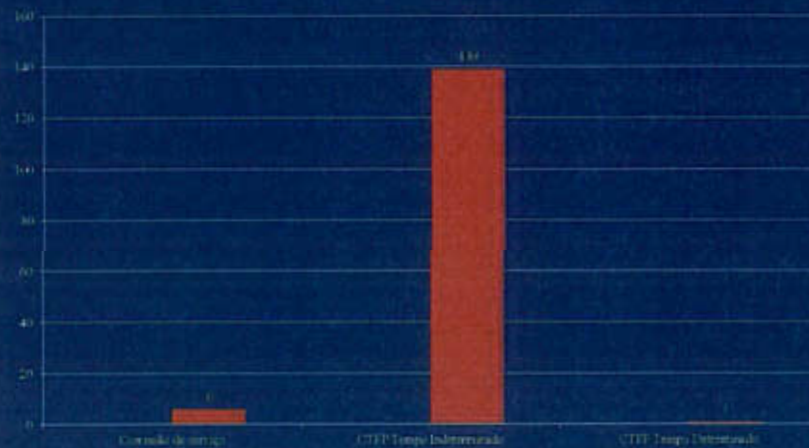
[Handwritten signature]
6/10
47

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013



DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013



DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30

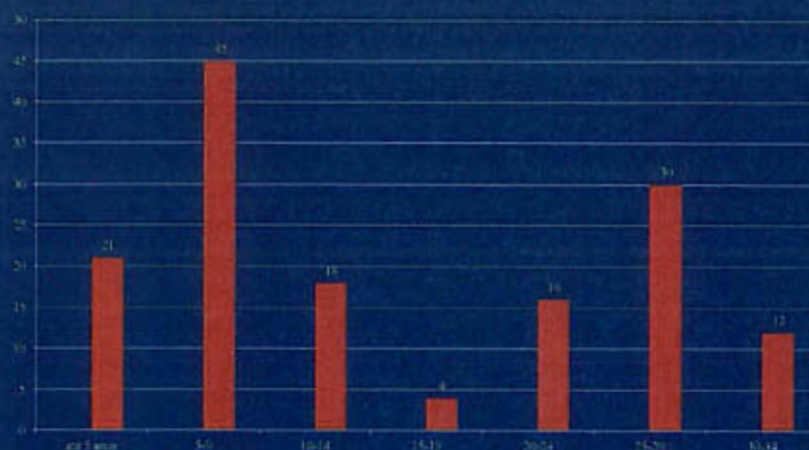


ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

[Handwritten signature]
48

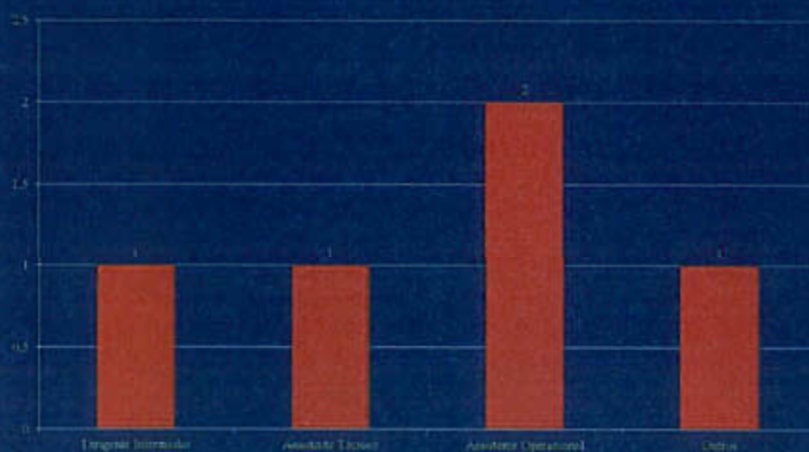
PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013



DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

11

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013



DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

12

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30

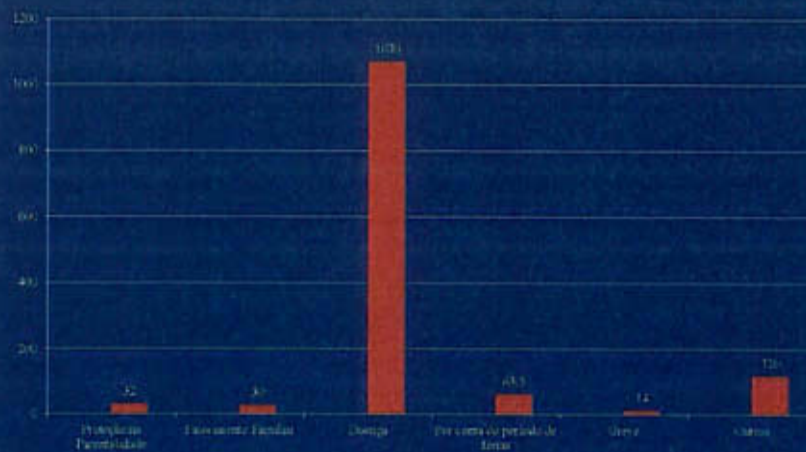


ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

[Handwritten signature]
49

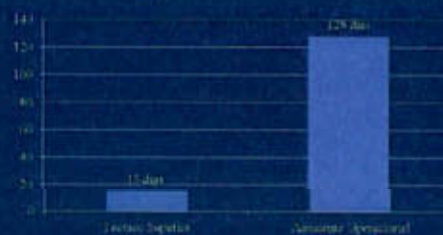
PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013



DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

13

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013



DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

14

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural



60

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

EXECUÇÃO DA DESPESA

EXECUÇÃO DA RECEITA

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

15

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

DESCRIÇÃO	OPERACÕES ORÇAMENTAIS	OPERACÕES NÃO ORÇAMENTAIS	TOTAL
SALDO GERÊNCIA ANTERIOR	1.182.103,06	650.551,33	1.832.654,39
RECEITAS	10.301.437,01	657.030,39	10.961.467,40
DESPESAS	10.198.931,60	638.653,92	10.837.585,52
SALDO GERÊNCIA SEGUINTE	1.284.608,47	668.927,80	1.953.536,27

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

16

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

51

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

17

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

(€)	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO	GRAU DE EXECUÇÃO
RECEITA CORRENTE	9.679.222,00	9.038.695,95	640.526,05	93,4%
RECEITA DE CAPITAL	22.122.179,00	1.262.020,01	20.850.158,99	5,7%
OUTRAS RECEITAS	1.187.103,06	721,05	1.186.382,01	0,1%
TOTAL DA RECEITA	32.978.504,06	10.301.437,01	22.677.067,05	31,02%

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

18

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

[Handwritten signature]
52

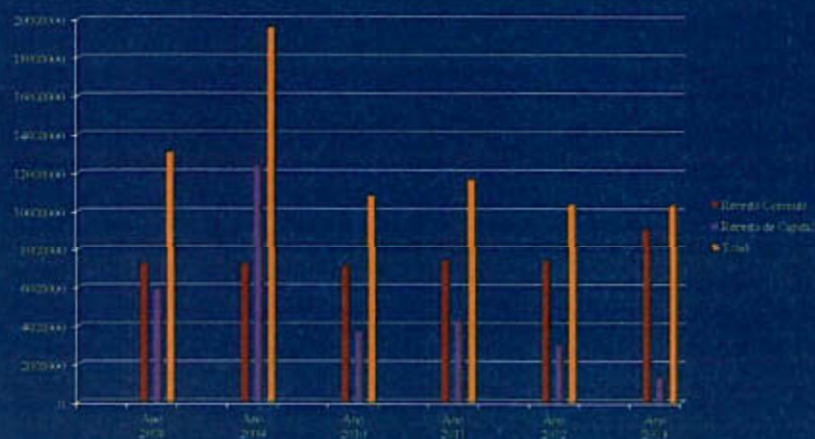
PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

Receita Cobrada	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Receita Corrente	7.273.906,00 €	7.001.933,74 €	7.081.763,34 €	7.339.185,96 €	7.343.562,14 €	9.038.695,05 €
Receita de Capital	5.884.917,47 €	11.351.367,28 €	3.690.399,93 €	4.276.163,63 €	2.984.476,15 €	1.661.020,01 €
Total	3.058.823,47 €	19.353.300,92 €	10.772.083,47 €	11.615.349,59 €	10.328.038,27 €	10.699.715,06 €

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

19

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013



DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

20

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

[Handwritten signatures]
53

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

Receita Cobrada	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Receitas Correntes	7.173.910,00 €	7.202.932,24 €	7.084.761,34 €	7.379.265,96 €	7.343.562,14 €	9.038.692,95 €
Impostos Diretos	1.022.839,25 €	662.116,31 €	749.214,71 €	1.474.497,65 €	1.124.533,82 €	1.492.848,00 €
Impostos Indiretos	34.272,23 €	6.247,79 €	13.780,12 €	17.842,31 €	6.601,96 €	6.022,36 €
Taxas, Multas e O. Penalidades	181.060,49 €	206.627,27 €	176.099,84 €	132.326,44 €	146.738,05 €	118.473,11 €
Rendimentos da Propriedade	404.971,78 €	476.732,41 €	333.980,22 €	440.712,72 €	347.908,22 €	461.197,87 €
Transferências Correntes	4.778.226,25 €	4.979.184,36 €	4.854.991,22 €	4.105.499,21 €	4.294.822,61 €	5.629.127,94 €
Vendas Bens e Serv. Correntes	701.162,43 €	664.741,20 €	697.171,31 €	1.371.472,79 €	1.337.226,90 €	1.180.710,49 €
Outras Receitas Correntes	36.841,86 €	26.230,60 €	36.162,73 €	36.824,39 €	63.426,79 €	48.222,34 €

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

21

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

Receita Cobrada	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Receitas de Capital	5.884.972,47 €	12.352.367,18 €	3.690.389,13 €	4.176.167,63 €	2.984.476,73 €	1.216.220,04 €
Venda de Bens de Investimento	6.373,00 €	14.221,50 €	13.493,10 €	63.850,00 €	2.150,00 €	1.425,00 €
Transferências de Capital	4.664.603,15 €	3.037.245,68 €	3.666.725,83 €	4.112.313,63 €	2.982.316,13 €	1.260.995,01 €
Passivos Financeiros	1.213.729,22 €	9.300.000,00 €	€	€	€	€

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

22

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

10
[Handwritten signatures]

54

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

Receita Cobrada	Ano 2013	%
Receitas Correntes	9.038.692,03 €	100,00%
Impostos Diretos	1.498.248,00€	16,58%
Impostos Indiretos	6.023,56€	0,07%
Taxas, Multas e O. Penalidades	11.475,11€	1,26%
Rendimentos da Propriedade	461.292,87€	5,10%
Transferências Correntes	3.629.102,9€	62,28%
Vendas Bens e Serviços Correntes	1.180.718,49€	14,17%
Outras Receitas Correntes	49.235,00€	0,54%
Receitas de Capital	1.165.000,00 €	100,00%
Venda de Bens de Investimento	1.127,00€	0,11%
Transferências de Capital	1.160.493,01€	99,89%
Passivos Financeiros	0	0,00%

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

21

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

Índice de Estrutura Financeira						
Descrição	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Receitas Próprias/Receita Total	13	12	21	17	18	33
Impostos Diretos/Receita Total	8	4	7	10	11	12
Transferências/Receita Total	71	41	79	71	70	67
Venda de Bens/Receita Total	3	3	6	11	17	12
Passivos Financeiros/Receita Total	9	45	0	0	0	0

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

21

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

19
66

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

25

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

(€)	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	DESVIO	GRAU DE EXECUÇÃO
DESPESA CORRENTE	15.056.390,13	6.905.842,93	8.150.547,20	45,87%
DESPESA DE CAPITAL	17.922.113,93	3.293.088,67	14.629.025,26	18,37%
TOTAL DA DESPESA	32.978.504,06	10.198.931,60	22.779.572,46	30,93%

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

26

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

[Handwritten signature]
56

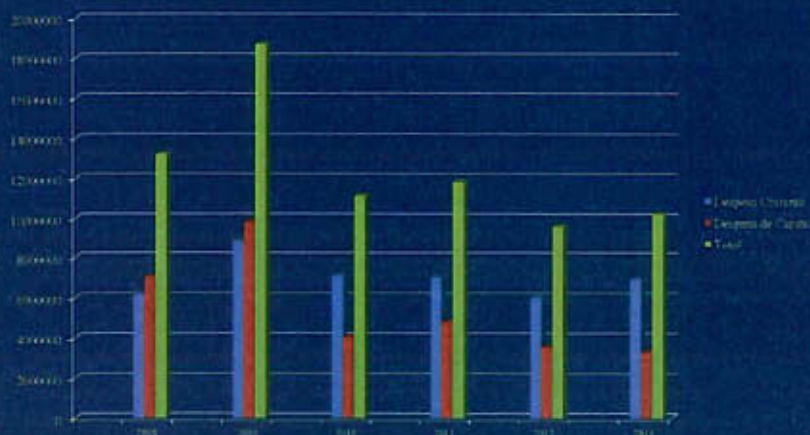
PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

Despesa Page	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Despesa Corrente	6.187.272,25 €	8.888.104,01 €	7.079.772,99 €	7.018.818,96 €	6.027.486,02 €	6.902.842,91 €
Despesa de Capital	7.038.321,48 €	9.875.679,85 €	4.071.362,94 €	4.779.222,37 €	3.762.216,26 €	3.291.088,67 €
Total	13.225.593,73 €	18.763.783,87 €	11.151.135,93 €	11.798.041,33 €	9.789.702,28 €	10.193.931,58 €

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

27

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013



DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

28

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

57

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

Despesa Pago	Ano 2008	Ano 2009	Ano 2010	Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013
Despesa Corrente	6.187.473,23 €	8.888.204,22 €	7.079.771,99 €	7.028.868,96 €	6.017.406,81 €	6.301.842,91 €
Despesas com pessoal	3.254.649,09	3.777.414,28	3.600.989,90	3.287.219,86	1.708.528,69	1.889.191,81
Aquisição de Bens e Serviços	1.312.671,27	1.613.706,01	1.191.975,43	1.393.582,00	1.411.438,61	1.311.775,11
Juros e Outros Encargos	113.714,45	173.012,00	472.669,28	491.547,24	644.124,73	139.202,89
Transferências Correntes	112.899,90	1.008.368,98	180.671,36	116.871,28	194.644,84	110.071,26
Subsídios	11.004,00	40.376,67	69.466,01	35.641,99	41.546,39	0,00
Outras Despesas Correntes	52.878,24	60.793,42	155.008,10	125.873,39	859,12	175.497,02

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

29

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

Despesas de Capital	7.038.921,48 €	9.879.698,85 €	4.052.962,24 €	4.792.022,77 €	3.564.063,68 €	3.197.088,67 €
Aquisição de Bens	3.799.642,01	8.007.191,85	3.207.856,44	3.738.189,60	1.007.679,28	1.340.809,23
Transferências de Capital	730.078,68	1.266.401,61	196.608,46	195.197,20	0	133.000,00
Ativos Financeiros	0	0	0	5.109,00	0	0
Emprestimos e A/L Prazos	348.899,89	3.472.257,25	616.098,24	652.027,77	1.414.376,38	1.719.279,34

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

30

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

58

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

Despesas Paga	Ano 2013	em
Despesas Correntes	6.995.442,83 €	100,00%
Despesas com pessoal	2.557.252,51	41,84%
Aquisição de Bens e Serviços	3.374.773,71	48,23%
Juros e Outros Encargos	237.201,69	3,46%
Transferências Correntes	310.617,76	4,43%
Subsídios	6,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	125.477,45	1,82%
Despesas de Capital	3.293.288,67 €	100,00%
Aquisição de Bens	3.344.809,21	46,72%
Transferências de Capital	217.200,00	7,08%
Ativos Financeiros	0	0,00%
Empréstimos e M/L. Financ.	1.719.479,46	52,20%

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

31

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

EXECUÇÃO PPI

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

32

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

10/11
69

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

(em euros)	2012	2013	2014
	€	€	€
Fontes Gerais			
Recursos de Administração Pública	43 748,23 €	45 221,30 €	43 440,00 €
Transferências e Outros Públicos	40 214,00 €	4 743,00 €	0,00 €
Fontes Especiais			
Estado	1 093 394,36 €	76 475,00 €	32 094,24 €
Segurança e Ação Social	70 416,00 €	1 402,00 €	427,26 €
História e Serviços Cívicos	60 423,64 €	1 49 228,61 €	364 324,19 €
Serviços Culturais, Recreativos e Recuperação	1 00 225,27 €	10 228,13 €	11 322,26 €
Fontes Remuneradas			
Apresentar, Edificação, etc. e outros	0	0	0
Indústria e Energia	63 774,21 €	10 000,00 €	40 000,00 €
Transferências Comunitárias	8 120,16 €	228 228,13 €	320 228,13 €
Comércio e Turismo	10 000,00 €	20 000,00 €	40 000,00 €
Outras Fontes			
Outros	10 000,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

31

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

EXECUÇÃO PAM

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

31

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural


60

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

(em euros)	2012	2013	2014
Funções Gerais			
Serviços de Administração Pública	0	0	0
Funções Sociais			
Educação	924.242,0	911.399,0	917.270,0
Saúde	0	0	0
Serapenteira e Ação Social	4.616,0	2.116,0	4.262,0
História e Serviços Culturais	0	91.646,0	1.677.699,0
Serviços Culturais, Esportivos e Recreativos	99.020,0	100.223,0	1.066,0
Funções Económicas			
Agricultura, Silvicultura, caça e pesca	10.000,0	3.760,0	3.640,0
Comércio e Turismo	0	0	0
Outras Funções			
Outros	80.072,0	100.460,0	100.000,0

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

35

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

ANÁLISE DOS EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO/LONGO PRAZO

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

36

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
67

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

Endividamento de Médio/Longo Prazo	
Límite de endividamento de Médio/Longo Prazo	7.442.718,00€
Dívida de Empréstimos não excecionais	9.226.906,43 €
Margem Disponível (negativa)	- 1.671.962,43 €

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

37

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO LIQUIDO MUNICIPAL

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

38

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

10/11
[Handwritten signature]
62

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

III	
Limite ao Endividamento Líquido	9.303.410,15 €
Endividamento Líquido	15.926.771,00 €
Margem Disponível (negativa)	-6.623.361,00 €

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

32

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

CARACTERIZAÇÃO DA DÍVIDA

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

33

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

[Handwritten signature]
63

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

Dívidas Técnicas	
Fornecedores Correntes	5.225.633,78 €
Fornecedores de Imobilizado	2.894.404,10 €
Credores diversos	26.129,26 €
Total	8.146.167,14 €
Empreendimentos de Médio e Longo Prazo	
Caixa Geral de Depósitos	22.319.747,02 €
Banco Espírito Santo	31.811,29 €
Banco Português de Investimento	198.679,06 €
Total	22.549.237,37 €

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

41

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

• BALANÇO

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

42

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

10
64

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

- ATIVO
- FUNDOS PRÓPRIOS
- PASSIVO

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

13

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

- ATIVO

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E
FINANCEIRA

14

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural


66

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

ATIVO BRUTO
€ 56.260.634,40

AMORTIZAÇÕES	PROVISÕES
€ 6.196.437,82	€ 10.320,44

ATIVO LIQUIDO
€ 50.053.876,14

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

19

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

ATIVO	€
IMOBILIZADO	47.510.744,46
CIRCULANTE	2.361.486,29
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	181.645,39

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

20

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrento Património Natural

66

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

- FUNDOS PRÓPRIOS

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

17

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

FUNDOS PRÓPRIOS	€
PATRIMÓNIO	11.692.711,79
RESERVAS E SUBSÍDIOS	1.524.273,77
RESULTADOS TRANSITADOS	3.785.211,08
RESULTADOS LIQUIDOS	2.224.615,56

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

18

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural


67

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

- PASSIVO

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

17

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

PASSIVO	€
PROVISÕES	1.129.772,00
DIVIDAS A TERCEIROS (EMPRÉSTIMOS)	12.052.239,07
DIVIDAS A TERCEIROS (OUTRAS)	9.397.253,21
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	8.247.799,66

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

29

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

68

BALANÇO	2012	2013
	em euros	em euros
Imobilizado	42.407.277,71	47.414.744,45
Existências	48.914,89	49.750,21
Dívidas Terceiros	322.217,45	378.219,29
Disponibilidades	1.812.554,39	1.972.375,37
Acréscimos e Diferimentos	274.221,32	125.649,19
ATIVO LÍQUIDO	52.846.811,87	52.093.878,24
Património	11.542.771,79	11.542.771,79
Reserva	1.009.172,51	1.061.729,00
Reservas	1.819.247,83	6.204.325,64
Subsídios	462.454,77	462.454,77
FUNDOS PRÓPRIOS	17.002.196,64	19.291.320,90
Dívidas e Terceiros cp	10.226.190,14	4.377.072,33
Provisões	1.607.281,05	1.239.772,00
Dívidas e Terceiros mp	13.771.918,61	11.051.239,67
Acréscimos e Diferimentos	2.140.623,18	2.147.759,66
PASSIVO	37.866.617,99	38.827.067,94

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

51

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

• DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

52

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

69

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

PASSIVO	€
RESULTADOS OPERACIONAIS	1.937.116,33
RESULTADOS FINANCEIROS	(414.742,92)
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	702.242,15
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	2.224.615,56

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

53

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2013	2012
	em euros	em euros
Custos Operacionais	7.640.677,10	8.033.571,23
Custos Financeiros	372.352,83	219.846,01
Custos Extraordinários	128.912,12	374.230,87
TOTAL DOS CUSTOS	8.141.942,05	8.627.648,11
Proveitos Operacionais	9.243.332,29	10.209.949,41
Proveitos Financeiros	3.037,28	1.000,00
Proveitos Extraordinários	270.315,37	976.461,11
TOTAL DOS PROVEITOS	9.516.684,94	11.187.410,52
Resultados Operacionais	1.704.215,79	1.877.215,33
Resultados Financeiros	-372.352,83	-219.846,01
Resultados Extraordinários	128.912,12	374.230,87
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	1.460.775,08	2.031.599,19

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

54

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

[Handwritten signature]
70

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013

- RLE



- RESULTADOS TRANSITADOS



- RESERVAS LEGAIS

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E
FINANCEIRA

33

PRESTAÇÃO DE CONTAS
2013

F I M

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----

Muito obrigado Dr. Luís Carvalho. Vimos aqui uma exposição das contas de gerência de 2013. Elas são caracterizadas essencialmente por um desvio, porque assentaram num pressuposto de um encaixe de cerca de vinte milhões, que infelizmente não aconteceu durante 2013 e tudo o mais são decorrências da falta desse encaixe. -----

Foi votado em Câmara, pela maioria. Foi proposto trazer à Assembleia para aprovação e para a distribuição de resultados, quer transitados, quer reservas legais. Estamos disponíveis para qualquer explicação. -----

----- A **PRESIDENTE DA MESA** abriu inscrições para este ponto da ordem do dia tendo-se inscrito os Senhores Deputados António Lousa, Filomena Nogueira, Marco Rodrigues, João Vilela, Cláudio Vilela e Samuel Cunha. -----

Antes de dar a palavra aos Senhores Deputados inscritos, informou que a 2ª Secretária da Mesa, Eng. Fátima Barros, tinha que se ausentar pelo que seria substituída pela Senhora Deputada Eduarda Sampaio, caso não houvesse oposição da assembleia e se Senhora Deputada aceitasse. -----

Não tendo havido oposição da assembleia e tendo a Senhora Deputada aceite, passou a mesma a integrar a Mesa. -----

Se seguida deu a palavra ao Senhor Deputado António Lousa. -----

----- **DEPUTADO ANTÓNIO LOUSA (PSD):**-----

Senhor Presidente, eu estou aqui a analisar as contas, na minha ignorância contabilista, mas a gente lê assim aqui «tendo transitado para o ano económico seguinte, de 2014, um saldo de um milhão, novecentos mil e cinquenta e três euros. Quem olha para isto, fica com a sensação que transitou na Câmara, um milhão e novecentos mil. Agora, como é que este milhão e novecentos mil nasce aqui, se é de geração espontânea? O que é que se tem de pagar por trás para estar aqui este milhão e novecentos mil. Era essa informação que eu gostava de ter. -----

----- **DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA (PS):**-----

Esta conta de gerência traduz para além do mais, que havia um plano de actividades para o ano de 2013 e que apenas 31% desse plano foi executado. No entanto, e apesar disto, voto favoravelmente. É a crise. Mas quero que fique registado que condeno a transferência de capital à última da hora só para algumas Juntas, desconhecendo os critérios adoptados para essas transferências. Muito obrigada. -----

----- **DEPUTADO MARCO RODRIGUES (PSD):**-----

Vou começar a minha intervenção por dizer que vou votar contra estas contas e vou dar a explicação porquê. Estas contas e como disse muito bem a minha colega Presidente de Junta, reflectem mais uma vez as injustiças que foram feitas para algumas Juntas de Freguesia. Já tivemos oportunidade de frisar isso na altura e nesse contexto e porque eu manifestei esse desagrado já noutra Assembleia, não me quero tomar repetitivo, continuo a bater na mesma tecla, vou votar contra, porque o anterior Executivo penalizou, neste caso a extinta Junta de Freguesia do Castedo e não merece o meu voto de confiança na aprovação de contas que diz respeito ao ano de 2013. Nesse sentido eu vou votar contra. -----

----- **DEPUTADO JOÃO VILELA (PSD):**-----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Não querendo insistir no assunto que já foi aqui falado pelos dois Presidentes de Junta que me antecederam, quero aqui não deixar passar aquilo que se passou na última Assembleia Municipal do anterior mandato, em Setembro, antes das eleições autárquicas, em que houve aqui uma série de atropelos para fazer transferências à última da hora para Juntas de Freguesia. Ora bem, o que aqui aparece estipulado nestas contas é que na altura só existiam nove Freguesias no Concelho. A extinção foi feita ainda antes pelo anterior Executivo, porque até hoje não houve explicação nenhuma do porquê disto ter acontecido. Agora, eu volto a perguntar: que foi deliberado é notório, mas o porquê de algumas serem beneficiadas em detrimento de outras? Os critérios, eu imagino alguns deles quais foram. No entanto, eu volto a perguntar se há cidadãos de primeira, de segunda, de terceira e nalguns casos, até de quarta, porque há Freguesias em que é recorrente a transferência diminuta, a transferência financeira para essas Freguesias para fazerem face às necessidades normais durante o ano. Portanto, se umas podem desenvolver e assim fazer obra e fazer o trabalho que lhes compete e ao mesmo tempo criar dívida, não se compreende até por aquelas, não sendo muitas, que até não têm dívida, mas também não têm obra, mas também não têm dinheiro. E portanto, estamos todos felizes e contentes e só lamento que as restantes Freguesias que aqui não estão enunciadas, não mencionem o que aqui acontece, que é verdadeiramente escandaloso. Isto é escandaloso. E portanto, reflecte o resultado de 2013, mas não só, de todo uma série de anos, onde por exemplo, e falo de uma questão particular que me é conhecida, o Castedo foi completamente ostracizado pelo Executivo socialista durante uma série de anos, onde tive oportunidade de no último mandato de convidar o Senhor Presidente da Câmara para visitar a Freguesia, a extinta Freguesia do Castedo, agora Castedo-Cotas, e ver a vergonha em que se encontra nos últimos vintes anos, o que é que ali foi feito quando comparado com outras Freguesias do Concelho. Parece que estamos em realidades distintas. E parece que se por um lado se entra num determinado Concelho que até é desconhecido porque até não faz parte deste em circunstância quase nenhuma, por outro entra-se em outras Freguesias e parece que estamos numa realidade até bastante avançada. Aí, acabo também por dar algum mérito, não todo, a alguns autarcas que estavam à frente de Juntas de Freguesia que também faziam por isso e reconheço que houve aqui também algum desleixo da parte de quem estava à frente da Junta de Freguesia na altura, que curiosamente até era da mesma cor de quem estava no Executivo socialista. E portanto, fica mais uma vez o protesto em relação a esta situação particular. -----

No que se refere às contas e muito breve, não há muito a dizer em relação a elas, até porque a questão da execução orçamental da despesa de 30.93% e da receita de 31.2% é clara, independentemente da justificação que aqui foi dada e sem prejuízo dessa justificação, mas mais uma vez isso aconteceu para resolver um problema que foi criado por quem estava cá antes. E portanto, na sequência disto e que se reflecte um quadro, digamos financeiro tenebroso, o Grupo Municipal do PSD vai-se abster relativamente a estas contas. Muito obrigado.-----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** -----

Antes de mais quero dar os parabéns ao Dr. Luís, bem como a todos os técnicos que elaboraram este documento, que de facto é um documento extenso e muito trabalhoso. Está muito bem apresentado. -----

No que diz respeito ao ponto 3 - Prestação de Contas - o mesmo refere-se pelo menos em 3/4 à gerência do partido socialista em 2013. -----

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



A primeira conclusão a extrair do documento consiste no esforço que o PS fez de redução dos níveis de endividamento líquido e dos prazos médios de pagamento que, como se refere no Plano de Saneamento Financeiro, passaram de 375 dias em 2010, para 357 dias em 2011, e para 202 dias em 2012. Ou seja, sempre a descer. Afinal o PS já estava a fazer consolidação orçamental há muito tempo. -----

Outro dado importante tem a ver com a diminuição do excesso de endividamento de médio e longo prazo que em 1 de Janeiro de 2013 era de 3.124.228,00 euros e em 31 de Dezembro de 2013 foi reduzido para 1.678.962,43 euros. Mais um dado que demonstra o esforço que o PS vinha encetando de diminuição da dívida. -----

Neste ano de 2013, conseguimos diminuir o passivo em 9%, e aumentar os fundos próprios em 13,08%. Acresce ainda que conseguimos fechar o ano com um Resultado Líquido do Exercício positivo de 2.224.615,56 euros, valor que aparece no Balanço e Demonstração de Resultados. Verdadeiramente notável num ano em que as receitas diminuíram em virtude da crise. Contra factos não há argumentos. Sempre disse que mesmo sem o PAEL e o Reequilíbrio Financeiro o PS deixou cerca de 2 milhões de Euros ao actual executivo. Aqui temos a prova. -----

Em síntese, diminuímos passivos, aumentamos receitas e deixamos prontos para serem visados pelo Tribunal de Contas, o PAEL e o Plano de Reequilíbrio Financeiro, por forma a transformar dívida de curto prazo em dívida de médio e longo prazo e assim continuar a honrar os compromissos com os nossos fornecedores, sem hipotecar o desenvolvimento do concelho. Por todos estes motivos que muito nos orgulham o Partido Socialista vai votar favoravelmente este ponto. -----

----- **DEPUTADO SAMUEL CUNHA (PSD)** -----

Antes de mais gostaria de agradecer aos técnicos pela apresentação cuidada e de certa forma, um bocadinho resumida pelo tempo que escasseia, no entanto são profissionais e apenas expõem a realidade, expõem os números da gestão dos últimos anos. No entanto, logicamente que eles não podem fazer milagres. O dinheiro não nasce e eles também não têm como o fazer nascer nas contas. No entanto, já foi aqui referido pelo meu colega anteriormente, que realmente foi feito um esforço de redução de endividamento, durante algum tempo, efectivamente, mas o aumento da despesa foi muito mais rápido do que da redução da despesa. Portanto, assim é fácil. Aumenta-se exponencialmente a despesa, mas depois para reduzir temos tempo, aliás, com jeitinho, até deixamos para os próximos, foi o caso. Portanto, queria apenas só reforçar esta ideia. Obrigado. -----

----- Antes de colocar o ponto a votação, a **PRESIDENTE DA MESA** pediu ao senhor Presidente para responder à questão colocada pelo Senhor Deputado António Lousa, o que, por indicação do Senhor Presidente foi feito pelo Dr. Luís Carvalho.-----

----- **DR. LUÍS CARVALHO** (Chefe da Divisão Financeira e Administrativa).-----

Transita um milhão, novecentos e cinquenta e três euros, sendo que um milhão, duzentos e oitenta e quatro são de operações orçamentais e esse dinheiro é um dinheiro que está na conta bancária do Município. Aliás, neste momento está mais. Este dinheiro já transitou também algum em 2012 e este saldo tem vindo a ser, digamos até guardado, entre aspas, enquanto não conseguirmos estabilizar a operação de reequilíbrio financeiro. O PAEL foi entretanto estabilizado agora em Janeiro, mas estas operações de reequilíbrio financeiro, que já iniciaram em 2012 e que ainda não conseguiram ser fechadas e o Município está a todo o momento à



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

espera de que consiga inserir mais dívida, tira dívida, põe dívida, porque entretanto tem acordos de pagamento que tem de cumprir, vai tirando dívida dos mapas, depois nasce nova dívida que tem que incluir nos mapas. Portanto, enquanto esta operação não estiver estabilizada, há aqui alguma dificuldade em o Município saber a quem vai dar este milhão, novecentos e cinquenta e três, porque tem efectivamente oito milhões e setecentos mil euros de dívida e portanto, toda ela está escalonada por maturidade nos mapas e temos alguma dificuldade em executar isso. Portanto, só com a estabilização da operação de reequilíbrio financeiro, esse dinheiro será entregue aos terceiros, aos fornecedores. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

Há sempre aqui alguma dificuldade em compreendermos esta contabilidade. O Dr. Luís na altura disse que estavam ali dados, mas que seriam fictícios. Não são fictícios, são contabilísticos. Isto assentou num pressuposto de um encaixe que o Município iria ter em 2013 de vinte milhões e não o teve. Portanto, se fizéssemos como nas nossas vidas, a este um milhão e novecentos, retirássemos os vinte milhões que estão inscritos do outro lado, façam as contas e vejam como é que estava o Município. Portanto, mas isto é possível contabilisticamente manter. Portanto vamos manter, mas não vamos ter a vertigem pelo facto de ver lá resultados operacionais transitados, de o gastar. Este dinheiro só existe para efeitos contabilísticos para se ir gerindo este passivo e vai-se gerir, não há dúvida. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Colocou a votação o **ponto três** da ordem do dia: "*Documento de Prestação de Contas de 2013 – Apreciação e Votação nos termos da alínea l) do n.º2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09*", tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com catorze votos a favor** (8 votos do Grupo Municipal do PS e 6 votos do Grupo Municipal MAIS) , **um voto contra** (do Grupo Municipal do PSD) e **treze abstenções** (11 votos do Grupo Municipal do PSD e 2 votos do Grupo Municipal do PS)-----

Tendo o Senhor **Deputado João Paulo Vilela** dito existir uma recomendação do Tribunal de Contas no sentido de se identificar o sentido de voto de cada um dos Deputados - o que gerou polémica na assembleia – mas porque não se encontrou tal recomendação nem o Senhor Deputado João Vilela a fez chegar à Mesa, apenas se consigna em acta o sentido de voto, de quem afirmou que isso pretendia, ou seja, o do deputado Marco Rodrigues (que votou contra) e do Deputado João Paulo Vilela e da Presidente da Mesa (que se abstiveram). Isto, sem prejuízo dos demais membros da assembleia, aquando da aprovação desta acta, manifestarem que fique expresso o seu sentido de voto. -----

----- De seguida a **PRESIDENTE DA MESA** introduziu o **ponto quatro** da ordem do dia "*Terceira Modificação aos Documentos Previsionais de 2014 – 1.ª Revisão – Aprovação nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013 de 12/09*". Deu a palavra ao Senhor Presidente para apresentar o ponto. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----

Trazemos aqui a esta Assembleia uma alteração ao orçamento, pelo seguinte facto: foi feito um pagamento de mil e quinhentos euros a uma empresa que já não se conseguiu localizar e esse dinheiro foi recusado e voltou para a Câmara. Para nós o incluirmos novamente na contabilidade da Câmara temos que ter uma rubrica aberta. Essa rubrica só pode ser aberta em alteração orçamental, não pode ser logo prevista no início, no orçamento. Só quando o facto ocorre é que podemos abrir essa rubrica. Como este facto ocorreu, são mil e quinhentos euros, tem que reverter esta situação, têm que entrar nos cofres da Câmara. Pedimos autorização para o fazer.

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Também decorre da nossa obrigação pedir um parecer à DGAL. Também está presente o parecer da DGAL que nos autoriza exactamente a fazer isto. Estamos dentro da Lei, é assim que se deve proceder. Portanto está a informação para votação. -----

----- A **PRESIDENTE DA MESA** abriu período de inscrições para este ponto da ordem do dia, tendo-se inscrito o Senhor Deputado Cláudio Vilela, a quem deu a palavra.-----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS)** -----

É só para dizer que é um acto de gestão corrente, perfeitamente documentado. O Partido Socialista não tem nada a obstaculizar neste sentido, por isso é uma declaração de voto favorável, é claro. -----

-----A **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a intervenção do Senhor Deputado colocando à votação o ponto quatro da ordem do dia "**Terceira Modificação aos Documentos Previsionais de 2014 – 1.ª Revisão – Aprovação nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013 de 12/09**", tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com vinte e seis votos a favor e uma abstenção**.-----

----- De seguida foi introduzido o ponto cinco da ordem do dia "**Aprovação de Recomendação ao Executivo Camarário de Realização de Auditoria Externa à Situação Económica e Financeira do Município – (Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD)** ", tendo a Presidente da Mesa dado a palavra ao Senhor Deputado João Vilela, subscritor do requerimento.-----

----- **DEPUTADO JOÃO VILELA (PSD)**-----

A questão, e tendo em conta o que se passou na última Assembleia, gostaria de, em primeiro lugar, mencionar que entendemos, nós PSD, que aquilo que se passou aqui foi um erro, a Assembleia ter deliberado retirar o ponto que estava a votação na última Assembleia Municipal, referente a esta mesma questão, mas por uma outra via, eu gostaria de esclarecer a esse propósito que, e depois de me chegar aqui um parecer às mãos a propósito dessa questão, de que a Assembleia Municipal tem competências para realizar a Auditoria, tendo em conta que é um órgão de fiscalização.-----

E assim sendo, se me permitir, gostaria de fazer aqui algumas considerações relativamente a esta questão e ao próprio enquadramento até ao nível financeiro, para realização da Auditoria. A Lei 75/2013 de 12 de Setembro estabelece no seu artigo 26.º, no n.º 1 da alínea c), que no âmbito do seu funcionamento, a Assembleia Municipal pode deliberar sobre a constituição de Delegações, Comissões ou Grupos de Trabalho para o estudo matérias relacionadas com as atribuições do Município e sem prejudicar o funcionamento e a actividade normal da Câmara Municipal. O artigo 29.º, n.º 1 da alínea g), estabelece que compete à Mesa da Assembleia Municipal realizar as acções que lhe sejam determinadas pela Assembleia Municipal no exercício da competência que se refere na alínea a), do n.º 2, do artigo 25.º. Ora este último articulado prevê que compete à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar, eu volto a frisar, fiscalizar, a actividade da Câmara Municipal, dos Serviços Municipalizados, das Empresas Locais e quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da Administração Local, bem como apreciar a execução de contratos de delegações de competências previstos na alínea k), do número anterior.-----

A Lei 75/2013 apenas estabelece a condição de acção de acompanhamento e fiscalização da Assembleia Municipal de não prejudicar o funcionamento da Câmara Municipal. O acesso à

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

documentação financeira hoje informatizada, dificilmente pode ser entendido como podendo prejudicar o funcionamento dos serviços. A competência para o acesso à documentação existe.-

Podemos agora verificar os meios que a Assembleia Municipal dispõe. A partir da publicação da Lei 169/99 de 18 de Setembro, a Assembleia Municipal passou a dispor da possibilidade de criação de um orçamento privativo, a incluir no orçamento do Município. Este orçamento sofreu uma pequena evolução, na actual Lei 75/2013, que no entanto, não lhe alterou as características básicas. O orçamento é criado pela decisão da Assembleia Municipal e é gerido pelo seu Presidente, nos termos do artigo 31.º, n.º 2 desta Lei. O n.º 3, do artigo 31.º desta Lei prevê que no orçamento Municipal, sejam inscritas sob proposta da Mesa da Assembleia Municipal dotações discriminadas, em rubricas próprias, para o pagamento de senhas de presença, ajudas de custo, subsídios de transporte dos Membros da Assembleia Municipal, bem como, para a aquisição de bens e serviços correntes, necessários ao seu funcionamento e representação. A aquisição de serviços pode incluir contratação de técnicos que a Assembleia Municipal repute necessários ao seu funcionamento corrente e em particular à auditoria das contas. -----

Podemos assim concluir que a Assembleia Municipal detém a competência e pode criar os meios financeiros necessários ao acompanhamento e fiscalização da actividade da Câmara Municipal. -----

Pois bem, acho que esta questão é perfeitamente elucidativa e rebate os argumentos aqui apresentados na última Assembleia Municipal. Sem prejuízo disso, decidimos apresentar uma proposta seguindo o sugerido na última Assembleia Municipal, pelo Deputado Telmo Pinto, que hoje não está, que apontou como única via, a recomendação. -----

E portanto, na circunstância, e voltando a bater no mesmo assunto, que é incontornável, na circunstância em que se encontra financeiramente e tendo em conta as dúvidas latentes apresentadas, ou que ficaram suscitadas na apresentação do Senhor Presidente da Câmara na Assembleia Municipal de 30 de Dezembro, entendemos que essas dúvidas devem ser esclarecidas e só podem ser esclarecidas pela via de uma Auditoria externa. Já se percebeu que o Município não tem meios para concluir esta Auditoria. Não sei, e coloquei essa questão, não sei onde é que incide a inspecção que está a realizar o IGF e portanto, uma situação não colide de todo com a outra e tendo em conta que este instrumento financeiro pode resolver uma série de problemas no Município, esclarecer uma série de situações, nomeadamente questões que neste momento estão em contencioso, entende o Grupo Municipal do PSD, que é relevante que este esclarecimento exista pela via da auditoria, fazendo esta recomendação ao Executivo, que depois naturalmente ficará à sua responsabilidade. -----

Mas só depois de percebermos realmente todas as questões financeiras latentes e laterais que existem e que persistem nesta situação, aliás como se comprovou agora até com esta questão das contas, apesar de ser um mero exercício contabilísticos, entende-se que não deve prolongar-se mais no tempo esta situação, sendo resolvida com a realização da Auditoria. E por isso, entendemos ser urgente e premente que esta situação se resolva e se resolva naturalmente por esta via e por isso é que apresentamos novamente esta proposta. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** -----

Muito obrigado Senhor Deputado. Portanto, se eu percebi bem e li do requerimento, o que pretendem é que seja votada uma recomendação ao Executivo Camarário, independentemente da dissertação que fez aí relativamente à competência? Em concreto é recomendação ao

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Executivo Camarário da realização da auditoria externa à situação económica e financeira do Município. É isso? _____

Quanto ao que está cá a fazer o IGF, eu tive a oportunidade de ler em sede de expediente recebido de o dizer e o Senhor Presidente da Câmara também o fez. O IGF está cá, segundo o ofício enviado, a fazer um inquérito ao Município, inserido no projecto Controlo na Contratação da Administração Local Autárquica. _____

De seguida, a Presidente da Mesa abriu as inscrições para a discussão deste ponto, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Cláudio Vilela, Luís Lameiras, Filomena Nogueira, Samuel Cunha e Laureano Guedes. Deu a palavra ao Senhor Deputado Cláudio Vilela. _____

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS)** -----

Vamos dividir a minha intervenção em dois pontos. A primeira e pronto, eu começo a ser muito recorrente nisto, mas a isto me obrigam, não é? No fundo vou deixar uma sugestão à Mesa. A Senhora Presidente permitiu que o Senhor João Paulo falasse num ponto que não estava em discussão. Isso não é permitido, não é? Porque o Senhor João Paulo falou de um ponto da Assembleia Municipal passada. Falou de uma justificação da Assembleia Municipal passada. Mas pronto, adiante, já estamos habituados. _____

Vamos agora falar um pouco sobre a auditoria. Quero denunciar esta verdadeira obsessão com este assunto pois o PSD já vai na terceira tentativa para a realizar. _____

Em conferência de líderes o PSD apresentou outra proposta que não foi incluída na ordem de trabalhos desta Assembleia pela Senhora Presidente, pois é a prova que era completamente ilegal, proposta essa que era a substituição do Órgão Executivo e que a auditoria fosse realizada pela Assembleia Municipal, numa clara tentativa de alteração de poderes dos órgãos das autarquias locais. _____

Em segundo lugar, convém lembrar que este assunto foi apresentado numa reunião de Câmara realizada em 06 de Novembro de 2013, tendo sido chumbada com os votos contra dos quatro Vereadores da Oposição. Basicamente, considerou-se que os mesmos resultados podiam ser obtidos por uma auditoria interna, recorrendo aos recursos humanos da Autarquia, evitando-se uma despesa avultada. Além disso, as contas da Autarquia tinham sido recentemente auditadas por organismos oficiais, pelo que uma auditoria externa, além de cara, não seria necessária. Acham que os Vereadores da Câmara Municipal não são pessoas de palavra, acham que são pessoas que mudam de opinião como quem muda de camisa e que agora vão votar favoravelmente um ponto que anteriormente rejeitaram. _____

Quero aqui também interpelar os Senhores Vereadores da Oposição, porque agora sim, o Regimento mo permite, que se queiram pronunciar sobre o assunto para que transmitam a esta Assembleia qual a sua posição sobre o mesmo. _____

Em terceiro lugar, sabemos que neste momento está a decorrer uma inspecção ao Município a cargo da Inspeção Geral de Finanças, pelo que qualquer questão pode e deve ser colocada directamente aos inspectores, dispensando-se uma auditoria externa. _____

Em quarto lugar, e por uma questão de coerência como é que os subscritores desta recomendação auditoria, abstiveram-se há pouco no ponto três da ordem de trabalhos, a prestação de contas relativas ao exercício de 2013? Se havia alguma dúvida ou suspeitavam de alguma ilegalidade não o tinham feito e votavam contra nesse ponto pois o mesmo referia-se a

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

78

¼ de governação socialista. Facto semelhante aconteceu em Reunião de Câmara em que o Executivo votou favoravelmente o documento onde a maior parte do tempo foi governação do Partido Socialista. Se tinham dúvidas poderiam perfeitamente abster-se e deixar que os documentos fossem aprovados apenas com os votos do Partido Socialista. -----

Face ao acima exposto, temos que concluir que uma auditoria externa, neste contexto, tem um só objectivo: dar dinheiro a ganhar a amigos políticos, pois com a auditoria temos uma mão cheia de avenças bem remuneradas. Toda a gente sabe como funcionam as auditorias realizadas por empresas privadas, os resultados são sempre encomendados. Podemos, inclusive, chegar a conclusão que duas auditorias realizadas pela mesma empresa possam ter dois resultados diferentes dependendo apenas da vontade de quem as encomendou. Se a Câmara está assim tão folgada, Senhor Presidente, esse dinheiro seria bem melhor empregue no apoio às actividades das Juntas de Freguesia, que como sabe e já foi aqui referido estão a passar grandes dificuldades. Esse dinheiro era mais útil se colocado ao dispor das nossas populações, do nosso Concelho e não de uma qualquer empresa privada de fora do nosso Concelho, propriedade de um ex líder de um qualquer partido político. -----

Por fim e por todos os motivos apresentados, o partido socialista só pode votar contra esta recomendação. Muito obrigado. -----

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):**-----

Algumas das questões que vou aqui colocar, vou ser repetitivo, mas nunca é demais enfatizar estas questões, uma vez que a Bancada do PSD também está a enfatizar e a empolar esta questão. Então, assim sendo, é o seguinte: a bancada desta Assembleia do PSD é muito obstinada relativamente à questão da auditoria. Como todos nós sabemos, na passada sessão desta Assembleia trouxeram-nos aqui uma proposta de Auditoria e ela foi chumbada. Depois, voltam agora à carga e trazem novamente a esta Assembleia o mesmo assunto, mas dissimulado, travestido de recomendação. -----

Eu perguntava aos senhores da bancada do PSD qual é que é a diferença entre a proposta que aqui nos trouxeram na passada sessão desta Assembleia e a recomendação que agora nos trazem. Gostava de saber de facto qual é que é a diferença. Onde é que está a diferença? -----

Depois, queria também dizer aos senhores da bancada do PSD que uma recomendação será um conselho. Ora, um conselho dá-se a quem dele necessite. E quando alguém necessita de um conselho ainda bem que o recebe. Mas, não me parece que seja o caso. Este conselho será direccionado para o Executivo Camarário, o permanente e o não permanente, e para esta Assembleia. Ora, esta questão já foi chumbada na Câmara Municipal, em reunião de Câmara, com quatro votos contra a proposta de auditoria e três a favor. E foi chumbada nesta sessão passada da Assembleia Municipal. Portanto, a recomendação, o conselho, é despropositado. ---

Depois, se há assim tanta urgência, se é condição *sine qua non* fazer essa auditoria externa então - e isto que vou aqui dizer já o referi na passada sessão - porque começar este edifício pelo telhado e não pela base? Porque é que este assunto não volta novamente à Câmara Municipal? Porque é que tem que vir por aqui, por este lado? Não percebo porque é que isto se está a processar desta forma. -----

Depois, como todos nós sabemos, as contas da Câmara Municipal têm sido amplamente auditadas quer pelo Tribunal de Contas, quer pela Inspeção Geral de Finanças. Ao que julgo saber e já foi aqui referenciado, a Inspeção Geral de Finanças está aqui novamente. -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural


79

Depois, nos documentos que acompanham o ponto número quatro desta ordem do dia, a dado passo pode-se ler o seguinte. «O contrato do PAEL foi visado pelo Tribunal de Contas a 23 de Janeiro de 2014». Mais adiante diz assim: «atendendo às amortizações entretanto verificadas desses empréstimos, as necessidades do financiamento do Município poderão reduzir-se, implicando uma menor despesa com o serviço da dívida». Então porquê tanta insistência, tanta preocupação com esta questão da auditoria externa? Será que essa auditoria externa não vai contribuir para avolumar a dívida? Eu penso que sim, que vai contribuir. Por detrás desta questão da auditoria externa que os Senhores do PSD tanto insistem, será que não há algo escondido? É uma questão que se pode colocar. Não sei, não faço a mínima ideia daquilo que possa ser, mas é uma questão que tem toda a pertinência. -----

Depois, os Senhores Deputados do PSD estão manifestamente a passar um atestado de incompetência aos trabalhadores que fazem parte da Divisão Financeira. Aliás, já nos apresentaram aqui as contas em 30 de Dezembro de 2013, voltaram a fazê-lo aqui de uma forma bastante conseguida, por isso, aquilo que vocês pretendem, traduz também esse aspecto que é passar um atestado de incompetência aos trabalhadores da Divisão Financeira. Tenho dito.-----

----- **DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA (PS)** -----

Eu tenho uma opinião diferente, às que já se fizeram ouvir. Relativamente a este ponto da ordem de trabalhos quero dizer o seguinte. Diz o ditado popular que quem não deve não teme. Face ao exposto, não me oponho a que as perguntas apresentadas neste requerimento de recomendação ao Executivo Municipal tenham resposta. Aliás, não tenho qualquer dúvida em afirmar que a transparência na gestão dos dinheiros públicos deve ser uma prioridade em qualquer Executivo. -----

Entendo que o anterior Executivo Municipal só terá a ganhar se se concretizar alguma auditoria, não sei se interna, se externa, na medida em que as dúvidas sobre a sua gestão são, como todos sabemos, enormes. -----

Há que repor a verdade e apurar de uma vez por todas a dívida desta Câmara. Esta é a minha opinião. Muito obrigada. -----

----- **DEPUTADO SAMUEL CUNHA (PSD)** -----

Ora bem, vamos cá recapitular aqui um bocadinho e vamos voltar a falar da necessidade de termos uma auditoria. Em primeiro lugar e é pena que os dois colegas que inicialmente falaram, não devem ter lido na totalidade aquilo que foi apresentado, porque as perguntas estão lá. Eles falaram tudo, mas nenhum deles respondeu às perguntas que lá estão. Começamos por aí. Porque isto tudo foi apresentado. E foi apresentado pelo Presidente da Câmara actual, que até àquela data tinha sido desconhecida. Portanto, não há dúvidas nenhuma e estas perguntas continuam sem resposta e a única forma de respondermos a isso efectivamente é com uma auditoria externa. -----

No entanto, aquilo a que vocês chamam de obsessão ou empolamento, digamos assim, sobre este assunto, não é novidade, porque em 2009 e recordo uma reunião de câmara de 28 de Janeiro de 2009, os Vereadores do PSD da altura chegaram a acusar o Executivo da altura de gestão danosa contra os interesses do Município. Atenção, eu estou a ler o que estava escrito. Portanto, foi dito. Portanto, já na altura havia suspeitas. E não fui eu, porque eu só estou neste mandato, que falou disto, não foi a primeira vez. Portanto, nós estamos a dar continuidade, o

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

PSD está a dar continuidade àquilo que já foi lançado em 2009. Portanto, e possivelmente, o mesmo Vereador que fez esta acusação continua na Vereação, mas que engraçado, na mesma proposta de auditoria, que até o poderia ajudar às palavras que ele próprio referiu, que poderia ajudar a acusação que ele fez, mas ele foi uma pessoa que votou contra essa auditoria. -----

Agora, efectivamente também e como já foi aqui dito, nós não temos nada a esconder, muito pelo contrário, nós queremos saber o que é que está escondido, se é que há. Se realmente, depois da auditoria se verificar que nada está escondido e que está tudo esclarecido, ó meus Senhores, eu dou os parabéns por nos ajudarem a passar este ponto e por darmos razão, com certeza. Agora, enquanto ninguém dos anteriores Executivos que estiveram doze anos na Autarquia, nenhum deles conseguiu ainda responder às perguntas que nós aqui queremos esclarecer. E eu vou lembrar porque falou-se aqui também pelos anteriores colegas que houve aqui incompetência de contratar verbalmente com empreiteiros. Isto é que é incompetência. Como é que se foge à Lei de se contratar verbalmente empreiteiros que depois vêm reclamar? Como é que é possível andarmos a falar de oitocentos e cinquenta mil euros que ninguém sabe donde vêm, mas que estão a reclamar? Portanto, é isso que nós queremos saber. Existem credores que reclamam pagamentos ao Município sem que exista qualquer registo dos seus serviços. Que documentos legais suportam essas dívidas que eles exigem? -----

Meus Senhores, isto é verdade. Nós só queremos a verdade e nada mais do que a verdade. Nós tivemos a capacidade de pedir e de aconselhar esta auditoria, mas vocês como alijoenses e como interessados no Município, esquecendo partidos, deveriam estar interessados em ter resposta a estas perguntas. E muito sinceramente, louvo as palavras da Presidente de Junta do Pópulo, porque realmente, quem não deve não teme. E se vocês não têm nada a esconder, então abram o jogo, deixem que o jogo seja aberto para toda a gente, para todos os municípios, porque aqui estamos a fazer o papel, estamos a dar voz aos municípios. E isto ainda a realidade é uma, ninguém respondeu a estas perguntas que aqui estão. Ninguém. -----

Portanto, se vocês quiserem debater isto, debatam, mas respondam. Mas respondam com dados concretos. E se vocês não têm essas documentações, então sim senhor, só há uma forma, a Polícia Judiciária. Mas para isso temos que fazer acusações e acusações qualquer um pode fazer e só ainda não fizemos porque estamos a fazer as coisas que estão ao nosso dispor, para não chegarmos a extremos. Porque vocês deveriam ser os principais interessados. Portanto, não venham com histórias, não venham com palavras mansas, bonitas, porque fica bem depois na acta. Mas a realidade é só uma, quem está a pagar somos todos nós, não é mais ninguém. -----

Portanto, agradeço que repensem esta votação, esqueçam partidos e que ponham os altos interesses do Concelho acima de tudo, porque foi para isso que no elegeram. Tenho dito. -----

----- **DEPUTADO LAUREANO GUEDES (MAIS)** -----

Eu realmente assisti aqui, agora, a um debate com qualidade, com qualidade suficiente para podermos discernir da natureza da transparência política e vou-lhes dizer que gostaria de acreditar nesta moralidade com que estamos aqui a discutir a transparência política, ou melhor de gestão autárquica. Eu próprio, daquilo que ouvi, não irei pronunciar-me a favor de nenhuma das facções, como é óbvio. Primeiro porque não tenho consciência nem conhecimento da gestão anterior, nem realmente também acredito que uma auditoria vá moralizar uma futura gestão. Eu acredito na seriedade dos novos gestores, na nova Autarquia, claro que acredito e até, naquilo que puder apoiar, estarei sempre disponível. Moralizar, acho que era o grande futuro deste país,

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

consciencializar realmente um trabalho de serviço de uma causa nacional que há muito tempo precisa de transparência. -----

Eu vou só dizer que o Movimento MAIS vai com certeza votar em consciência e livremente. Cada qual por si irá votar em consciência, porque eu tenho muita dificuldade em discernir sobre a razão das coisas, embora reconheça que este debate foi muito vivo e muito eloquente. Tenho a agradecer a esta Assembleia o ter dado momentos altos que eu gostaria também já há muito tempo de encontrar. -----

Foi dada novamente a palavra ao Deputado João Vilela, depois de a solicitar. -----

----- **DEPUTADO JOÃO VILELA (PSD)** -----

Relativamente àquilo que foi dito, independentemente dos argumentos que se utilizem, existem os factos. E os factos são efectivamente as dúvidas e as questões que aqui estão e muitas outras, imensas, que acho que todos, todos os eleitores, aqueles que votaram PSD, que votaram PS, que votaram MAIS, que se abstiveram, que não foram sequer votar, têm o direito de saber, têm o direito de ser esclarecidos. E o argumento de que vai contribuir para a dívida, bem, há aqui algum contra-senso. Então, mas havia saldo positivo e agora o saldo positivo não serve para esclarecer, para ser uma questão prática. -----

Mas mais do que isso, eu vou então esclarecê-los mais um pouco mais e vou se calhar mais um pouco à frente. Eu não queria, mas vou. Então eu vou-lhes dizer que se não sabem e acho que é público, que algumas das questões que estão em Tribunal são crime. Crime perpetuado por quem estava no Executivo. Crime que os Senhores Juizes que estão com alguns dos processos não extraíram nenhuma certidão mediante o que está escrito nos processos. Processos esses de alguns empreiteiros que reclamam verbas a esta Autarquia por obras efectuadas por ordem verbal. Por si só é crime. Caso os Senhores não saibam, é crime. -----

E portanto, se vocês não querem esclarecer isto, se vocês não têm dúvidas nenhuma em relação a isto, então vamos esclarecer de uma forma muito mais rápida. Já que o Tribunal também não está a dar andamento aos processos e que essa questão é clara e quando digo que é clara sei aquilo que estou a dizer, porque quem me elucidou dessa situação é alguém que está obviamente e que percebe efectivamente das questões do direito e portanto, importa aqui, esclarecer uma coisa. Se esta auditoria não avançar, eu garanto-lhes que o Grupo Municipal do PSD intentará e pegará na acta da última Assembleia Municipal de Dezembro, todos os documentos que estão à nossa disposição e vai enviá-los ao Ministério Público para apuramento de matéria criminal. E mais, vai enviá-los à comunicação social e eles que façam o juízo. E depois, se efectivamente nós não tivermos razão nenhuma, eu cá estarei, serei o primeiro a dar-vos razão. Muito obrigado. -----

Foi dada novamente a palavra ao Deputado Luís Lameiras, depois de a solicitar. -----

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS)** -----

Eu julgo que fui suficientemente claro na minha posição relativamente a esta matéria e portanto, não vou tecer grandes comentários adicionais acerca disso. Apenas só responder aqui ao Senhor Deputado João Paulo Vilela e que tem a ver com o seguinte: o Senhor Deputado João Paulo Vilela referenciou aqui que há situações que são crime, que estão em Tribunal e que são crime. Ora bem, essas situações já foram julgadas pelo Juiz? Não foram julgadas pelo Juiz. Quer dizer, o Senhor Deputado João Paulo Vilela parte do pressuposto de que de facto são crime, de que de facto são crime, a serem verdade. Mas a ideia que nos transmitiu aqui e que

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

ficou aqui subjacente, implícita, foi a de que de facto, de facto, são crime. Ora essas situações ainda não foram julgadas pelo Tribunal. -----

Depois há mais. Essas ditas dívidas verbais, ainda na passada sessão desta Assembleia, realizada a 28 de Dezembro, constavam lá pelo menos duas empresas ou três, empresas ou pessoas, não sei, já não me recordo muito bem, mas constava lá, estava lá plasmado nos documentos, que já tinham desistido dessas dívidas. Então afinal de contas, muitas dívidas que são reclamadas por esses Senhores e por essas empresas, ditas verbais, afinal de contas parecem que não são assim tão certas quanto isso. Porque se de facto fossem, então não desistiam. É isso só o que eu tenho para dizer. -----

----- Foi dada de novo a palavra ao Deputado João Vilela para prestar um rápido esclarecimento. -----

----- **DEPUTADO JOÃO VILELA (PSD):** -----

Em relação ao que acabou de dizer aqui o Deputado Luís Lameiras é só um esclarecimento. Aquilo que eu digo e aquilo que está nos processos é que a confirmar-se e a ser verdade é crime. Mas, por isso mesmo é que eu estou a dizer, os Tribunais estão para julgar, mas de qualquer das formas, as dúvidas estão lá e não fui eu que as pus lá, não tenho dúvidas nenhuma, não fui eu e elas estão lá. E portanto, então, algumas delas são de ordem financeira, outras são de ordem de procedimento e portanto, eu acho que a auditoria esclarece o assunto. Mas isso agora nem vale a pena estarmos a perder mais tempo, já todos nós apresentamos os nossos argumentos. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** -----

Senhor Deputado Cláudio Vilela qual ou quais os Senhores Vereadores que quer interpelar concretamente? -----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS)** -----

Eu disse que queria interpelar os Senhores Deputados da Oposição, que votaram contra e que eles próprios tenham vontade de fazer algum esclarecimento a esta Assembleia. Se eles entenderem. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** -----

E quem votou contra foram os quatro Vereadores da Oposição. Faz favor Dr. Luís Miguel Rodrigues. -----

----- **VEREADOR LUIS MIGUEL RODRIGUES (MAIS)** -----

Cumprimentou a Senhora Presidente da Mesa, a restante Mesa, o Senhor Presidente da Câmara e Vereadores, os Senhores Deputados e Presidente de Junta Presentes e o Público presente e disse: -----

Relativamente à questão da interpelação o Senhor Deputado Cláudio interpelou-me enquanto Vereador da Oposição que votou contra a questão da auditoria e eu queria aqui explicar porque é que votei contra, para que fique claro exactamente o sentido de voto, que ocorreu na reunião de câmara do dia 06 de Novembro, que foi exactamente a segunda reunião de câmara ocorrida neste mandato. -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

[Handwritten signature]
83

Surgiu-nos de facto uma proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, de uma auditoria não apenas circunscrita à questão financeira, mas incluindo também a questão financeira, mas também extensiva, por exemplo à organização dos serviços, aos recursos humanos. Enfim, o objectivo apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara era uma auditoria externa que visava traçar o diagnóstico do Município. Essa foi a proposta apresentada. -----

Essa proposta tinha desde logo uma característica que mereceu a minha discordância. Era o facto de que a auditoria então proposta externa, não tinha limites de tempo. Ou seja, em teoria, a auditoria externa sendo aprovada poderia decorrer um ano, dois anos, três anos, quatro anos. É importante que os Senhores Deputados que estão hoje a analisar esta situação percebam o que é que se fala, quando se fala de uma auditoria externa. Uma auditoria externa nos moldes que tem vindo a ser colocada, significa apenas e tão só, contratar uma empresa privada, ou um consultor privado, ou um conjunto de consultores privados, que serão escolhidos por uma adjudicação directa e portanto pagos pela Câmara Municipal, para virem à Câmara fazerem um levantamento de dados. É simplesmente isso. Vir à Câmara fazer um levantamento de dados, que serão depois compilados num relatório e esse relatório será depois apresentado. -----

Nenhuma das conclusões desse relatório terá qualquer efeito vinculativo, como é evidente porque se tratará de uma empresa privada. E depois, o Executivo ao receber esse relatório, aproveita-o se quiser, aproveita-o parcialmente, ou não o aproveita de todo. Nisto consiste uma auditoria externa. No fundo, é um estudo da situação da Câmara elaborado por uma entidade privada, paga pela Câmara. -----

E aquilo que foi dito por mim e também pelo Senhor Prof. Adérito, porque a nossa declaração de voto na altura foi conjunta, mas também extensiva aos restantes Vereadores da Oposição, foi que muito bem, façam uma auditoria, mas primeiramente façam uma auditoria interna. A questão é tão simplesmente esta. É perfeitamente normal que um novo Presidente de Câmara, que um novo Executivo e no caso concreto, que o novo Presidente de Câmara que iniciou funções sem ter previamente contacto com a realidade autárquica, era perfeitamente pertinente, justificável e eu diria até necessário que se quisesse inteirar da realidade da Câmara Municipal de Alijó que a partir de então teria a responsabilidade de governar. Nunca em momento algum, ninguém teve a veleidade de dizer não, o Senhor Presidente da Câmara ou quem o acompanha na governação não vai ter acesso aos dados, não vai ter acesso à informação. É óbvio que não. Aquilo que foi dito e está na declaração de voto constante na acta da reunião de câmara, que primeiramente deveria fazer-se uma auditoria interna. E está lá também especificado, falando com os dirigentes, falando com os funcionários e fazendo o levantamento de toda a informação que deveria ser então compilada para então dar o diagnóstico ao Senhor Presidente e ao Executivo Permanente que o iria acompanhar. -----

Por outras duas razões também. Primeiro, porque uma auditoria externa de facto é cara. E se recorrentemente se diz e com razão, que realmente há dificuldades financeiras na Autarquia, então se há dificuldades financeiras para umas coisas, também as há para as outras. Ou então vamos ter que alegar que as dificuldades financeiras apenas existem para certas dificuldades, mas não para outras. E esta não é uma necessidade premente. Se calhar os buracos na estrada são. Se calhar uma auditoria externa não é, porque é um serviço que pode primeiramente ser assegurado pelos serviços da Câmara. Pelos recursos humanos da Câmara. Essa é a questão. E portanto a questão foi colocada nesses termos. A auditoria externa é cara, a Câmara Municipal neste momento, alegando-se, como é verdade, que tem dificuldades financeiras, não pode dar-se ao luxo de estar a custear esse estudo de consultadoria, entregue ou encomendado a uma

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

empresa privada, ou a um consultor privado ou a quem quer que seja, mas exterior à Câmara será sempre uma entidade privada. -----

Em segundo lugar, do ponto de vista das contas também há um dado que é importante e esse dado que é importante tem a ver com o seguinte. É que as contas em concreto da Câmara Municipal são recorrentemente auditadas por organismos oficiais. Eu quero aqui apenas dar-lhes dois ou três dados que são importantes e que farão, se calhar, tomar, eu estou a acelerar Senhora Presidente, mas o assunto é denso e eu estou apenas a explicar a posição que tive na reunião de câmara e não me estou a repetir, estou aqui a avançar. A questão tem a ver com esta, as contas da Autarquia são recorrentemente auditadas por organismos oficiais. Os Senhores Deputados Municipais, na última reunião da Assembleia receberam uma fotocópia do Tribunal de Contas que refere homologação das Contas do Município de 2011. Efectivamente, as contas de 2011 passaram pelo crivo do Tribunal de Contas e foram homologadas, com um conjunto de recomendações procedimentais, mas foram homologadas. Tal como foram homologadas as de 2010, as de 2009 e por aí fora. Tal como irão passar pelo crivo do Tribunal de Contas porque a Lei assim o exige, as contas de 2012 e as contas de 2013, que foram hoje aqui aprovadas. Mais, no âmbito da candidatura do Município de Alijó ao PAEL e ao Plano de Reequilíbrio, as contas passaram também pelo crivo do Governo, que também as validou e foram de novo ao Tribunal de Contas, num carácter excepcional, porque o Tribunal de Contas teve de dar o visto ao PAEL, que já deu. E portanto, se neste momento existe ainda o visto pendente do Plano de Reequilíbrio Financeiro. Tem a ver com a própria calibragem do Plano de Reequilíbrio Financeiro. Porque as contas, como digo, relativamente ao PAEL, o visto prévio do Tribunal de Contas já foi dado. -----

Quero ainda dizer-lhes, aliás essa informação foi já dada aqui pela Senhora Presidente da Assembleia, que neste momento a Inspeção Geral de Finanças está no Município. Ora bem, para dizer o quê? Que de facto a nossa posição na Câmara na altura está já desactualizada. E está desactualizada por dois factos que são extremamente importantes. Primeiro facto, neste momento há uma auditoria a decorrer aqui, por parte da Inspeção Geral de Finanças e por aquilo que nós aqui percebemos, essa auditoria visa exactamente a contratação pública. Então, se há dúvidas relativamente a procedimentos, a única obrigação possível é apresentar essas dúvidas aos Senhores Inspectores. É tão simples quanto isto. Não há necessidade de auditoria externa. Há uma equipa de Inspectores que neste momento está na Câmara Municipal. Se há dúvidas encaminhem-se para os organismos competentes que sobre essas dúvidas irão pronunciar-se. -----

Por outro lado também é preciso realçar um outro facto extremamente importante. É que há uma recomendação, como aqui já foi dito para alguém que apresenta dúvidas. O senhor Presidente da Câmara, eu estive presente na Assembleia de Dezembro, não apresentou dúvidas, apresentou factos. Apresentou factos que entretanto teve oportunidade de levantar junto dos serviços da Câmara. Não ouvi dúvidas, ouvi factos. Podendo estar ou não de acordo com as conclusões atribuídas a esses factos, pela forma como esses factos foram apresentados. Mas não houve dúvidas, houve factos que foram apresentados. Aliás, até agora estou sem saber se o Senhor Presidente da Câmara tem ou não tem dúvidas, porque ainda não se pronunciou sobre esta questão em concreto aqui na Assembleia Municipal e poderia de facto também falar se os Vereadores da Oposição estão a usar da palavra, seria perfeitamente justo que o Senhor Presidente da Câmara também aqui pudesse intervir. Mas há aqui uma questão que evidencia claramente a ausência de dúvida. É que o Senhor Presidente da Câmara que o requerimento aqui apresentado hoje invoca, bem como o Executivo Permanente que o acompanha, aprovaram

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

85

o Relatório de Contas de 2013. Esse Relatório de Contas é a herança das contas recebidas do Executivo anterior, que por seu turno reflecte os números transitados dos exercícios anteriores. Eu ouvi aqui falar de um disparate que é o Relatório de Contas é um mero exercício contabilístico. Desculpem, mero exercício é o orçamento. O Relatório de Contas não é exercício nenhum. O Relatório de Contas é o documento que plasma a situação financeira do Município. Receitas, despesas e endividamento...-----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Senhor Deputado faça favor de concluir. -----

----- **VEREADOR MIGUEL RODRIGUES:** Senhora Presidente eu estou a concluir, peço desculpa. Ainda tenho a parte em que fui visado, também tenho que esclarecer essa parte. Eu sei que a minha intervenção aqui incomoda determinados Senhores Deputados, lamento profundamente, mas eu fui interpelado e fui visado e portanto estou no uso da minha palavra e não me parece que a minha intervenção esteja a exceder largamente o tempo comparativamente com outras intervenções que nós aqui tivemos. Neste ponto eu estou a terminar. Não me parece crível que alguém que tenha dúvidas sobre as contas da Autarquia vá votar a favor as contas dessa mesma Autarquia. Esse facto político que foi tomado na semana passada e confirmado agora pela aprovação da Assembleia, mas esse facto político demonstra à sociedade, que da parte do Senhor Presidente da Câmara e da parte dos Senhores Vereadores Permanentes não há dúvidas quanto às contas, caso contrário as não teriam aprovado, a menos que alguém diga, bom nós aprovamos as contas, mas não queríamos, ou temos dúvidas, porque se havia dúvidas, o momento certo para as apresentar é na aprovação das contas na sua apreciação. Esse é o facto político. Aliás torna toda esta questão perfeitamente desactualizada. Não apenas a posição dos Vereadores que votaram contra a auditoria, mas também a própria proposta que aqui vem hoje, mediante, repito, a aprovação por parte do Executivo Permanente das contas de 2013. -----

Relativamente à parte em que fui visado pelo Senhor Deputado Samuel, que eu não tenho aliás o prazer de conhecer, eu queria dizer ao Senhor Deputado Samuel que o Senhor Vereador que referiu tem nome, que é o meu, Miguel Rodrigues, é o meu nome. E é verdade que em 2009 me opus a muitos aspectos da gestão financeira. Aliás, no momento em que muitos dos que actualmente bradam contra as contas da Câmara, já eu apontava muitos problemas à gestão financeira. E já aqui me pronunciava sobre eles e já aqui me preocupava com esses factos. Eu aqui apenas é destringir o seguinte: uma coisa é estarmos de acordo, ou não, com a gestão financeira. E se não estamos de acordo dizemos porque é que não estamos de acordo e votamos em conformidade. Outra coisa é dizermos que uma determinada gestão financeira é fraudulenta. Ou que esconde dívida. Quando falei em gestão danosa, de facto assumi determinados erros que a nível da gestão financeira, na minha opinião, estavam a ser cometidos. E responsabilmente, aqui também, me pronunciei sobre essa questão, numa altura em que repito, muitos daqueles que estão agora preocupados estavam completamente a leste da situação financeira da Câmara, nem nada disso queriam saber. E portanto, eu de facto demonstrei-me contra a questão da gestão financeira em muitos aspectos. Aliás peço aos Senhores Deputados para verificarem, por exemplo em termos do Executivo, eu fui o único Senhor Vereador que não votou a favor do Relatório de Contas e fi-lo em coerência com posições assumidas no passado. Agora uma coisa é estarmos de acordo ou não. Outra coisa é estarmos a querer mandar fazer uma auditoria externa e dar de facto a ganhar dinheiro a alguém, apenas para nos dar os argumentos que nós não temos para poder apontar defeitos à gestão financeira passada. Eu isso, de facto nunca concordei e sempre pensei pela minha cabeça e quando discordei, disse porque é que discordava e fundamentei. -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

[Handwritten signature]
86

E portanto é esta a posição que eu queria transmitir, explicando de facto qual é o posicionamento relativamente à questão da auditoria externa, estando perfeitamente de acordo com a auditoria interna, que aparentemente já foi feita, atendendo aos dados que o Senhor Presidente da Câmara aqui apresentou no passado mês de Dezembro. E se há dúvidas, o Senhor Presidente da Câmara tem neste momento dizer que dúvidas é que tem e bater ali à porta dos Senhores Inspectores e transmitir as dúvidas que tem. É sua obrigação. -----

----- **VEREADOR ANTÓNIO FERNANDES (PS)** -----

Cumprimentou os presentes e disse:-----

Queria então dizer e sem me desviar do assunto para o qual fui solicitado, eu vou ser mais sucinto, ou melhor, pelo menos pretendo isso, e vou por pontinhos direitinhos. -----

Então, a primeira pergunta é assim: a ser assim tão mau, a ser um cenário assim tão negro, porque é que todo o Executivo Permanente votou favoravelmente estas contas? Então aí, se votaram favoravelmente, não houve dúvidas. Não se levantou nenhuma suspeita. Ponto um. ---

Ponto dois. Também sabemos que por via do PAEL, do Reequilíbrio Financeiro e até como dizem, estando assim tão mal a Câmara, se a Câmara recorreu à banca, se a Câmara recorreu portanto a todos estes meios de financiamento, com certeza ninguém meteria dinheiro nesta Câmara sabendo que ela andava à deriva, ou sabendo que haveria aqui suspeitas, como eu aqui já ouvi, infundadas, de mau tom e não fica bem criticarmos quem nos antecedeu. Temos sim a obrigação de agarrar no passivo e no activo e fazer dele, como já aqui foi dito por outros, o melhor que pudermos e soubermos. E nunca estarmos a levantar o passado, porque o passado já passou, o passado não interessa agora, o que interessa é a nossa capacidade para resolvemos os problemas que se nos põem pela frente. E então, o PAEL, o Reequilíbrio Financeiro e ainda agora o IGF está aí. Então tanta fiscalização, tanta suspeita, porque é que quem tem essas suspeitas, não chega agora à inspecção que aí está e não lhe apresenta as suspeitas? Porque é que se há-de andar sempre aqui nesta insuspeição, que não dignifica quem está no poder e também começa a enxovalhar quem deixou o poder. Não é bom, é muito mau e não nos fica bem a nós, uma casa tão nobre como é esta Assembleia, andarmos aqui com uma suspeita permanente. -----

Depois, também queria dizer, que não há mal nenhum, e nós próprios na reunião de câmara, todos votamos ou concordamos que houvesse uma auditoria interna. Então, se nós temos funcionários, já se provou que são competentes. Já se provou que são capazes de desenvolver as suas tarefas, porque é que não se lhes dá essa responsabilidade? Fazem o levantamento todo. Apresentam ao Senhor Presidente da Câmara e porque não até trazê-lo a esta Assembleia e aqui debatermos o que está bem e o que está mal. Agora parece uma psicose, uma febre de uma auditoria externa. É externa, tem que ser externa e tem que voltar a ser externa. Porque é que há-de ser assim? Porque é que não damos as mãos? Nós próprios, os Vereadores, na altura disponibilizamo-nos para ajudar também a encontrar uma solução para isto, mas podem crer que não é pela auditoria externa, não é por andarmos nos jornais, nos órgãos de informação, a denegrir o nome de Alijó e desta Câmara. -----

Bom, assim sendo, caros amigos, também queria aqui dizer que já ouvi aqui falar em crime. Ó Senhores Deputados, também é crime levantar falsas suspeitas. Isso também é crime. Ou estamos bem fundados e sabemos aquilo que queremos e os dados que temos, ou quando não, vale mais estarmos calados. Porque o que me parece, por exemplo, em reunião de câmara este assunto já foi votado duas vezes. Votado e rejeitado. Uma outra vez fizeram outra proposta e foi

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

[Handwritten signature]
87

retirada. Ora, se a proposta pelo Executivo Permanente foi retirada, por alguma razão foi. Ou não estavam bem fundamentadas. Ou não acreditavam nas suspeitas que se dizem por aí. Ou então, acharam que era bom também, e aí homenagem lhe presto aqui, que não era bom andarmos nesta insuspeição toda. -----

Por isso, caros amigos, a gente votou contra, com este fundamento. Com o fundamento que temos e para finalizar, que temos recursos humanos e temos pessoal em quem acreditamos, nos funcionários da Câmara, que até se sentiriam valorizados por lhes ser dada uma tarefa tão nobre e de tanta responsabilidade, que estou certo, que os funcionários da Câmara iriam executar esta tarefas exemplamente. -----

Depois, acho que também já alguém aqui falou, que quando apresentaram estas propostas, não apresentaram tempo. Tempo, tanto podia ser amanhã, como daí a um ano. Como o tempo também dessa auditoria podia demorar um ano ou poderia demorar dois. Ora ninguém vai votar em consciência e com responsabilidade, uma proposta deste género. -----

Depois, tem outra, são os custos. O tempo é custos, quanto mais tempo cá estiverem, mais custos há para o Executivo. -----

Caros Deputados, Senhores Presidentes, vamos é ser responsáveis, não me parece bem andamos no Executivo Camarário e na Assembleia sempre á volta deste assunto que não nos dignifica nada. Muito obrigado. -----

----- **VEREADOR JOÃO COSTA (PS)** -----

Cumprimentou a Senhora Presidente da Assembleia e os restantes Membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Deputados e Vereadores e disse: -----

Fui interpelado acerca da votação de um pedido de Auditoria, em 03 de Novembro. Vou-me limitar a responder precisamente a isso. Só isso. Porque aqui já foi esclarecido o que é uma auditoria externa, os custos. -----

Eu na altura em que me foi apresentada a auditoria, ou pedido de auditoria, de facto ela não estava, e foi o meu argumento, e por essa razão a minha posição foi contra, é que essa auditoria não estava nem balizada no tempo, nem nos objectivos. E uma auditoria dessa natureza podia proporcionar-se a tudo. A tudo o que se entendesse. E eu entendia que só seria necessária e fundamental se fosse uma auditoria que fosse balizada e objectiva. Para que é e no tempo, de modo a que não se andasse aqui eternamente. -----

Tendo proposto e tendo também concordado com todos os outros elementos da oposição, neste caso, que os serviços internos podiam fazê-la. E portanto, por isso, o meu voto contra. E ficou neste pé. Votei contra a auditoria, não foi feita a auditoria. -----

Mas eu, neste momento, continuo, passado meio ano, continuo a ver esgrimir aqui argumentos contra isto, contra aquilo e o que é certo, eu continuo preocupado. Na altura estava preocupado daquilo que se falava e preocupado fundamentalmente com, não com se é auditoria se é aquilo, preocupado com dívidas. Dívidas da Câmara contabilizadas e não contabilizadas. Dívidas das Juntas que não se sabe de quem são. Empreiteiros a pedir e a apresentar, por isso é que temos processos em tribunal, a apresentar situações e isso é que me preocupa. Eu pensei que isto já poderia estar esclarecido. E ponho em causa e duvido da capacidade dos serviços da Câmara que não conseguiram isso. -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

88

Porque eu pergunto às Juntas de Freguesia que têm problemas, que lhes é imputado por um empreiteiro o pagamento de obras, como é que nós vamos resolver isso? Quem é que dá uma solução a isso? E as Juntas sabem como é que irão pagar essas dívidas? E essas obras que fizeram eram obras da competência da Junta? Isto é que é preciso esclarecer bem, para que possamos trabalhar de forma limpa e aberta, sem problemas de nada. -----

E só vou terminar com o ditado da nossa amiga Filomena Nogueira «Quem não deve, não teme». -----

----- **DEPUTADO SAMUEL CUNHA (PSD):** -----

Aqui o que está em causa não são as contas de 2013. Nós estivemos todos juntos e foi numa Assembleia de Dezembro, que o Senhor Presidente da Câmara apresentou a olhos vivos a toda a gente, Vereadores incluídos, que havia valores e havia credores que reclamam pagamentos ao Município, que reclamaram ao Presidente Carlos Jorge Magalhães, reclamaram pagamentos ao Município sem que existam quaisquer registos nos serviços municipais. -----

Efectivamente estamos a falar de auditoria. Pode ser vasta, não há balizas como disse o Senhor Vereador. Então, se pusermos as coisas de outra maneira, se estas perguntas que nós temos aqui, que foram hoje propostas, se nós pedirmos uma auditoria a estas perguntas, que foram as dúvidas apresentadas em Dezembro, a estas exclusivamente, a estas perguntas, se pedirmos uma auditoria, passará? Porque também, realmente os Senhores rejeitaram em reunião de câmara, porque realmente era muito vasta, não havia balizas, podia ser para 2011, 2012 ou de 2009, 2008, podiam ser demasiados anos a serem revistos. -----

Portanto, aquilo que eu subentendi de todas as palavras de todos os Vereadores da Oposição é que então há dúvidas, há, porque foram apresentadas e o Senhor Presidente apresentou-as e caso esteja errado, o Senhor Presidente também me pode corrigir, mas os credores que falaram com o Senhor Presidente a reclamar os valores, os empreiteiros que reclamaram contratos verbais com a Autarquia e os procedimentos que foram saltados, porque há procedimentos legais que têm de ser feitos para adjudicação de obras e que apenas foram verbalmente e os empreiteiros apenas fizeram as obras, só porque se lembraram de gastar dinheiro, só porque ouviram alguém dizer? Por amor de Deus, também não vamos, as pessoas não deitam dinheiro fora. -----

Portanto, se é para fazer uma auditoria, nós então queremos que seja feita uma auditoria a estas perguntas que nós aqui temos, porque foram perguntas que foram colocadas pelo Senhor Presidente, que nos foi mostrado pelo Senhor Presidente e que ainda hoje não temos resposta. Seja referente a 2013, 2012, 2011. Não, são perguntas que ainda hoje não temos resposta. Há credores que reclamam? Há. O Senhor Presidente disse que há. Portanto, se há, queremos saber que credores é que são, como é que eles fizeram a obra, com quem falaram, como falaram, o que é que lhes foi dito e como é que lhes foi dito as coisas. É isto que nós queremos saber. -----

Portanto auditoria, ok, se calhar vamos esquecer a palavra auditoria externa, interna. Aquilo que queremos saber, queremos pedir e aconselhar que a Câmara esteja na disponibilidade de contratar quem achar que deva, atenção, seja fulano A, B ou C, queremos uma pessoa que seja isenta, que consiga apurar esta verdade. É só isso que a gente quer. Nós não queremos mais nada. É muito simples. Os Inspectores têm um objectivo, não foram chamados por nós. De certeza que não vão procurar isto. Tenho dito. -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

89

----- A **PRESIDENTE DA MESA** deu novamente a palavra ao Senhor Deputado Luís Lameiras. -----

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** -----

Senhora Presidente, antes de mais quero manifestar aqui o meu desagrado relativamente ao facto de que eu fui a primeira pessoa depois de falarem os Vereadores, fui a primeira pessoa, aliás até já antes disso, fui a primeira pessoa a levantar o braço no sentido de intervir e portanto fui preterido em relação ao Senhor Deputado Samuel Cunha.. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Deixe-me dizer-lhe que às vezes estamos aqui os três na Mesa e às vezes estamos com aquele cuidado de quem é que... -----

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** Mas foram várias as vezes que eu levantei o braço no sentido de intervir. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** Não vi. Senhor Deputado faz favor de prosseguir-----

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** Eu vou ser breve e não vou explanar aqui mais nada daquilo que foi explanado por toda a gente. Julgo que as posições foram bem elucidativas. Agora, julgo que seria também importante ouvirmos o Senhor Presidente da Câmara, porque ele é o responsável máximo. É pertinente ouvirmos o Senhor Presidente da Câmara relativamente a esta temática. -----

E depois, queria questionar aqui o Senhor Vereador João Manuel sobre o seguinte: quando este assunto foi colocado em cima da mesa em reunião de câmara, o Senhor Vereador votou contra. Já se passaram entretanto seis meses, meio ano. Se entretanto ele deu conta que de facto é necessário, é estritamente necessário fazer uma auditoria e externa, só se lembrou agora? Agora neste preciso momento? Então porque é que ele não colocou já essa questão? Se ele deu conta do erro que tinha cometido, porque é que ele não colocou esta questão já anteriormente, já há mais tempo. O que é que mudou Senhor Vereador João Manuel desde a sua tomada de posição nessa reunião de câmara, onde foi colocado este assunto em cima da mesa? O que é que mudou então e porquê, só agora esta tomada de posição? -----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** -----

Quería só deixar aqui um esclarecimento. É que esta Auditoria é à Câmara Municipal, não é às Juntas de Freguesia, não tem implicações. -----

Depois achei interessantes as sugestões dos Senhores Vereadores, nomeadamente do Senhor Vereador Miguel Rodrigues. Porque é que o Senhor Presidente não coloca essas questões à inspecção que está cá na Câmara, poupa-nos o dinheiro à Câmara, até, É o Estado que está a pagar, não disponibilizamos dinheiro nenhum directamente da Autarquia, não é? E ainda para mais, os inspectores viram a mando do governo do PSD, portanto é muito é muito mais fácil colocar essas questões. Era só isso. -----

----- **VEREADOR JOÃO COSTA (PS):** -----

Eu acho que não me fiz entender e eu normalmente fazia-me entender. Fui professor toda a vida e os alunos percebiam-me e entendiam-me bem. Eu quando disse que quando foi apresentado o primeiro pedido de auditoria votei contra, disse porque é que votei contra. E não lhe disse que propunha mais nenhuma auditoria ou seja o que for. Eu gostava era de ver algumas situações bem esclarecidas. E era caso para perguntarem, vocês deviam perguntar, era qual é o

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

sentimento dos Presidentes de Junta que têm dívidas às costas. Dívidas às costas e que não sabem como vão pagar. -----

----- **PRESIDENTE DA MESA:** O Senhor Presidente da Câmara vai usar da palavra. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

Eu vou ser breve, não vos vou prender muito mais, ouvi atentamente os esclarecimentos de cada um, quero dizer aqui publicamente que eu não preciso de me repetir para que os argumentos que apresentei no pedido de auditoria sejam verdades. Estão ditos, estão escritos. Quero agradecer a todos os Deputados que contribuíram para o esclarecimento desta situação, aos argumentos e contra-argumentos. Julgo que todos somos todos suficientemente inteligentes para saber o que está em causa. Agradeço-vos e a votação que continue, que eu não tenho mais nada a pronunciar-me sobre este assunto. -----

----- A **PRESIDENTE DA MESA:** Colocou a votação o **ponto cinco** da ordem do dia "**Aprovação de Recomendação ao Executivo Camarário de Realização de Auditoria Externa à Situação Económica e Financeira do Município – (Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD)**", lembrando que o que estava para votação era uma recomendação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com onze votos a favor, oito votos contra e sete abstenções. -----

De seguida introduziu o **ponto seis** da ordem do dia "**Apelo em Defesa da Escola Pública – Apreciação**". Perguntou aos Senhores Deputados se queriam pronunciar-se, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Cláudio Vilela, João Vilela e Luís Lameiras. Deu a palavra ao Senhor Deputado Cláudio Vilela. -----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** -----

Nunca como hoje a Escola Pública esteve em perigo. A defesa da escola pública é hoje um dever de qualquer cidadão que defenda o nosso País à luz da Constituição Portuguesa. -----

A escolaridade obrigatória e tendencialmente gratuita é uma das mais valiosas vitórias de Abril de 74. -----

Num Concelho em perda acelerada de população e já bastante envelhecida, não basta dizer que se quer e até prometer fixar população. É necessário implementar medidas que garantam a qualidade de vida a todos os que teimosamente cá querem continuar a viver, aos que querem regressar e aos que cá se queiram fixar. -----

A escola pública é sem dúvida um dos principais factores a ter em conta na defesa das populações do interior. Assim, ao votarmos favoravelmente este "apelo", queremos simultaneamente exigir da actual gestão municipal a garantia da sua frontal e inequívoca oposição à contínua liquidação das escolas do 1º ciclo do nosso Concelho, finalizada que foi a reorganização do sistema escolar concelhio. O actual governo com estas atitudes está a por em causa o estado social, podemos ver desde já aliados também a esta questão do ataque à escola pública graves carências nas áreas da saúde e da segurança social. -----

Por todos estes motivos, Senhora Presidente sugiro duas acções: a primeira é a passagem do documento por todos os Senhores Deputados desta assembleia que pretendam, assinem em liberdade esta petição, a segunda é que a mesma seja votada nesta assembleia para que dela resulte uma posição global da mesma, e assim possa ter mais força nos efeitos pretendidos. -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

97

----- **DEPUTADO JOÃO VILELA (PSD):** -----

Relativamente a esta questão é muito rápido, só para dizer que o PSD é a favor da escola pública. Aliás, independentemente das considerações, não conheço ninguém que seja contra a escola pública. Depois, as considerações de ordem profissional, política e social é outra coisa. ---

Agora, o facto é que, parece-me a mim, as escolas que tinham a encerrar já encerraram. E foram encerradas, pelo menos aqui no Concelho de Alijó, que me lembre até 2012 e recordo-me por exemplo da escola do Castedo, que até tinha mais do que catorze alunos. Havia outras no Concelho na mesma circunstância. -----

Portanto, quanto a isso estamos conversados. Em relação à votação eu não vejo aí nada que é para votar. Portanto é uma apreciação. Muito obrigado. -----

----- **DEPUTADO LUÍS LAMEIRAS (PS):** -----

Eu queria esclarecer aqui um ponto que falaram os dois Deputados que me antecederam, que é a questão da apreciação ou da votação. No próprio documento fala-se lá nessa questão, que pode ser uma votação. Para haver uma aprovação tem que haver votação. Vai dar ao mesmo, não é? -----

Depois de quarenta anos de democracia, recentemente comemorados, temos vindo a assistir com as políticas deste governo à subversão abusiva daquilo que são os princípios e os valores basilares de Abril, nomeadamente o acesso à educação, que devia ser tendencialmente gratuito para todos, tal como a Constituição da República consagra e é afinal de contas cada vez mais caro, por isso mesmo é um bem a que só alguns começam a ter acesso. -----

Depois, temos vindo a assistir, desde 2012, ao encerramento de milhares de escolas, seis mil e quinhentas. Ainda ontem ouvi nas notícias do telejornal, seis mil e quinhentas escolas. -----

E portanto, isso só vem contribuir ainda mais para acentuar o fosso que existe entre a litoralidade e a interioridade e portanto, para o esquecimento e o abandono, nomeadamente do nosso Concelho. -----

Depois, são cada vez mais os jovens a quererem aceder ao ensino superior e a não poder fazê-lo. E outros que o frequentam, não conseguem terminar os seus cursos, precisamente por causa da sobrecarga de impostos que este governo nos tem imposto, passe aqui o pleonasma e por causa dos cortes salariais, etc, etc., não vale a pena estarmos aqui a falarmos mais nessa situação. -----

Estamos portanto com as políticas deste governo a regressar ao 24 de Abril de 1974, pois só os ricos é que podiam estudar. E portanto, a igualdade e a justiça são cada vez mais uma quimera. Por isso é de inteira justiça votarmos a favor da defesa da escola pública, porque ao fazê-lo estamos também em concomitância a manifestar o nosso repúdio contra as políticas que este governo tem encetado e só tem contribuído para o caos deste país. Tenho dito. -----

----- **DEPUTADO CLÁUDIO VILELA (PS):** -----

É só para relembrar a Senhora Presidente que, logo na primeira página dos documentos que nos foram enviados do ponto seis, diz «para além de uma eventual subscrição individual, solicitamos que seja colocada a apreciação e eventual aprovação do órgão». Não vejo qual o impedimento para que não se vote e não se aprove. -----

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2014-04-30



----- A **PRESIDENTE DA MESA** colocou o ponto seis da ordem do dia “**Apelo em Defesa da Escola Pública – Apreciação**” a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.

Perguntou de seguida se havia alguém no público que pretendia usar da palavra. Não havendo nenhuma solicitação por parte do público deu por terminados os trabalhos.-----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

A MESA

Mário J. [assinatura]
Fotimo José Henrique de Sousa
[assinatura]
[assinatura] do Conselho de Jure